



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XII LEGISLATURA (2022-2026)

5.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 25 DE MARÇO DE 2025

Presidente: Ex.ma Sra. **Celmira Sacramento****Secretários:** Ex.ma Sra. **Bilaine Ceita**Ex.mos Srs. **Silvestre Mendes****José Rui Cardoso**

SUMÁRIO

A Sra. Presidente declarou aberta a sessão às 09 horas e 25 minutos.

Deu-se continuidade ao debate e apreciação conjuntos e aprovou-se, na generalidade, as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano de 2025.

Tomaram parte no debate, além do Primeiro-Ministro e Chefe do Governo (Américo Ramos), os Ministros do Ambiente, Juventude e Turismo Sustentável (Nilda da Mata), da Agricultura Pescas e Desenvolvimento Rural (Nilton Garrido), da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior (Isabel Abreu), da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher (Vera Cravid), das Infra-Estrutura e Recursos Naturais (Nelson Cardoso), da Saúde e Desporto (Celso Matos) e o Ministro de Estado da Economia e Finanças (Gareth Guadalupe), que responderam às questões, os Srs. Deputados Raúl Cardoso (MLSTP/PSD), Teodorico Campos

(ADI), Conceição Moreno (MLSTP/PSD), Hélio Lavres (ADI), Filomena Monteiro (MLSTP/PSD), Ossáquio Riôa (ADI), Alberto Luís (ADI), Abnildo d' Oliveira (ADI), José Maria de Barros (MLSTP/PSD), Wuando Castro (MLSTP/PSD), Laudino Jesus (ADI), Delfim Neves (BASTA), Itelmiza Pires (ADI), Eláckio da Marta (MLSTP/PSD), Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUN), Levy Nazaré (BASTA), Alda Ramos (ADI), Gabdulo Quaresma (MLSTP/PSD), Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), Osvaldo Abreu (MLSTP/PSD), Jorge Bom Jesus (MLSTP/PSD), Izilda Domingos (ADI) e José António Miguel (ADI).

Para encerrar o debate, produziram intervenção final o Sr. Primeiro-Ministro e os Líderes Parlamentares do MCI/PS-PUN (Beatriz Azevedo), do MLSTP/PSD (Raúl Cardoso) e do ADI (José António Miguel).

A Sra. Presidente encerrou a sessão às 18 horas e 50 minutos.

A Sra. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 25 minutos.

Estavam presentes as seguintes e os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento **d'Oliveira**

Alberto da Trindade **Luís**

Alda Quaresma da Costa D'Assunção **Ramos**

Albertino Amélia **da Cruz**

Aleksander Monteiro **Lima**

Arlindo Quaresma dos **Santos**

Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita** do Nascimento

Celmira de Almeida **do Sacramento** dos Santos Lourenço

Celisa Maria Martins dos Reis **Aguiar**

Elísio Osvaldo do Espírito Santo d'Alva **Teixeira**

Honório da Luz **Sousa Pontes**

Itelmiza Duarte Monteiro **Pires**

Izilda Quaresma dos Ramos **Domingos**

Jorge Sousa Pontes Amaro **Bondoso**

José António do Sacramento **Miguel**

José Carlos Cabral d'Alva

Jozino Malupane da **Veiga**

Laudino Afonso **de Jesus**

Lourenço Aguiar **Freitas**

Messias Luís Fernandes **Pereira**

Nito de Sousa Viegas d'Abreu

Orlando Borges **da Mata**

Olinto Andrade Vaz do Rosário

Ossáquio Perpétua **Riôa**

Salcedas d'Alva Teixeira **Barros**

Silvestre Moreno **Mendes**

Sólito da Cunha **Lisboa** Neto

Teodorico de Campos

Wilter Kathelen das Neves **Boa Morte**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Andrade Correia Catarina

Arlindo Barbosa Semedo

Conceição Vieira Moreno

Eláckio Afonso da **Marta**

Ermilinda José Dias **Borges** de Castro Menezes de Pinho

Filomena Sebastião Santana **Monteiro** d'Alva

Gabduló Luís Fernandes da Fonseca **Quaresma**

Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos

Gaudêncio Luís **Costa**

Jerónimo Lima Pires **Quaresma**

Jorge Lopes **Bom Jesus**

José Rui Tavares Cardoso

José Maria Afonso de **Barros**

Osvaldo Eduardo **João**

Osvaldo António Cravid Viegas d'Abreu

Raúl do Espírito Santo **Cardoso**

Wuando Borges de **Castro** de Andrade

Movimento de Cidadãos Independentes/Partido Socialista-Partido de Unidade Nacional (MCI/PS-PUN)

António dos Reis **Faleiro**

Baltazar Albertina **Quaresma**

Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**

Eldímiro Emiliano **Manuel**

Hélio Fernandes da Costa **Lavres**

Movimento BASTA (MB)

Delfim Santiago das **Neves**

Levy do Espírito Santo Nazaré

Sra. Ministra da Justiça, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, bom dia.

Solicito aos Serviços que conduzam os membros do Governo à Sala, se faz favor.

Sáudo o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, todos os Srs. Ministros, Sras. Ministras.

Na altura da abertura, não saudei os técnicos. Devemos ter um carinho muito especial pelos técnicos, porque através deles é que os nossos trabalhos são divulgados. Aos técnicos, muito bom dia, e aos nossos fiéis seguidores também, uma saudação muito especial.

Vamos continuar a nossa discussão na generalidade de dois instrumentos essenciais para o Governo, o OGE e as GOP.

Depois do dia de ontem, em tivemos uma discussão aturada, muito participativa, esperemos que hoje também seja da mesma forma, com muita acalmia, muita tranquilidade, muita elevação, para que possamos passar a imagem de que realmente somos a Casa da Lei.

Mas antes de pedir, porque assim ficou combinado que alguns ministros fizessem intervenção, para esclarecer algumas questões levantadas pelos Srs. e Sras. Deputadas, o Sr. Deputado Raúl Cardoso solicitou uma intervenção prévia.

O Sr. Raúl Cardoso (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do XIX Governo Constitucional, Sras. e Srs. Deputados, funcionários da Assembleia Nacional, Técnicos da Comunicação Social que estão connosco aqui, nosso povo, e aqui temos que fazer referência àqueles que residem cá e a nossa diáspora, que não pára de aumentar, a todos um bom dia.

Sra. Presidente, pedi esta intervenção prévia para endereçar um apelo a todos nós, digo, a todos os Deputados de todas as bancadas parlamentares, mas também ao Governo. Um apelo a quê? À serenidade, um apelo a humildade, porque ontem assistimos que o debate ia bem, mas houve momentos que houve intervenções que podiam levar isso a descambar. E pela situação que o nosso país enfrenta hoje, acho que o próprio povo está cansado de estar lá em casa a ouvir que estamos aqui a fazer confusões, muitas vezes, desnecessárias. O nosso foco deve ser o nosso país. Nós da Bancada do MLSTP/PSD estamos aqui de boa-fé, e todas as intervenções que forem feitas pelos Deputados da nossa Bancada serão feitas no quadro de querer colaborar. É isto que temos que entender, porque não temos qualquer outro objectivo. O grande objectivo é todos juntos podermos conseguir tirar o nosso país do estado em que está.

O País não pode continuar mais assim. Então, temos que nos entender. Somos obrigados a nos entendermos.

É este o apelo prévio que gostaria de fazer, para evitarmos intervenções com palavras que possam efectivamente chocar, magoar, pois isso não abona a favor dos nossos trabalhos.

Vamos continuar a trabalhar, e o MLSTP/PSD está aqui totalmente disponível para continuarmos a colaborar e de boa-fé.

Aplauso do MLSTP/PSD.

A Sra. Presidente: — Solicito ao Sr. Primeiro-Ministro quem será o primeiro membro do Governo a fazer a intervenção.

Importa referir que quem for fazer intervenção será na base das questões colocadas ontem.

Tem a palavra a Sra. Ministra do Ambiente.

A Sra. Ministra do Ambiente, Juventude e Turismo Sustentável (Nilda Mata): — Sra. Presidente, Membros da Mesa, Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro, Caras e Caros Colegas Membros do Governos, Sras. e Srs. Deputados, População de São Tomé e Príncipe, e os que estão na diáspora, muito bom dia.

Tivemos ontem a intervenção da Sra. Deputada Beatriz, que fez referência à questão do aterro. Acho que queria saber se iríamos construir aterros para todos os distritos, não é? Não precisamos ter um aterro em cada distrito, nem na Região Autónoma do Príncipe, porque o País é pequeno, e se formos ver a quantidade de lixo produzido também não justificava realmente esse investimento. Fica caro fazer um aterro. Por exemplo, em Cabo Verde, só há um aterro e esse aterro permite tratar lixo de cerca de nove municípios. Portanto, é uma questão de rentabilizarmos.

Também deixar aqui claro que nem todo lixo vai parar ao aterro, porque se fizermos isso o aterro, em vez de ter 10, 15 anos de vida, passará a ter muito menos. A ideia do Governo é mobilizar fundo para dotar o País dessa estrutura, que em princípio estamos a ver que será construído ou no Distrito de Cantagalo ou Lobata, para permitir depois que os outros distritos possam de facto depositar ali os seus lixos. Mas não é só aterro. O país deve ter também um centro de tratamento. A ideia é promover a economia circular: latas, garrafas e plásticos poderão ser transformados, como se diz, lixo em luxo. Temos que trabalhar neste sentido. É verdade que vai ser necessário fazer um trabalho de sensibilização, porque a triagem tem que ser feita a partir de casa. É verdade que se tentou, já com alguns projectos financiados, quer pela União Europeia, quer pela Cooperação Portuguesa, mas as coisas não funcionaram muito bem. Acredito que as Sras. e Srs. Deputados tiveram conhecimento de alguns projectos que já foram implementados, na questão

de gestão de resíduos. Vamos continuar a fazer esse esforço, porque é necessário termos aqui no País a gestão integrada dos resíduos. Portanto, dotar o País dessas duas estruturas, um aterro e um centro de processamento de resíduos, mas há pequenas iniciativas já no país. Não sei se conhecem, mas, por exemplo, a Santa Casa da Misericórdia já tem um centro de processamento, trabalha bastante com vidros.

Vou aproveitar para fazer aqui um apelo, as Câmaras distritais têm um papel fundamental neste processo. É verdade que falamos sempre de limitações de meios, mas não é só limitação de meios. Temos que sentar, ver o que é prioridade, ver os meios, racionalizarmos os meios que temos. Se fizermos isso poderemos, sim, a médio e longos prazo resolver esta questão.

Quero também fazer um apelo aos operadores económicos, independentemente de não termos ainda essas duas estruturas, que são fundamentais neste processo, mas podemos, sim, pedir a cada um para que de facto seja mais responsável.

Ontem, fiz aqui menção à Lei Base do Ambiente. A nossa Lei Base do Ambiente data de 1999. Desde 1999 o Estado sãotomense já estava preocupado com questões ambientais, com a saúde pública.

Fiz referência ao princípio poluidor-pagador. Também na nossa Lei Base temos o chamado princípio de responsabilização. Esse princípio implica o quê? Que cada um no seu sector e na sua área possa realmente ser responsável também pelas actividades que desenvolve.

Operadores económicos. Vemos aqui mesmo na cidade casas comerciais que não cuidam bem do lixo que produzem, no final do dia. Os seus funcionários é que levam o lixo, vão pôr nesses contentores que a Câmara disponibiliza. são poucos, para depois recolher, mas eles podem muito bem chamar a Câmara. Chamem a Câmara, façam um contrato, já fiz referência, porque assim também a Câmara poderá ter mais meios para melhorar também os meios que precisa para esse serviço, capacitar os seus colaboradores, e só assim que conseguiremos de facto dar resposta.

Portanto, Sra. Deputada, a ideia é nós promovermos a economia circular. Promovendo a economia circular, teremos muito pouco lixo, e dotar o País, independentemente da promoção da economia circular, dessas duas estruturas fundamentais.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura.

O Sr. **Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural** (Nilton Garrido): — Sra. Presidente da Assembleia, Sr. Primeiro-Ministro, Caros Colegas Ministros, Sras. e Srs. Deputado, Povo de São Tomé e Príncipe, quer a nível nacional, quer além fronteira, muito bom dia e um bom dia especial à Sra. Deputada Alda Ramos, que foi a pessoa que endereçou, pela primeira vez, uma pergunta que tem a ver com o sector agrícola. E de certa forma, ontem de manhã, também houve questões colocadas pelos Srs. Deputados Raúl Cardoso e Delfim Neves, que mais tarde retomarei.

Antes de mais, Sr. Primeiro-Ministro, quero reconhecer aqui a sua liderança, enquanto Primeiro-Ministro. Pela primeira vez conseguimos ver aqui de facto um governo que dá primazia ao sector público agricultura e desenvolvimento rural. Isso para nós é algo fundamental, pois, como disse ontem no seu discurso, investimento no sector primário, na agricultura, na pesca, na pecuária e infra-estruturas são fundamentais para garantir a segurança alimentar e aumentar o crescimento económico.

Na sua declaração, o Sr. Primeiro-Ministro disse ontem que «nenhum país do mundo se desenvolve sem um sector primário ou produtivo forte e infra-estrutura capaz de sustentar». Daí esse reconhecimento. Paralelamente a isso, o Sr. Engenheiro Sólito Cunha Lisboa fez recordar ontem uma declaração de Maputo, dos chefes de Estado, na altura, e depois foi ratificada em Malabo, que todos países deveriam alocar 10% do seu orçamento ao sector público de agricultura, e com isso conseguir-se um crescimento económico robusto para o sector agrícola e para toda economia desses países.

A Sra. Deputada Alda Ramos levantou questões de segurança alimentar, da disponibilidade, do acesso e do preço. Também tocou na questão de migração, na questão de mão-de-obra e na necessidade de máquinas agrícolas para de facto conseguirmos alavancar a produção agrícola. Eu gostaria de dizer à Sra. Deputada Alda Ramos que a migração de facto é um problema. Poderemos ver a migração num contexto interno, quer quando as pessoas saem das roças para a cidade, quer quando elas depois na cidade, muitas vezes, saem da cidade para outros países. Esta migração de facto tem causado algum abandono da terra agrícola e esse abandono tem como consequência, como é óbvio, a diminuição da produção. E se a produção diminui, então vamos ter um problema de preços que podem aumentar, e o aumento de preços provocar um aumento da inflação. Portanto, este é o desafio do Governo, que é no fundo estabilizar os preços dos produtos locais, mas para estabilizarmos os preços temos que aumentar a produção e de certa forma também com o objectivo de diminuir a importação dos congelados.

Ora, aqui nas GOP, no eixo 2, estímulo ao desenvolvimento económico sustentável, podemos verificar que existem algumas medidas de políticas e acções que vão de facto promover a diversificação da economia e o aumento da produção.

Desde logo podemos constatar nas GOP uma linha que diz «promoção de acções que concorram para a melhoria da segurança alimentar e nutricional». Estamos aqui a falar de medidas que depois podem se transformar em acções e, neste contexto, o Governo tem em linha, por exemplo, o Programa Mais Alimentos, com a Cooperação Japonesa, temos o COMPRAM, que é o projecto de apoio à comercialização da produtividade agrícola e nutrição, temos o serviço nacional de assistência técnica, estamos aqui a falar do CADR e suas delegações. Como sabem, não é possível desenvolver a agricultura, aumentar a produção

e a produtividade sem que de facto haja esse serviço de proximidade aos agricultores. É certo que as delegações regionais hoje estão quase num estado de abandono. Construímos no passado diversas delegações. Por exemplo, na zona Sul temos a delegação de Angolares, está fechada; na zona Norte temos a delegação de Ponta Figo, está fechada. Portanto, são investimentos públicos que foram feitos, mas por falta de continuidade muitas vezes de políticas hoje elas estão abandonadas. É o propósito do Governo também retomar paulatinamente algumas dessas delegações, para que de facto haja um serviço de proximidade aos agricultores.

Paralelamente a isto, temos o Projecto Priasa, que também vem numa vertente que vai ajudar a construir e requalificar algumas pistas rurais que aqui já foram ditas, umas em São Tomé, com destaque para a pista de Água Izé/Claudino Farro, com cerca de 17 Km, e algumas pistas na Região Autónoma do Príncipe, com cerca de 12 Km de pistas.

Paralelamente a isto, temos outra medida de política que podemos ver, criação de fundo de apoio à agricultura familiar. O Governo pretende criar um fundo de agricultura familiar. Os sucessivos governos tentaram criar o fundo, mas não foi possível. Estamos empenhados em criar esse fundo, para de facto subvencionar ou bonificar a nossa agricultura, porque sem esse apoio fica difícil incentivar os jovens também a criarem o seu próprio emprego ou auto-emprego.

Portanto, estas medidas estão previstas nas GOP e outras acções também que tem a ver. No âmbito desse projecto de algumas acções próprias do Ministério da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, adquirir insumos agrícolas que depois serão colocados em diferentes pontos de venda, estamos a falar de descentralização das vendas. Neste sentido, estamos a trabalhar juntamente com Projecto COMPRAM na organização dos produtores, para que de facto consigamos descentralizar as vendas e colocar assim este serviço, quer de assistência técnica, quer de venda dos insumos junto aos agricultores.

São várias medidas de políticas, também estou aqui a ver a outra que tem a ver com Projecto de Apoio a Fileiras Agrícolas de Exportação, estamos a falar de cacau, pimenta e de café. Para além dessas feiras, também estamos a desenvolver uma nova fileira de coco. É verdade que o projecto condecorará o seu término já em Junho, mas o Governo está a trabalhar juntamente com os seus parceiros, nomeadamente União Europeia, para que haja a segunda fase deste projecto.

Só para dizer à Sra. Deputada Alda Ramos que a maquinaria é importante, sim, mas ela por si só não resolve todos os problemas. Para suprir a questão de mão-de-obra, é preciso a maquinaria, mas para o aumento da produção agrícola é preciso outras tecnologias. Estou aqui a falar, por exemplo, da irrigação, da produção em estufa. Todo esse conjunto de acções poderão contribuir de facto para aumentar a nossa produção. A este respeito, o Governo está a trabalhar juntamente com algum parceiro, nomeadamente a República Popular da China, para adquirir alguns tractores, que vão ajudar sobretudo a lavrar a terra, também retroescavadoras, porque quem vive no mundo rural sabe que, para além das estradas principais, primárias, existem outras pistas secundárias, que de facto carecem de intervenção, para permitir a livre circulação de produtos e pessoas.

Gostaria de referir que no âmbito desta cooperação com a China nós importamos algumas maquinarias, algumas torturadoras, só são 10, são poucas, são máquinas pequenas que servem para misturar grãos, estou a falar de grão de milho, e servem para no fundo misturar capins, para dar pequenos e grandes ruminantes, no caso de gado bovino. No caso de grãos, para misturar grãos de milho, de soja e de farinha de trigo, para dar sobretudo aos porcos. Este trabalho está em curso, são poucas máquinas, só são 10 máquinas, estamos a trabalhar junto dos parceiros para importarmos mais destas máquinas, para além das outras máquinas que temos para lavar terra, porque terão que ser máquinas pequenas.

Como sabem, os nossos solos são muito argilosos e a intervenção de máquinas grandes coloca um problema. Portanto, chove muito, o terreno fica empapado, lama e não é possível operação com grandes máquinas. Terá que ser à base, tecnicamente, de pequenas máquinas, que poderão ajudar nessa lavoura.

Portanto, todas essas acções que eu acabei aqui de dizer, eu costumo dizer que são condições necessária, mas não são suficientes. E não são suficientes, porquê? Porque, nas Grandes Opcões do Plano, nós introduzimos uma coisa que se chama Programa de Desenvolvimento Rural Integrado. O que é esse programa? É um programa transversal, porque tem a questão ligada à Saúde, Infra-estruturas, trata-se de criar efectivamente condições para devolver a dignidade à pessoa humana nos meios rurais. Portanto, estamos a fala de habitação, de água, estradas, de luz, de creches, etc. Grandes partes dos sectores estão aqui inseridos. Porque, no nosso entender, se não criarmos condições de habitação e de infra-estruturas no meio rural, é difícil travar o êxodo rural, porque no fundo nós estamos aqui a falar de uma emigração, não só para exterior, mas também é preciso dizer que muitos saem do campo para as cidades e vão depois para outras actividades, como motoqueiros, etc., e contribuem de outra maneira, não de forma incisiva, nos sectores produtivos. Portanto, nós acreditamos que com este programa podemos promover acções que visem transformar essas comunidades rurais em aldeias e vilas com alguma dignidade, em que as pessoas possam viver. Exemplo disto é, não sei se os Srs. Deputados estão a lembrar-se disso, em 2021 houve enxurradas em Boa Esperança, as pessoas perderam os seus tectos, muitas foram para casa dos seus familiares, em Caldeiras e Agostinho Neto, e hoje com esse financiamento do PRIASA, através do BAD, nós estamos praticamente na fase de preparar o lançamento do concurso público, para a construção de 26 casas sociais em Boa Esperança. Paralelamente a essas 26 casas, nós vamos levar...

Aplausos.

...água e energia, e acredito que todas essas pessoas, agricultores, que saíram de Boa Esperança irão voltar a Boa Esperança e começar a desenvolver a sua actividade.

Portanto, esse programa é transversal. Para além desses objectivos, ele ainda serve para preservar o Património de arquitectura dessas antigas roças, promover o Turismo Rural e outras actividades geradoras de rendimento. Portanto, estamos a falar de desenvolvimento rural, que de facto é um programa bastante interessante, que vem aqui nas Grandes Opções do Plano.

Portanto, Deputada Alda Ramos, eu penso ter respondido às suas questões, mas antes de terminar era também para dar um mote ao Deputado Raúl Cardoso e ao Deputado Delfim Santiago das Neves, que levantaram a questão que tem a ver com empreendedorismo, o alargamento da base produtiva. Também o Deputado Delfim Neves falou da falta de medidas para a criação de emprego e criação de riquezas. De certa forma, falei de algumas dessas medidas que vão ao encontro, mas eu queria aqui reforçar as acções contidas aqui neste programa, no COMPRAM. Temos por exemplo financiamento desenhado para mais de 700 jovem. Temos desenhado cerca de 160 microcrédito jovem, para este ano. Estamos a falar do Projecto COMPRAM e do Projecto PRIASA. São projectos que têm financiamentos garantidos.

O Sr. Primeiro-Ministro, ontem, na sua intervenção, falou de um aumento exponencial de mais de 250% no sector público da agricultura. Estávamos a falar na ordem de mais 26 milhões, 70% desse financiamento vem do COMPRAM, com quase 5 milhões de dólares, PRIASA com quase 5 milhões de dólares. Estamos a falar de 70% de financiamento já garantido, para estes programas e projectos que estão previstos aqui.

Paralelamente a isto, temos outras....

Sra. Presidente: — Sr. Ministro desculpa cortar, mas é melhor cortarmos, para depois passarmos bem. Temos queixa de que, tanto a imagem como o som não estão a passar bem. Som na rádio, imagem e som na televisão. E eu não sei se podemos fazer um interregnozinho, para os técnicos tentarem ver qual é o problema.

Murmúrios.

Dizem que a imagem está péssima.

Esperamos a todo tempo que apareça um técnico da Rádio Nacional para fazer essa cobertura, tanto na rádio como na televisão.

Pausa.

Então, vamos retomar a nossa sessão.

O Sr. Ministro da Agricultura estava no uso da palavra, gostaria de convida-lo a continuar a sua intervenção e pedir desculpas aos nossos seguidores e também ao Sr. Ministro, que na altura foi forçado a deixar de fazer intervenção.

Tem a palavra, Sr. Ministro.

Sr. Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural: — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Como eu ia dizendo, na sequência da questão do Sr. Deputado Raúl Cardoso, que tem a ver com o empreendedorismo e alargamento da base produtiva, e também o Deputado Delfim Neves, que tem a ver com a perda da riqueza e criação de riqueza no âmbito das Grandes Opções do Plano, nós temos logo a primeira medida que tem a ver com zonas de desenvolvimento agrícola e pesqueira.

Portanto, eu não vou ser muito exaustivo, dizer apenas que, no âmbito das nossas acções, estamos a prever criar zonas de desenvolvimento agrícola em Mé-Zóchi, Lobata, Caué e Cantagalo. As medidas que eu vinha anunciando, de certa forma no COMPRAM, que tem a ver com potenciar microcrédito para os jovens e outras iniciativas de jovens e mulheres, portanto, as medidas que têm a ver com a criação de fundo e também de apoio a cultura familiar, todas essas medidas vão concorrer para que nós possamos dinamizar essas zonas agrícolas.

E paralelamente a isso, temos as zonas de desenvolvimento de pesca, estamos a falar do Distrito de Lembá, mais ao Norte do País, do Distrito de Caué, mais a Sul, Portalegre, e também a Região Autónoma do Príncipe, em que nós pretendemos desenvolver 3 polos de pesca. Portanto, criar condições de pesca, para nós desenvolvermos pescas semi-industriais e de certa forma, digamos assim, desenvolver a economia do mar e o *cluster* de pesca. O País esteve, durante muito tempo, virado para o mar, e este Governo entende que é tempo de dar primazia ao sector do mar e da economia azul. Portanto, estes 2 polos de desenvolvimento, agricultura e pesca, que acabei de dizer vão ajudar a diversificar a economia, alargar a base produtiva, aumentar o emprego e também aumentar a riqueza nacional.

Para finalizar a minha intervenção, eu queria dizer que os desafios do sector agrícola são muito e não termina por aí. Um ano e meio que falta ao Governo é pouco, como disse um deputado ainda ontem, o maior inimigo deste Governo é o tempo, e o tempo pode ser muito e não conseguirmos fazer muita coisa e pode ser pouco e nós conseguirmos aqui trilhar caminhos capazes de fazer a diferença e devolver a esperança ao povo, para que eles possam acreditar nas políticas e nos políticos, e sobretudo no desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

Portanto, muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Ministro da Agricultura.

Sr. Primeiro-Ministro, alguma intervenção?

Tem a palavra a Sra. Ministra da Educação.

Sra. Ministra da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior (Isabel Abreu): — Muito bom dia, Sra. Presidente, Mesa, Caras e Caros Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Caros Colegas: Eu passaria a dar resposta à solicitação feita pela Deputada Alda Ramos, acerca das barracas situadas na escola secundária de Bombom. Essas barracas, na realidade, encontram-se em péssimas condições, nós todos temos consciência disso. As barracas foram feitas no âmbito da Covid, mas de uma construção sem qualidade, feita em 2020, para reduzir o rácio professor/ aluno naquela escola. Mas pelo facto de não haver ainda espaço físico as barracas ainda não foram demolidas. Nós pretendemos demolir aquelas barracas todas, porque a parede está numa altura como este púlpito, e as salas são vítimas de vandalismo, os professores não conseguem dar aulas e o pavimento de barraca é de barro. Não se teve em conta nada de calçada de pedra, nem de arreia. Foi feito a pressa, para resolver uma situação emergente de Covid, comprehende-se, mas como é que vamos sair desta? Com o término das obras da Escola Secundária de S. Marçal. Essa escola tem 21 salas, tem anfiteatro, sala de informática, 3 laboratórios e polos desportivos. As obras serão entregues em Maio e vamos preparar o cenário, para que a escola entre em funcionamento. Mas para isso nós temos que ver o nível abrangente da população dos arredores de Bombom, S. Marçal, Pantufo e San Fenícia, porque a escola de San Fenícia tem até a 9.^a classe e a Escola Secundária de Bombom tem de 7.^a a 10.^a classes. E o cenário é tirar a 10.^a classe da Escola de Bombom e passar para a escola de S. Marçal. Dadas as condições da escola de S. Marçal, essa escola é um liceu, por isso, não se pode colocar crianças de uma faixa etária inferior, porque os meios são para os alunos mais desenvolvidos, noutros níveis de ensino. A projecção é colocar a partir da 10.^a, 11.^a e 12.^a classes na escola de S. Marçal. Caso o liceu tiver problemas, vamos tirar também algumas turmas da 9.^a do Liceu Nacional. Crianças que habitam na zona de S. Marçal que vêm para o Liceu, vamos colocar em S. Marçal, mas inferior a 8.^a classe, não faremos isso.

Todavia, a Escola Secundária de Bombom já há uma negociação com o Fundo do Japão, para a sua reabilitação, porque a escola está muito degradada. Eu sou testemunha dessa escola, recebi a chave dessa escola em 1997 até hoje. Fiquei lá por 9 anos. Saí e até hoje a escola não teve nenhuma intervenção, nenhuma reabilitação.

E como com financiamento do Japão nós conseguimos reabilitar o edifício idêntico na Trindade, então estamos a ver se o Japão também consegue nos dar financiamento também para a reabilitação da Escola Secundária de Bombom, para acabarmos mesmo com as salas improvisadas dentro do ginásio, que não tem janelas nem ventilação.

Não sei se respondi à sua pergunta.

A Sra. Alda Ramos: — Sim.

Sra. Ministra da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior: — Entrando na questão da Deputada Beatriz, de que não está inscrito o Jardim de Infância de Angolares, eu quero dizer que este jardim está inscrito no Ministério das Infra-estruturas, com o financiamento da União Europeia, no capítulo de água e saneamento. Como o Sr. Ministro das Finanças já tinha explicado, a Educação tem algumas obras dentro das Infra-estruturas. Esse Jardim de Angolares, o de Anselmo Andrade, Malanza e San Kilembe, em Guadalupe estão dentro desse projecto de financiamento, água e saneamento.

Esses jardins têm problemas de casas de banhos e, então, vai-se fazer uma reabilitação global do jardim. O tecto também entra na reabilitação global.

Já agora que estou no uso da palavra, com a sua permissão, Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, eu ontem fui abordada com algumas questões acerca da cultura, então eu gostaria de aproveitar o palco para anunciar aos caríssimos Deputados que o Ministério da Educação tem alguns meses. Como nós temos o mês da Criança, o mês da África, temos o mês de Abril, dedicado à cultura. Então, este ano, a actividade terá o seu início a 1 de Abril e este ano nós, a Educação, como forma de enaltecer a figura da nossa poetisa D. Alda do Espírito Santo, durante o mês, vamos proferir várias conferências acerca da nossa matriarca. Os temas são: Alda do Espírito Santo, pioneira da construção do Estado; Poetisa e Escritora; Educadora e Formadora; Nacionalista e Combatente da Pátria; Matriarca da Nação; Advogada da Mulher e Fundadora da UNEAS. Já temos alguns oradores, mas faltam dois. Ontem consegui um, não sei se algum Deputado se oferece a ser orador de um desses temas.

A segunda questão que eu gostaria aqui de lançar, um desafio também aos Srs. Deputados acerca da cultura, estamos na fase final da presidência da CPLP, então o mês de Maio, do dia 1 a 5, é o mês dedicado à língua portuguesa. Eu vejo muitos Deputados que eu já conheço bem que têm dedicação à língua portuguesa, por isso tenho 2 temas, mas os Deputados já estão identificados. Eu falarei com eles ainda hoje. Um dos temas é: Políticas Públicas para a Promoção de Livros e da Leitura nos Países da CPLP no Contesto São-tomense. Eu falarei com o Deputado que ei sei que tem muita dedicação e muito afinco à língua portuguesa, e a sua formação é dedicada, e o outro deputado é de História. Eu falarei com ele. O tema é «Desafio...

Uma voz: — Jorge Bom Jesus.

Sra. Ministra da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior: — Não. Jorge Bom Jesus é de Língua Portuguesa, não é de História. M

Murmúrios e risos.

Não estejam a inventar, deixem-me falar.

O outro tema é «Desafios dos Patrimónios Culturais dos Estados-Membros na CPLP.»

Murmúrios.

Eu ainda não disse, eu falarei com ele pessoalmente.

Então, são desafios que eu quero aqui avançar para os caríssimos Deputados, como apoio ao Ministério da Educação e Cultura. Porque há uma questão, Sra. Presidente, desculpe eu acho que estou a exceder o tempo, mas eu quero dizer lá muito sinceramente que eu fico magoada por ter que convidar as pessoas, estou aqui a ver para a cara das pessoas, para as actividades do Ministério da Educação, e as pessoas não aparecem. Depois criticam. Como é que colaboram, se não acompanham? Os Deputados, hoje ou amanhã, vão todos bater palmas, aprovar o Orçamento Geral Estado, mas depois o Orçamento cai no esquecimento, até quando nós aparecermos aqui. A Ministra Vera Cravid, quando vem, é submetida a alguns ataques. No meu ponto de vista...

Murmúrios.

Deixem-me acabar.

Os Deputados, na Educação, têm toda abertura. Eu não tenho audiências. Atendo a toda gente, o meu telefone é público, sou aberta, sou da Educação. A Comissão Especializada, se precisar da minha presença e a dos meus colaboradores, esteja à vontade, pode fiscalizar o Ministério da Educação, porque eu sou uma e única e nós temos escolas em todos os cantos mais recônditos do País. Eu não consigo sozinha, mesmo com os delegados e directores, dar cobertura a tudo isso. Então, os Deputados são representantes do povo, estão nas localidades, eu agradeço que acompanhem, fiscalizem, e mesmo no Ministério, se tiverem problemas nalguns direcções ou nalguns projectos, eu estou aberta para explicação. Assim, me sentirei mais à vontade, porque os meus colaboradores vão ver que toda a pressão e exigências não são só minhas, não são só do Governo, mas os Deputados também estão alertas.

Muito obrigada.

Applausos do ADI.

Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sra. Ministra da Educação.

Veio responder a algumas questões colocadas pelos Deputados e Deputadas na sessão de ontem e, já no uso da palavra aproveitou o momento fez algumas abordagens fora da questão do orçamento é verdade e lançou algum desafio, espero que os Deputados convidados tenham disponibilidade para colaborar com a Educação e com o Ministério da Educação, Sr. Primeiro Ministro quem vem agora? Sra. Ministra de Justiça e Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher tem a palavra.

Sra. Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher (Vera Cravid): — Bom dia, Sra. Presidente, Caros e Caras Sras. Deputadas, Caríssimos Ministros e Ministras, venho apenas para responder a 2 questões colocadas pela Sra. Deputada Beatriz Azevedo, quando ontem abordou a questão relativamente à verba sobre o fortalecimento da governância, que tem a ver com o povo, que tem a ver com a reforma da Administração Pública e também ligada à situação da construção do centro integrado de acolhimento a vítimas de violência doméstica. Gostaria apenas de dizer que a verba referente à questão da Reforma da Justiça vai ser financiada pelo Tesouro Público. Já se começou o processo e o mesmo terá continuidade. A verba está inscrita na página que fala sobre programas de investimentos públicos, na parte referente ao Ministério da Justiça, que é 25.00, que tem a ver com estudo de viabilidade da assistência técnica de Reforma Administrativa, Sistema Público Integrado, está toda aí prevista. Espero que a Sra. Deputada tenha encontrado estas inscrições no programa de investimento público.

No que respeita à construção e reabilitação de acolhimento integrado das vítimas de violências baseadas no género, este edifício será patrocinado pelo Programa Mais Igual, que é uma linha de financiamento da União Europeia, que está alocada no Instituto Camões, que nos vai permitir reabilitar uma casa do estado antiga, que neste preciso momento estamos a tentar localizar, ou a construção de raiz de um edifício para precisamente acolher estas vítimas, que têm passado por uma situação precária. Neste preciso momento só existe um pequeno espaço concedido pela Santa Casa, na Rua da Imprensa, onde era a Caritas, e praticamente só temos um quarto. É difícil a colocação das vítimas. O que se pretende é construir um espaço ou reabilitar uma das casas, se for possível, para poder alocar as vítimas. Muitas vezes, o centro de aconselhamento ou os próprios Tribunais ficam de braços atados, porque não têm como, nem espaço para colocar as vítimas. No momento em que são recolhidas, pretende-se evitar mal maior, retirando a vítima do espaço onde habita com o agressor.

Eu chamo atenção que a vítima pode ser tanto homem como mulher. Não estamos apenas aqui a falar da situação de abrangência apenas para senhoras, porque a vítima é de violência baseada no género. Vítima de violência doméstica pode ser homem como mulher.

Nós temos esse financiamento que está disponível para estas duas situações. Entretanto, aproveita-se também nesta altura para poder retirar o centro de aconselhamento da violência doméstica, que está num espaço arrendado, para poder ter um gabinete nesse espaço também que se pretende construir. Agora, outra questão, se vai ser construído no centro, norte e sul do País, ou mesmo na Região Autónoma do Príncipe, isso já tem a ver com a mobilidade e disponibilidade do parceiro. Porquê? É-nos conveniente que seja em Água Grande, porque se quer retirar o gabinete que trata das questões de aconselhamento a vítimas de violência doméstica, as pessoas trabalham todas em Água Grande, praticamente residem em Água Grande. A deslocação das pessoas para outros distritos implicaria outros encargos. Porque as pessoas têm que ter subsídio de transporte, subsídio de não sei quê, transporte adequado, para poder haver essa mobilidade. A pretensão é não construir muito longe do centro da capital, mas numa zona onde se pudesse oferecer maior garantia às vítimas, para que uma vez acolhida ela ou ele não seja ameaçado, ou que houvesse a possibilidade de penetração do agressor no centro de acolhimento.

Muito obrigada e espero ter sido esclarecedora nesse aspecto.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Ministra.

Sr. Primeiro-Ministro, ainda há?

Já não. Muito bem.

Agradeço o Governo e os repetitivos Ministros e Ministras que nos esclareceram sobre algumas situações levantadas aqui.

Vamos continuar os nossos trabalhos, desta feita com a intervenção dos Deputados. Nós temos já três inscritos, começo por chamar o Sr. Deputado Teodorico Campos.

O Sr. **Teodorico Campos** (ADI): — Sra. Presidente e demais Membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, Povo de São Tomé e Príncipe, quer residente no País como na diáspora, Técnicos e Colaboradores desta Casa Parlamentar, bom dia.

Bem, na sequência dos nossos trabalhos ligados às GOP e ao OGE, um exercício que nós iniciamos ontem, através da apresentação feita pelo Sr. Primeiro-Ministro, quero aqui também dar a minha colaboração e dizer que a nível do País nós temos imensos problemas, que paulatinamente acredito, com a colaboração de todos, não iremos resolver ou pelo menos minimizar. Grande parte dos problemas são transversais, eu quero primeiramente começar pela Saúde e o Turismo, que estão interligados. Hoje, tornamo-nos muito e muito difícil tentar afastar as pessoas nas ruas e nos diversos locais onde estão proibidos para venda, quer de produtos alimentares quer também de outros produtos. Se nós passarmos pela nossa cidade capital, nós vemos que por todo canto faz-se venda. O Governo já tinha tomado medidas, mas infelizmente a nossa mentalidade ainda continua a prevalecer. Mas temos que ser decisores, para que possamos acabar com isso duma vez para sempre. Porque se formos relembrar aquilo que foi a Praia Brasil, quando o Governo decidiu acabar com a mesma, acabou-se.

Recentemente, eu pessoalmente estive no mercado de Bôbô-Fôrro, aquando das actividades de 8 de Março, dia Internacional das Mulheres, vi muitos espaços fechados. Portanto, é preciso nós também agirmos em conformidade, pedirmos a presença também da Câmara, para que esta também labore. Aquando da apresentação do Programa do Governo, o Sr. Ministro da Saúde alertou-nos e disse-nos, que no Aeroporto e no Porto estão criadas as condições para a possível doença que está muito próxima, que Deus não permita que aconteça, que é a cólera. E nós sabemos o que é a cólera e como ela se propaga. Na nossa língua nós dizemos: *kua ká da ni wê, lixi ka kolê awa*. Portanto, todos nós devemos colaborar e não esperar só pelo Governo. Há que se tomar medidas, porque existe condições, mas as nossas feirantes, todas as pessoas que fazem negócio têm tido cabeça dura, e o que falta é um pouco mais de pressão.

Só para dizer que mesmo aos domingos, essa feira que se é habituada a realizar em todo canto da nossa praça, no meu entender, o Governo junto à Câmara deve criar um outro espaço, porque isso dá um mau aspecto à nossa capital. Estamos a falar de turismo, e a nossa cidade capital é o cartão de visita. Logo de manhã, se nós passamos nos domingos, por todo canto, a partir da Igreja de Conceição, dando volta para a Praça de Táxi, nem parece a nossa cidade capital.

Por isso, eu quero pedir ao Governo que tenha uma maior intervenção, para que nós possamos combater, de uma vez para sempre, esta indisciplina que tem estado na nossa capital.

Também pedir ao Governo, esta é uma mensagem que as senhoras que vendem fardo aqui na cidade capital, nas barracas, pediram-me que transmitisse cá na Assembleia. Porque aquelas senhoras estão a ser maltratadas naqueles recintos que é o seu ganha pão. Existem pessoas que fumam e usam bebidas alcoólicas, e o pior é que elas estão lá a fazer o seu negócio e não são respeitadas. Usa-se os cantos para urinar, elas perguntam, pedem um outro lugar, dizem não. Se a pessoa está a sentir-se mal, não tem outro espaço para urinar. Portanto, há que se fazer alguma intervenção e tomar alguma medida.

Entrando também no Ministério de Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural, quero aqui felicitar o Governo pelo pacote que o Ministério de Agricultura beneficiou. Sabemos que para a execução existem grandes dificuldades, principalmente com os técnicos, porque o Ministério de Agricultura é um ministério pobre, os técnicos preferem o que é justo, é normal passarem para outros sectores, mesmo projectos

integrados a nível do Ministério de Agricultura, outros decidiram emigrar e também procurar melhores condições de vida.

Por isso, um pouco que ainda resta, eu peço ao Sr. Ministro de Agricultura, que é a pessoa bem conhecadora da casa, que consiga unir e tentar buscar mais os outros para reforçar os nossos trabalhos.

Nós, ontem, falamos sobre a segurança alimentar e nutricional. É verdade que se nós formos ver hoje o nosso mercado, principalmente a matabala, nem toda família consegue comer a matabala. Nós dizíamos que uma boa matabala com um cozido de peixe, mesmo uma família pobre passava. Mas infelizmente hoje se prefere comprar 1 quilo de batata inglesa do que comprar matabala, porque o preço é elevadíssimo. Por isso, eu quero pedir ao Sr. Ministro de Agricultura que, através de financiamentos, possa criar outros serviços, para nós aumentarmos principalmente a produção de matabala. Nós temos comunidades identificadas. Como disse recentemente, Boa Esperança é uma comunidade potencial, e os agricultores abandonaram devido a condições de moradia. Há muitas outras comunidades abandonadas pelas condições de via de acesso. Mas com a intervenção do PREASA III, acredito que nós poderemos ter melhores condições, para o aumento da produção e da produtividade.

Enquanto isso, nós dizemos que não temos possibilidades para plantação, mas é muito prático. Nós temos o tronco de matabala, que damos principalmente aos porcos. Através desse tronco, não é preciso muitas experiências. Com BECAFI ou mesmo com as delegações regionais, há muitos agricultores que têm muita experiência, também podem muito bem preparar o solo e adquirir materiais vegetativos para essa multiplicação de plantas.

Tudo isso, enquanto nós fizermos, há dois inimigos que nós temos: é o roubo e animais soltos. Principalmente os porcos são animais divagantes que devoram rapidamente todos os tubérculos.

Por essa razão, é preciso que o Governo dê uma maior atenção à questão de roubo e também à questão de animais soltos.

Portanto, fico por aqui, obrigado, Sra. Presidente.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Teodorico Campos.

Eu aqui lanço um apelo aos próximos Deputados, que se cinjam somente nos assuntos da Proposta de Lei do Orçamento e das GOP, porque nós temos outros palcos, outros momentos para reflectirmos à volta de questões políticas de interesse relevante, questões sociais. Por agora, para se cingirem às Propostas de Lei do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Planos. Quando formos para a especialidade, vamos discutir as tabelas, os quadros, todos os anexos destas mesmas propostas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Conceição Moreno.

O Sr. Conceição Moreno (MLSTP/PSD): — Apresento as minhas saudações à Presidente da Assembleia e a Mesa, aos Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, tanto a População de São Tomé e Príncipe, especialmente a População da Região Autónoma do Príncipe.

Sr. Primeiro-Ministro, eu aproveito este curto tempo, para me dirigir diretamente ao Governo, sobre a questão da Proposta do Orçamento, e neste capítulo digo o seguinte:

Um, até hoje não há sinal de comunicação social nacional, e gostaria de perceber que política orçamental o Governo pretende para a sua reposição. Mesmo assim as pessoas no Príncipe pagam a factura da EMAE, que inclui a taxa audiovisual.

Dois, posto que as propostas não foram definidas neste Orçamento, eu quero apresentar algumas deficiências que a Região Autónoma do Príncipe enfrenta.

Dizer, aos Ministros que ontem interviewaram na discussão, o Sr. Ministro da Saúde, o Sr. Ministro das Infra-estruturas, a Sra. Ministra da Educação e também o Sr. Ministro das Finanças, que subscrevo as manifestações de intenções a se realizar, com particular destaque para a casa de Ponta do Sol.

Sr. Ministro de Infra-estruturas, as rodovias da Região carecem de obras. Não deixem o Paços de Conselho morrer! Não deixem a ponto sobre o Rio Papagaio cair! Não deixem que o Príncipe continue sem edifícios públicos e que o Governo continue a funcionar em casas arrendadas!

Gostaria que as GOP se debruçassem sobre políticas da criação de riqueza na Região Autónoma do Príncipe: agricultura, pesca, empreendedorismo e abastecimento de todos os bens básicos da Região, que também não tiveram acolhimento na política orçamental vigente.

A situação social e económica da população da Região Autónoma do Príncipe está caótica, mas nada de política orçamental ao nível do Estado para inverter a tal situação.

Sr. Ministro das Finanças e Sr. Ministro da Saúde, concordo plenamente que o Príncipe tem que se organizar. Porém, tem também que prestar contas e ser transparente. Não pode haver uma gestão em que de facto não haja prestação de conta e que não seja transparente. O Príncipe também tem que dar sinais. Autonomia cria condições políticas para gerir os meios próprios. Contudo, tem que haver audição das contas públicas e das actividades públicas. O Príncipe não pode atingir o nível de uma Região Autónoma, depois ser deixada à sua sorte e não há acompanhamento, seguimento, nem audição das actividades públicas.

Sr. Ministro da Saúde, as obras do dito bloco operatório do Príncipe já passaram pelas mãos de mais de quatro empresas de construção. E há mais de 20 anos que se está na execução desta mesma obra, se a memória não me falha. Não há informação concreta, o que indica princípio de corrupção neste processo de transferência de empresas e empresas, na execução desta obra. Vantagem, amiguismos e outras formas

de crimes relacionam-se com as instituições públicas. Contudo, a obra não acaba ao longo dos mais de 20 anos de execução. E as obras entram, digamos, num corredor da morte. Aliás esse do corredor da morte chama-se assim: faz, parte, faz, parte. Uma empresa entra, parte. Outra vem, faz, outra parte. E o tempo está indo. E, nesta altura, o Sr. Ministro ontem, quando anunciou que de facto vai partir mais um bocadinho, porque é necessário que haja outras alterações, que parte, sim, mas que também, Sr. Ministro, como já ouvi aqui, em 2023, quando havia intervenção no orçamento, havia Deputados de bancadas destintas que diziam «mãos duras». Queremos mãos duras, queremos governação de transparência. Ou vivemos nesta terra e começamos a dar sinais, ou então todos nós vamos ter que abandonar a nossa própria terra.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Conceição Moreno.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rui Cardoso.

O Sr. **José Rui Cardoso** (MLSTP/PSD): — Eu gostaria de saudar a Sra. Presidente e a Mesa, de que eu também faço parte, gostaria de saudar as Sras. e os Srs. Deputados, Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Srs. Técnicos da Casa Parlamentar e da Comunicação Social, todo povo de São Tomé e Príncipe. Um bom dia a todos.

Sr. Primeiro-Ministro, ouvi aqui muito bem o Sr. Ministro de Agricultura, com alguns projectos ambiciosos, e gostaria de saber relativamente a esses projectos ambiciosos, isto porque sou agricultor e criador de animais. Tendo Sr. Ministro falado aqui sobre algumas máquinas que conseguiram comprar, gostaria que uma dessas máquinas pudesse ser colocada em Lembá, porque eu sou do Distrito de Lembá.

Mas também não ouvi o Sr. Ministro dizer qual é o projecto que o Governo tem relativamente às roças abandonadas. Nós sabemos que a SOTOCAU tem grande uma parcela de terra que neste momento está abandonada. Estamos aqui a constatar que muitas pessoas viajaram e não se está a trabalhar as roças. E eu quero aqui dizer também que muitas pessoas neste momento também estão à procura de roças para trabalharem.

Uma voz: — Tem SATOCAU.

Risos.

Com o aumento do preço do cacau, há muitas pessoas interessadas. Então, eu gostaria de ouvir do Sr. Ministro de Agricultura qual é o projecto que o Governo tem em carteira para essas roças abandonadas.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado José Rui Cardoso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Lavres.

O Sr. **Hélio Lavres** (MCI/PS/PUN): — Sua Excelência Presidente da Assembleia Nacional e a Mesa, Caras e Caros Deputados, Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro Chefe do Governo e o seu Elenco, bom dia.

Quando eu recebi o Orçamento pela primeira vez, percebi que era uma proposta de Orçamento realmente desafiadora e encorajadora, em simultâneo. Desafiadora, tendo em conta o contexto macro-económico a nível mundial, e encorajadora no sentido que eu percebi também, depois de fazer uma leitura diagonal dos indicadores macro-económicos que o Governo propõe, que é possível ultrapassar algumas barreiras, mesmo com as condicionantes externas. Mormente o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a previsão projetada, uma trajetória de recuperação, muito bom; a previsão da inflação com tendência claramente para se estabilizar, embora essa previsão de inflação ainda não vai reflectir no poder de compra das pessoas, é uma questão de continuarmos a trabalhar. O saldo orçamental primário com uma progressão de melhoria, a nossa balança corrente que mostra uma diminuição do défice, a redução das dívidas projetadas com um indicador interessante, o que vai permitir de facto o Governo ter alguma folga orçamental. No fundo, em resumo, esses indicadores macro-económicos, nos sinaliza um cenário fiscal saudável. Quer dizer, tudo num quadro previsional do seu Orçamento, vamos é com certeza monitorizar esses indicadores, de forma ajudar o Governo também, para que essas metas sejam atingidas até o final do ano.

Essas informações para mim, em termos macro-económica, são importantes, porque assim o Príncipe poderá também se beneficiar mais e melhor de algum recurso para resolver vários problemas de dupla insularidade, e assim também reduzir as assimetrias existentes entre as ilhas.

Fiquei satisfeito ao ouvir ontem o Ministro das Infra-estruturas anunciar um leque de acções, e eu espero que não sejam apenas narrativas, que sejam acções concretas. Fibra óptica para o Príncipe, muito importante, porque também vai nos ajudar na redução dessas assimetrias.

Falou aqui também de energias limpas, e para nós enquanto ilha reserva da biosfera seria muito importante termos de facto essa tal transição energética. Repare que o consumo do Príncipe na ora de pico é de apenas 1.2 megas, isto quer dizer que apenas com alguma vontade política, e eu acredito que este Governo a tenha, nós resolveremos definitivamente o problema da energia no Príncipe. É claro que é sempre bom ter geradores a diesel, para o *backup*, sempre que for necessário.

Também fico satisfeito com o anúncio aqui do Sr. Ministro das Infra-estruturas sobre as casas de Ponta do Sol. Isso é muito importante. Cerca de 10 quilómetros mais de estradas para o Príncipe. Melhoria de algumas obras no Aeroporto regional, que precisamos. E falando do Aeroporto, também fiquei ansioso e contente, também por ser do Príncipe, com o anúncio dessas obras, que vem acompanhado da introdução de mais companhias para ligar as ilhas e assim também reduzir os custos e sofrimentos das pessoas que se deslocam de uma ilha para outra. Reparem que o preço, neste momento, da ligação entre as ilhas é de cerca de 7 000 dobras. É caríssimo para os são-tomenses que vivem na Região Autónoma do Príncipe.

Mas eu também não ouvi o Sr. Ministro focar sobre o nosso porto. Aquilo não é porto e não tem nada de porto. Aquilo é um pontão. Não ouvi o Sr. Ministro falar nada sobre o porto e gostaria que me elucidasse sobre essa infra-estrutura, porque sem o porto e sem o aeroporto uma ilha ultra periférica como o Príncipe, porta de entrada e de saída, não funciona. E é difícil ouvirmos aqui falar de redução de assimetria se nós não focarmos nas duas infra-estruturas de extrema importância.

O meu colega Conceição Moreno frisou, e nunca é demais bater aqui, o Paços de Conselho, que é um edifício centenário, localizado no centro da cidade de Santo António. A cada dia que passa degrada-se, o Príncipe chove muito, e nós receamos que este edifício emblemático se desmorone.

Eu agradeço também aqui o Governo, através do Ministro das Infra-estruturas, se há alguma informação sobre esse aspecto, sem descurar a Ponte Papagaio, que é a chave para a ligação do Príncipe com a zona sul. Temos uma ponte adicional, mas ela não nos garante a logística, as pessoas e os bens que circulam basicamente para a zona sul. Que ela tenha resistência suficiente para suportar alguma outra pressão sobre ela. É imprescindível.

Eu gostaria que o Sr. Ministro nos elucidasse, sobretudo a mim, e acredito que os Deputados também do Príncipe estão interessados em ouvi-lo.

Ouvi também atentamente o Sr. Ministro da Saúde e fico satisfeito que se está a criar um plano de especialistas para a Região Autónoma do Príncipe. Sr. Ministro da Saúde, esse plano, no meu entender, é para avançar. Eu particularmente irei acompanhar isso de perto, porque as pessoas, os são-tomenses que vivem no Príncipe, têm graves problemas de saúde. Há pouco tempo, dois anos atrás, muitas senhoras morreram no parto, por questões de diagnóstico antecipadamente. Quer dizer, preventivamente diagnosticar algum outro problema, sobretudo nas senhoras, e isso tem acarretado custo elevado ao Governo regional. Com as receitas interna, tem-se evacuado inúmeros doentes, e com todos os constrangimentos que isso depois traz para as pessoas que se deslocam para São Tomé, para tratamento de saúde.

Eu gostaria que de facto isso não ficasse no papel, não fosse mais uma listagem das questões que o Governo pretende para o Príncipe, mas que se concretizasse de facto.

Falou também o meu colega Conceição Moreno sobre a melhoria do hospital, uma obra que já vem há mais de 20 anos, gostaríamos de ver essa situação também minimizada.

Ouvi atentamente o Ministro das Finanças, e o que peço ao Sr. Ministro à partida é que as taxas portuárias sejam eliminadas imediatamente, para reduzir o sofrimento e os custos das mercadorias na Região Autónoma do Príncipe.

Adicionalmente, foi anunciado aqui também a subvenção de produtos da cesta básica. Julgo que no Príncipe os problemas que temos não se enceram nas cestas básicas. O problema é mais do que isto, porque eu não posso conceber, enquanto são-tomense, o País é uno, compro um saco de cimento aqui em São Tomé a 300 dobras e no Príncipe comprar um saco a 450 dobras. Eu não posso comprar aqui um varão de ferro de 8, para fazer pilares de construção, a 200 dobras e no Príncipe comprar 350 dobras. Aqui não se trata de cidadãos de primeira e de segunda. Julgo que o Estado deve criar condições, de forma que os cidadãos, onde eles estejam, em qualquer ponto do País, tenham a mesma possibilidade na aquisição desses produtos. Fiquei satisfeito em ouvir sobre a subvenção, e vamos acompanhar isso também da cesta básica, mas os problemas do Príncipe, mais uma vez, não se encerram na cesta básica. É uma gama de produtos que nós precisamos, de forma que os são-tomenses que vivem na Região sintam que eles estão no País São Tomé e Príncipe. Não é normal!

Ainda com o Ministro das Finanças, por último, e só para fechar agora, vi o *plafond* previsto para a Região, fico com alguma dificuldade, primeiro, em perceber quais são os critérios que essas verbas foram alocadas e, para dissipar essas dúvidas, se calhar, gostaria que o Governo espelhasse e descriminasse, para nós percebermos o que é que está ali dentro. NÃO sei se houve conversa prévia com o Governo regional, espero que sim, mas enquanto Deputados estamos aqui e vamos entrar no período de especialidade, e gostaríamos que o Governo espelhasse e descriminasse, para nós termos uma noção clara do que é que foi atribuído ao Príncipe.

Obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Hélio Lavres.

Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. Raúl Cardoso (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, estou cá para mais uma vez tentar contribuir.

Ontem, quando estávamos cá, um cidadão entrou em contacto comigo para falar sobre o desporto nacional. Sr. Ministro da Saúde e Desporto, tenho na página 25 das GOP aquilo que é o desporto nacional, as várias actividades, mas o relato que é feito por esse cidadão que está bem dentro daquilo que são as várias actividades desportivas deste país, é necessário o Governo olhar para o desporto de uma maneira

muito responsável e ver que acções concretas para esta área. Sabemos que hoje há esta emigração nossa, gente que vai saindo, procurando melhores condições vida, e muitos deles são atletas, que acabam por chegar a Portugal e conseguem muitas vezes, em Portugal, condições que não têm em São Tomé. E quando são convidados para representar o País, porá e simplesmente se recusam. Recusam-se, porque as condições que têm aqui não são as melhores. Informações é que as federações não têm sítio para estar. Muitas vezes a sede está na casa do presidente e não existem condições nenhuma para os atletas treinarem. Eles muitas vezes têm que inventar as condições para poderem continuar a praticar o desporto, muitas vezes têm que treinar descalços. Portanto, esta é a radiografia que foi feita.

A outra coisa que este cidadão me dizia é que mesmo as viagens desses atletas, houve uma altura que eles podiam viajar e o Governo dava-lhes passaportes de serviço, porque eles iam em missão do Estado sâo-tomense, mas também isto foi abolido. Quer dizer que um desportista, mesmo que saia daqui para representar o nosso país, não tem sequer direito a um passaporte de serviço, porque ele vai representar o Estado. Então, seria bom que tudo isso fosse visto e que o Sr. Ministro também se encontrasse com as várias federações, para ver o que é possível fazer. O cidadão chegou ao ponto de me dizer mesmo que nem um sabonete e nem um gel de banho tem direito. Não têm qualquer apoio do Estado. Nem qualquer subsídio. Ele quer dedicar-se à prática de desporto, mas nem tem apoio do Estado.

Mas ainda outra questão que me preocupa, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro de Estado da Economia e Finanças, eu já bati várias vezes em relação a isto e volto cá novamente, não vou desistir. Talvez desistirei se nada for feito no dia que o MLSTP for ao poder e voltar-se a repor isto, que eu acho ser uma injustiça. Por que é que um aluno do ensino superior paga a propina e tem que pagar o IVA e um aluno do ensino público paga a propina sem o IVA? Por quê esta injustiça? Portanto, eu já falei disto nos Orçamentos de 2023, 2024 e eu volto a tocar nisto. Isto é uma questão de justiça. Porquê? Eu, quando ouvi o Primeiro-Ministro dizer que, no quadro do IVA, vai-se ver algumas alterações a introduzir, Sr. Primeiro-Ministro, eu gostaria que uma das alterações fosse esta, isentar os alunos do ensino privado do pagamento de propinas. Eu agradeço que se faça, porque senão eles vão dizer que eu continuo a falar, falar e não se está a resolver isso.

O Sr. Jorge Bom Jesus (MLSTP/PSD): — IVA na propina.

O Sr. Raúl Cardoso (MLSTP/PSD): — IVA na propina. Desculpe. Trata-se do IVA. Está bem.

É uma questão que eu quero apelar.

Mas também ontem, no uso da palavra, falei da questão de apoio concreto para o sector privado. Sr. Primeiro-Ministro, o que é que existe de concreto em relação ao sector privado? Porque se nós investirmos no sector privado- esse sector privado vai gerar emprego e o gerar de emprego vai fazer o quê? Vai diminuir a carga dos problemas sociais que muitas das vezes caem sobre os ombros do Governo. Então, que medida concreta se tem em relação a este apoio ao sector privado? Porque nós não podemos ter a pretensão de pensar que o nosso país vai desenvolver sem um sector privado forte. Nós não vamos conseguir. Porque não é o Estado que vai sozinho desenvolver o País. É preciso um sector privado forte.

Outra questão, Sr. Primeiro-Ministro, hoje continuamos a falar muito de petróleo e há muita especulação que se faz à volta deste dossier. Fala-se de uma empresa que vai novamente fazer furos e gostaríamos de saber, no quadro aqui deste Orçamento e das GOP, que perspectivas existem neste momento, efectivamente, para o nosso país. Porque também muitas vezes é através dessas empresas que vêm para intervir na área de petróleo que nós conseguimos o quê? Os tais apoios sociais que muitas vezes eles fazem. Sabemos que há empresas deste ramo que hoje nos ajuda com as bolsas de estudo dos alunos. Então, gostaríamos de saber se se vai fazer furos e que perspectivas em relação ao nosso futuro. Porque é preciso este país desenvolver-se mais, é preciso desenvolver de forma transparente, para que todos nós possamos acompanhar efectivamente o que está em carteira para desenvolvermos o País.

Era isto que eu queria dizer, Sr. Primeiro-Ministro.

Sra. Presidente, muito obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Monteiro.

A Sra. Filomena Monteiro (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, muito boa tarde. Deputados que fazem parte da Mesa, Caras e Caros Deputados, muito boa tarde. Sr. Primeiro-Ministro e o seu Elenco Governamental, muito boa tarde. Técnicos da Assembleia Nacional e os nossos Assessores, Técnicos da Comunicação Social, Povo de São Tomé e Príncipe e em particular os lobatenses, muito boa tarde.

Sra. Presidente, eu tomo a palavra para dizer ao Governo que, qualquer governo no poder, anseia realizar acções que vão ao encontro da população. Nós recebemos estes dois grandes instrumentos, tivemos um pouco de tempo para os ver, e percebemos a intenção do Governo. São muitas situações para resolver ao nível do País, mas sabemos que o tempo é escasso para o fazer.

Alguém aqui ontem dizia para reflectir e eu digo para analisar e saber na realidade, neste espaço de tempo, o que é que podemos fazer. A população sofre de algo básico e acho que a carência de água é a

nível de todos os distritos. Assim, espero que isso seja uma das prioridades, até terminarem esta legislatura, que haja água nos distritos.

Tomo a palavra também para falar que ouvi o Ministro da Saúde, ontem, falar de especialização, mas nas Grandes Opções do Plano nós não vemos a palavra especialização, e por outro lado não há orçamento para que os técnicos se especializem. Falo isso porquê? Porque se pensa na realidade construir um novo hospital e sabemos que a situação da Saúde continua péssima. Portanto, para se especializar, o Ministro da Saúde sabe que se leva 3, 5 anos. Se vamos construir hospital, temos que pensar na formação dos médicos que temos, muitos médicos novos, para que eles se especializem. Em 2022, fizemos sair cinco médicos, mas não basta, porque nós sabemos que há muitos doentes que sofrem de problemas renais e nós não temos nefrologista, antologista e não temos entomologistas. Portanto, não é necessário aqui citar nomes, porque o Ministro da Saúde sabe.

Portanto, o apelo que fazemos é que haja um orçamento, não dependendo dos parceiros, para que os médicos mais novos saiam e vão especializar-se.

Por outro lado, Sr. Ministro da Saúde, em 2022, nós assinamos um projecto com a representante do PNUD. Falo de Projecto Woche. Falo deste projecto, porquê? Porque vi nas GOP que estão a reabilitar os centros de Saúde de Lobata, Caué e Cantagalo. Este projecto não só visava a reabilitação destes centros de Saúde, mas sim oito centros de Saúde, porque incluímos também parte da Região Autónoma do Príncipe, e incluímos também parte do Hospital, onde temos alguns contentores. Portanto, havia financiamento por parte da OMS, que ia cingir-se apenas à condução de água para esses mesmos centros de Saúde e postos sanitários, nos distintos distritos do País e oito centros de Saúde. E nós não verificamos, não sabemos se se concluiu as obras em todos esses centros de Saúde, ou se se está para retomar esta mesma actividade, porque já vão quase 3 anos que nós assinamos esse mesmo projecto.

Relativamente à Educação, a Sra. Ministra da Educação quer que vamos ao Ministério da Educação, porque está aberta. Agradeço por estar aberta, porquanto nós aqui falamos, no ano passado, da escola de Conde. Temos por detrás de uma escola uma construção que se iniciou no ano 2022, vimos que depois de sair o XVII Governo essa obra praticamente não teve a sua continuidade e, como estão a retomar este ano, desde já agradecemos. Mas defronte a esta mesma construção nós temos uma escola adaptada, ontem um deputado aqui falou. Para quem vai para Guadalupe, vai para Neves, vai para Micoló, vê aquela coisa, não pode, e os professores continuam ali a dar aulas. Eu acho que com pouca verba pode-se arranjar portas, janelas e fazerem uma pintura, não obstante ter a obra que têm por detrás desta mesma escola.

O Sr. **Arlindo Santos** (ADI): — a senhora não fazia parte do outro governo?

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP): — É Deputado Bondoso, não é? A voz que eu ouvi.

Vozes do ADI: — Não, não!

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Desculpa colega. Desculpa, então.

Por outro lado, ainda para o Ministério da Educação, há construções de creches ao nível de vários distritos. Ao nível de outros distritos, volto a fazer menção à Creche de Changra e falo também da Creche de Água Sampaio. Para quem conhece o Distrito, é uma zona distante, crianças não podem sair daquela comunidade até Santa Luzia, e essas crianças praticamente não têm acesso à educação nos primeiros momentos, porque como sabemos as crianças vão para creche com 3, 4 anos. Essas crianças não têm acesso a este mesmo direito que todas outras crianças têm.

Relativamente à situação da diáspora, a Ministra dos Negócios Estrangeiros não está cá, mas nós gostaríamos de saber o que é que o Governo preconiza na realidade para a nossa comunidade na diáspora. Não apenas fazer troca de embaixadores, mas sim penso que tem que ter recursos alocados para ajudar os sãotomenses na diáspora. Falo isso, porque daquilo que sentimos, daquilo que vimos, daquilo que assistimos, daquilo que acompanhamos na internet, daquilo que acompanhamos nas redes sociais, os sãotomenses estão pelo mundo fora padecendo. Estão a sofrer em Angola, em Cabo Verde, menos, em Portugal, em Libreville e, portanto, o Governo tem que pensar no que é que vamos fazer ou o que é que tem em carteira dos recursos que têm alocados para vários os ministérios, como podemos reforçar o Ministério dos Negócios Estrangeiros para ajudar os nossos sãotomenses na diáspora. Porque as pessoas correm, vão às embaixadas, mas por vezes as embaixadas ficam de braços atados, não conseguem fazer nada. Não só para os doentes como para pessoas desempregadas, como pessoas desalojadas. Os embaixadores ali não conseguem fazer nada pelos nossos compatriotas, nossos conterrâneos. Isto não acontece com os estrangeiros cá. Nós sabemos que muitos estrangeiros vivem aqui em São Tomé, eles não são assim maltratados como os sãotomenses lá fora.

Portanto, eu gostaria que o Governo pensasse um pouco sobre isto. Ao nível dos direitos humanos, nós sabemos que há uma fraqueza ao nível do nosso país relativamente a isto. Nós ao nível da nossa Comissão tentamos, por várias vezes, ouvir a Ministra da Justiça, mas houve sempre imbróglio, constrangimentos e nós não conseguimos na altura.

A Sra. **Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher**: — Eu?

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Não era consigo, Dra. Vera. Por amor de Deus! Quando a Ministra se predispôs, também não tivemos tempo de recebê-la. Eu agradecia, porque vi nas GOP que vão implementar o instituto dos direitos humanos. Eu gostaria que para esse instituto a composição da equipa não partisse do Governo, mas sim através de um concurso público.

Por outro lado, também pensam em criar um gabinete anticorrupção, e gostaria que esse gabinete tivesse já recurso ou para me dizer se já têm recursos para a criação deste mesmo gabinete, porque o País precisa. Muita corrupção. Porque alguém aqui ontem disse, muita corrupção. A corrupção não está nos ministros, está nas DAF dos ministérios. E os ministros, quando saem, são eles indicados, mas a corrupção está nas DAF dos ministérios.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Applauso do MLSTP/PSD.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Desculpe, Sra. Presidente, há uma pergunta que tenho para a Sra. Ministra da Educação.

É referente a aquilo que falou ontem sobre as roças e casas e que foram submetidas a eleição como património da UNESCO. Gostaria de saber que critérios foram usados para que essas fossem seleccionadas para serem património da UNESCO. Falo de Agostinho Neto, que não pensaram, de Bela Vista, Boa Entrada, Porto Alegre, mais e mais.

A Sra. **Presidente**: — A todo o tempo o Governo, quando quiser fazer intervenção, é só assinalar. Tem a palavra o Sr. Deputado Ossáquio Riôa.

O Sr. **Ossáquio Riôa** (ADI): — Sra. Presidente e a Mesa, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, Técnicos da Assembleia Nacional, boa tarde.

Sr. Primeiro-Ministro, enquanto Chefe do Governo, ontem eu estive muito atento às suas respostas a algumas questões.

Um deputado falou aqui sobre a estrada que liga Água-Izé a Claudino Farro, e hoje veio cá o Sr. Ministro da Agricultura fazer uma explanação, esclarecendo sobre quem irá assumir essas obras que ficaram na mão do PRIASA 3. Mas deixou-me com uma dúvida, que gostaria de esclarecimento, para que eu possa explicar ao povo que vive nessas localidades, se a construção da estrada será por fase ou mesmo uma ligação de Água-Izé até Claudino Farro. Esta é a minha primeira, questão para o Sr. Ministro da Agricultura, Sr. Engenheiro Nilton Garrido.

Outrossim, falo da água da Cidade de Santana, Água-Izé e arredores. Está inscrito no Orçamento, eu vi, mas para dizer ao Sr. Primeiro-Ministro, com muita seriedade, que nós de Cantagalo, falo em nome do Povo de Cantagalo, estamos um pouco cansados, porque várias vezes isto entra no orçamento e ultimamente o Primeiro-Ministro cessante fez uma passeata às mesmas localidades e deixou bem claro que iríamos ter água no mês de Janeiro. De Janeiro para cá não temos nenhum sinal. Eu gostaria de pedir ao Sr. Ministro de Infra-estruturas para poder explicar-nos, esclarecer aquele Povo de Cantagalo o porquê de tanta demora, tanto esperar este líquido tão precioso que todos precisamos.

Mais uma preocupação que não está no Orçamento. Temos a ponte que liga Água-Izé, Plano e Boca de Inferno. Já caiu lá pessoas. Nem a Câmara, nem o Governo, ninguém fez uma e única intervenção. E também lendo a Proposta do Orçamento e as GOP não vi nada inscrito que têm a ver com a ponte, que é uma ponte que ajuda este povo tão humilde, que é o Povo de Água-Izé, Plano e de outros lugares que nos vão visitar. Digo ao Sr. Primeiro-Ministro que crie uma adenda para resolver a situação desta mesma ponte.

Para terminar, ainda falo do meu Distrito, ontem estive em silêncio a escutar um e outro deputado, e um dos deputados fez aqui as suas somas e o resultado final era sempre zero, zero, mais zero. Só que o deputado citou alguns anos, alguns nomes, esqueceu-se de falar de 2018 a 2022. Digo isto porquê? O Sr. Deputado falou, somou, deu zero, mais zero, mais zero, por isso eu queria dizer a este mesmo deputado que se esqueceu de 2018 a 2022, quando lançaram a obra da Creche ou Jardim de Quimpo. *Está lá com cunha*. E este mesmo deputado tem conhecimento e participou também no lançamento do Jardim de Angra Toldo Cavalete, está lá com capim. Este deputado tem que ter responsabilidade, enquanto representa o povo, pois tem conhecimento de causa, estava lá como segundo empreiteiro.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Afinal o senhor era empreiteiro?

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Luís.

O Sr. **Alberto Luís** (ADI): — Sra. Presidente e a Mesa, Sr. Primeiro-Ministro e o elenco que o acompanha, Sras. e Srs. Deputados, Técnicos da Comunicação Social e da Casa Parlamentar, São Tomé e Príncipe, boa tarde.

A minha intervenção insere-se concretamente em algumas reclamações que durante ontem e hoje temos recebido através de mensagens. Falo concretamente sobre o campo de futebol para Porto Alegre. A Equipa de Porto Alegre vem fazendo esforços para se manter na terceira divisão, mas tem um campo que já iniciou, eles individualmente com boa vontade conseguiram pôr as mãos e limparam a área. Gostaria de pedir ao

Governo que desencadeasse algum esforço, no sentido de enviar a máquina e fazer terraplanagem, meter duas balizas para as pessoas continuarem a fazer o seu desporto. É uma equipa que permanece lá, mantém-se os jovens que ainda não apanharam desespero para viajarem e abandonarem o País. Esta é uma preocupação.

A outra e ainda em Porto Alegre tem a ver com a extensão da rede eléctrica para Porto Alegre. Este projecto foi lançado no quadro de campanha de lançamento de pedras, infelizmente os postes ainda continuam lá e não sabemos qual é o destino que se vai dar a essa obra. Gostaria que o Sr. Ministro de Obras Públicas desse esclarecimento, porque o povo de Porto Alegre precisa de ouvir qual será a solução desse problema.

Outro problema que preocupa a população de Caué é relativamente aos estudantes universitários. Não é fácil viver em Caué a pagar transporte 150 dobras diárias para estar na universidade, quando não temos autocarro. Enquanto o Distrito de Lembá e Cantagalo beneficiam de autocarro, Caué ficou para trás. Reclamou-se variadíssimas vezes junto ao Ministério, até a data não houve qualquer resposta. São 150 dobras por dia. Não é fácil.

Outra minha preocupação, o Sr. Deputado Ossáquio já antecipou, era relativamente àquela obra da Creche de Angra Toldo Cavalete. Aquilo realmente está um matagal. A dúvida que tenho é que aparece ainda aqui no OGE construção de Jardim de Infância em Angra Toldo. Não sei se é a mesma obra que está em Cavalete ou se se vai construir um Jardim em Angra Toldo Praia, queria esse esclarecimento da parte da Sra. Ministra.

Por último, falar da estrada de Porto Alegre é praticamente um pesadelo para a gente de Caué. Vários governos passaram e a estrada de Porto Alegre continua como está. Aquilo é uma lástima, todo mundo já viu, todo mundo já passou, no período eleitoral todo mundo viu aquilo e até agora não houve qualquer sinal. Felizmente se encontra inscrito neste OGE, mas esperemos que se torne realidade, porque já ouvimos várias propostas, já houve várias intervenções para resolver o problema de imediato, mas a situação, a cada dia que passa, está a complicar-se. Eu gostaria que o Sr. Ministro de tutela desse uma atenção à estrada que vai de Ribeira Peixe a Ribeira Afonso. Construiu-se aquela estrada, deixou-se à sua sorte. Para quem vai lá, se der mais 2, 3 anos, aquilo vai acabar, e temos que ter consciência, havia equipas de manutenção.

Applauso do ADI.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo (Américo Ramos): — Sra. Presidente, Srs. Deputados, dando continuidade aos nossos trabalhos, gostaria de responder a algumas questões aqui levantadas, outras sectoriais serão respondidas pelos ministros, em função das áreas referentes.

Gostaria de responder à questão do Príncipe, questão levantada pelo Sr. Deputado Conceição Moreno e também sublinhada pelo Sr. Deputado Hélio Lavres. A questão do sinal da comunicação social realmente tem sido um bico-de-obra, não só na Região Autónoma do Príncipe, mas também no País em geral. Foram importados equipamentos para solucionar o problema, mas infelizmente em relação à Região Autónoma do Príncipe a frequência veio trocada, então houve necessidade de devolver esses equipamentos, para serem calibrados e depois para regressar ao Príncipe. Penso que a questão estará resolvida logo que os equipamentos chegarem.

Há um conjunto de acções, mas antes eu gostaria de abrir parenteses e dizer que a proximidade com o Governo da Região Autónoma do Príncipe é efectiva, há presença frequente não só do Sr. Primeiro-Ministro, minha pessoa, mas também dos ministros, para acompanharmos de perto as questões ligadas à Região Autónoma do Príncipe. Há um pacote de projectos que discuti com o Sr. Presidente do Governo Regional que não aparecem inscritos directamente no Orçamento, mas estamos a arranjar formas e parcerias para os resolver.

Passos do Concelho é uma obra, como sabem, emblemática para o Príncipe, mas o custo de reparação ronda os 2 milhões de dólares. Então, há necessidade de encontrarmos, através de parceria ou através de outros instrumentos financeiros, para resolvemos esta questão de uma vez para sempre. Isso foi discutido com o Governo Regional.

A questão das pontes também não está inscrito no Orçamento, mas como temos tido muito bom feedback por parte dos parceiros, nomeadamente o Banco Mundial e o BAD, no quadro da reabilitação das estradas e das pontes, estamos a arranjar uma forma de integrar a questão da Ponte do Rio Papagaio e do arruamento da Cidade de S. António, dentro desse pacote. Não pusemos no Orçamento, mas é algo que estamos a trabalhar. Acredito que brevemente teremos uma resposta positiva da parte dos parceiros, porque há disponibilidade e vontade dos parceiros em ajudar este Governo.

Passo também a responder à questão insistente e com alguma legitimidade Sr. Deputado Raúl Cardoso, o que estamos a fazer para o sector privado? O problema do sector privado não se resolve com linhas orçamentais. Resolve-se com melhoria do ambiente de negócio, com reforma no Sector da Justiça, para garantir a protecção da propriedade privada.

A Reforma da Justiça e dos Tribunais é essencial e inegociável para este Governo, porque, como sabem, o sector privado não consegue investir, precisamente, porque há *handicaps* no âmbito do Sector da

Justiça. Mesmo o acesso a créditos é caro, porque a componente risco é muito elevada. Mesmo colocando linhas de crédito no Orçamento não resolverá os problemas do sector privado. Temos que fazer reformas do ambiente de negócio, para permitir que o sector privado vá à busca de investimento. Esse investimento está protegido, está garantido para que o sector privado invista com segurança e com garantia. Isso é que temos que fazer.

Em relação a pequenos negócios, sim, no âmbito do empreendedorismo e não só, sim, no âmbito do *Zunta Mon*, no âmbito do *COMPRA* e outros parceiros encontramos formas de financiar pequenos negócios, pequenas iniciativas, em função daquilo que são as necessidades do País.

Só para mais uma vez repisar uma questão que acho que tem sido levantada frequentemente entre o alinhamento das GOP e do Orçamento. As GOP, mesmo sendo anual, têm enfoque a médio e longo prazo. Ou seja, quando elaboramos as GOP elas traduzem o Orçamento, que é anual, mas tem um alcance de médio e longo prazo. É óbvio que pode não haver uma correspondência directa em algumas medidas de política que estão nas GOP e no Orçamento. Mas vamos tomar em conta as observações feitas e em sede própria poderemos fazer as devidas correcções.

Portanto, as questões são várias, por isso, com mais detalhes vou pedir aos ministros sectoriais que respondam às questões aqui levantadas.

Applausos.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Infra-estruturas e Recursos Naturais.

O Sr. Ministro das Infra-estruturas e Recursos Naturais (Nelson Cardoso): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Caros e Caras Colegas Ministros, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Na sequência do esclarecimento feito por Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro, esvaziou em grande medida alguns esclarecimentos adicionais que gostaria de fazer aos Srs. Deputados.

Respondendo ao Sr. Deputado Hélio Lavres, que falou sobre a questão do Porto do Príncipe, olha que não é apenas o Porto do Príncipe que tem problemas. Também temos o nosso Porto de São Tomé, que é preciso conduzirmos algumas reformas.

Mas antes é preciso saber o que queremos e este Governo sabe o que quer para os portos. No caso específico do nosso porto já algum tempo a esta parte precisávamos definir na verdade que tipo de gestão portuária gostaríamos de fazer, quer a nível do Porto de São Tomé, quer a nível do Porto do Príncipe.

O Porto de São Tomé, como se lembram, em tempos passados, apareceu um privado Safebond do qual foi objecto de um contrato. Vimos que o porto ainda permaneceu conforme está, aparece também um outro privado, AGL, do qual há um contrato que também não conseguimos obter grandes coisas. Daí que, neste pouco espaço de tempo, impõe-nos na verdade conduzir algumas reformas, quer da parte de alguns normativos que é preciso ter, em que entendemos que é preciso definir, dentro da nossa óptica, termos uma autoridade portuária e uma concessionária. A autoridade portuária que vai passar a fazer aquilo que é a parte de cobranças e mais que a concessionária deverá prestar ao Estado. E a concessionária terá toda a responsabilidade de gestão operacional, inclusive do pessoal. Este método, acreditamos que vai poder dar uma outra dinâmica, até porque através dos portos podemos inclusive arrecadar receitas e mais receitas.

É verdade que é um porto pequeno, acredito, à medida do País, porque o País também é pequeno, mas é preciso, se calhar, conduzirmos alguns trabalhos que possam aportar melhorias. Eu acho que grande parte dos senhores, ou um pouco deles, já estiveram na governação e sabem que temos um porto que no bom momento da maré só conseguimos ter três metros de calado e obviamente com um porto nestas condições não vamos conseguir obter grandes coisas. Sem dizer também que os equipamentos, grande parte deles, embora tenha passado pela Safebond e outros, já estão obsoletos, mas enfim, acreditamos que neste curto espaço de tempo essa melhoria que será conduzida no nosso Porto de São Tomé também deslocará para a Região Autónoma do Príncipe.

O Sr. Deputado Ossáquio Riôa falou da questão da água para Água-Izé. É verdade que já estávamos, inclusive, como compreenderá, normalmente os governos querem inaugurar obras e já tínhamos previsto que no dia 22 de Março era suposto fazermos a inauguração, mas a parte técnica desaconselhou-nos, porque era necessário deixar o sistema em carga um mês, segundo dita o caderno de encargo que foi assinado.

Daí que acredito que para quem esperou muito tempo pedimos um pouco de paciência para a população de Água-Izé, porque todas as ligações domiciliares já estão feitas. Quer Água-Izé, quer Plano terão água potável e água com qualidade.

O Sr. Deputado Alberto Luís falou da questão de rede eléctrica para Porto Alegre. Temos em curso, não sei se o Sr. Deputado tem conhecimento que dentro da responsabilidade social que têm as empresas petrolíferas, neste caso a Empresa Shell, está a conduzir toda a linha para a zona Sul. Isto até permitirá que, como falamos de transição, se tivermos a injectar outras fontes na rede, poderá também beneficiar a população de Porto Alegre.

A estrada de Ribeira Peixe a Porto Alegre, em algum momento foi apelidada de «estrada de kuduro». É verdade que isso nos preocupa, é um contrato que foi adjudicado em situações muito atípicas, obra de campanha, naquela altura, e estamos a falar de 27 milhões de dobras não é pouco montante, pouco mais de 5 milhões de euros. Caso tivéssemos, se calhar, a obra já teria sido concluída. Não se concluiu no

passado, mas o que vamos fazer é intervir pontualmente nos troços mais críticos e acredito que é para breve. E falo sob controlo do Sr. Ministro das Finanças, e é para breve, pode ser o mais tardar daqui a 1 mês.

Mas era só para assegurar que nós não vamos conseguir intervir ao longo dos 18 km. Podemos fazê-lo talvez ao longo da Legislatura, mas de momento vamos intervir numa extensão de pouco mais de uma cobertura de 10 km, mas 10 km nas zonas mais críticas. Será uma intervenção talvez não a mais desejada, mas a intervenção possível de momento. E nós acreditamos que em breve poderemos ver resolvida esta questão.

Eu acho que é todo o registo que fiz.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A Sra. **Presidente**: — Antes de passar a palavra ao Vice-Presidente, que está para interpelar a Mesa, gostaria de informar ao Sr. Primeiro-Ministro que os ministros depois poderão vir fazer intervenção. Virão no segundo período, porque vamos suspender para intervalo. São 13 horas e temos uma hora para regressarmos cá.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira (ADI)**: — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Bom dia a todos.

É que o nosso debate se inclinou um pouco para a especialidade, é minha constatação. Muitos colegas Deputados fizeram perguntas sectoriais precisas e mais pontuais, que é do âmbito da especialidade, e os ministros também incorreram em erro, também respondendo na especialidade. Quanto não, esta manhã já devíamos ter terminado os nossos trabalhos.

Eu só gostaria de alertar a Mesa e pedir aos Srs. Ministros que esses aspectos de explicar projectos, devem remeter para a especialidade e quando for o momento de cada ministério, poderão responder.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — A Mesa passou o tempo todo a pedir as Sras. e aos Srs. Deputados que cingissem só e somente nos assuntos do Orçamento, variadíssimas vezes, mas cada um é responsável pelos seus actos, e nós não podemos fazer muita coisa. Mas não foi por falta de aviso e acompanhamento.

Muito obrigada.

Vamos suspender por 1 hora para o almoço.

Eram 13 horas.

Sras. e Srs. Deputados, antes do intervalo nós tínhamos ainda por intervir alguns ministros, pelo que gostaria de solicitar ao Sr. Primeiro-Ministro qual seria o ministro ou a ministra a intervir.

Eram 14 horas e 20 minutos.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Sra. Presidente, face à interpelação à Mesa feita pelo Sr. Vice-Presidente, gostaria de perguntar se se torna necessário que os Ministros continuem a responder a perguntas de especialidade. Porque a maior parte das perguntas aqui levantadas são perguntas de especialidade. Se os Srs. Deputados acharem que nós devemos continuar a responder nesta perspectiva, não hesitaremos em o fazer, mas será que é necessária? Sim ou não, antes de nós convidarmos os Ministros para responderem.

A Sra. **Presidente**: — Obrigada, Sr. Primeiro-Ministro.

É verdade também que todas as intervenções não foram de especialidade e, por isso, não conseguimos aqui dizer quais são as questões. Não sei quais são as questões que foram sublinhadas e registadas pelos Srs. Ministros e pelas Sras. Ministras. Cabe agora aos respectivos ministros e ministras dizerem quais são as questões dirigidas a si que foram questões de especialidade e, se assim for, não respondam. Se acharem que é uma questão mais abrangente, mais geral, podem fazê-lo.

Apelo é que não faltou para não se cingir a questões de especialidade.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Sim. Eu acho que os Ministros podem continuar. Se os Srs. Deputados acharem que eles podem continuar, assim convido a Sra. Ministra da Educação, o Ministro da Saúde e a Sra. Ministra da Justiça, para intervirem nesta fase.

A Sra. **Presidente**: — Sem entrar em muitos detalhes, ver questões mais gerais.

O Vice-Presidente estava a interpelar a Mesa, eu ainda estava a falar e, por isso, ainda não lhe tinha passado a palavra.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Muito obrigado, uma vez mais, boa tarde a todos.

Na sequência da interpelação que eu havia feito e também em alinhamento ao que o Sr. Primeiro-Ministro colocou, não cabe a mim elencar quais são os assuntos que foram colocados no âmbito da especialidade, mas os deputados foram direcionados de ministério a ministério, de sector a sector. Portanto, sendo ministério a ministério e sector a sector, projectos com nomes, é especialidade, no meu entendimento. Daí que espero que todos os Deputados possam compreender. A minha proposta é que pudéssemos deixar que os Deputados continuassem a colocar questões e os membros do Governo responderem, porque há alguns que também, com o devido respeito que tenho para com os membros do Governo, não estão devidamente alinhados na questão parlamentar. Por esta razão, enquanto vamos intervindo, eles próprios poderão ver quais são as perguntas de âmbito geral e de âmbito sectorial, para responderem no âmbito já da especialidade, e assim ganharemos tempos.

Essa é a minha proposta, não sei se fiz entender.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Espero ouvir dos grupos parlamentares à volta da sugestão do Sr. Vice-Presidente. Estão todos de acordo que continuemos e depois os Srs. Ministros virão responder, porque são questões atinentes à especialidade? Então, vamos continuar com as intervenções e depois os Srs. Ministros respondem? Sugestão do Vice-Presidente. Estão todos de acordo? Podemos? Srs. Líderes, Sra. Líder, podemos continuar, na perspectiva da sugestão do Sr. Vice-Presidente?

Assim sendo, os Ministros citados que nos perdoem, mas nós pedimos que depois façam os registos das questões mais gerais e respondem depois das intervenções, se faça favor.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Barros.

O Sr. **José Maria Barros** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Assessores e Funcionários da Casa Parlamentar, Comunicação Social, Povo de São Tomé e Príncipe, em São Tomé e na diáspora.

Sr. Primeiro-Ministro, eu gostaria, em primeiro lugar, de dar uma sugestão ao Governo, relativamente à uniformização do sistema numérico. Porque, se reparar, São Tomé e Príncipe e os países da CPLP adoptaram o sistema numérico português, isto quer dizer escala longa. Porque no nosso Orçamento nós encontramos a leitura dos números, de vez em quando, seis mil milhões, em vez de seis milhões. Não sei se fiz entender. Posso dar um exemplo. Por exemplo, nos documentos do Orçamento Geral do Estado, aparecem, em termos das receitas estatais, seis mil milhões, quinhentas e sete milhões de dobras. Há uma redundância. Então, em termos numéricos, é seis milhões, quinhentos e sete mil dobras. É uma proposta.

Ontem, eu intervii e infelizmente a Mesa considerou que a minha intervenção não se encaixava no quadro de pedido de esclarecimento, mas há uma questão que eu gostaria de voltar a solicitar ao Governo, porque o esclarecimento do Governo me permitirá introduzir ou fazer proposta na especialidade. Sr. Primeiro-Ministro, tem a ver com as sub-rubricas. Ontem, solicitei ao Governo, por que é que «outras despesas com o pessoal» é superior a «vencimentos e salários».

A outra preocupação minha, Sr. Primeiro-Ministro, não obstante ontem o Governo, a Ministra do Ambiente, ter apresentado algumas contas, relativamente ao imposto ecológico sobre importação, eu não vi no Orçamento o imposto quantificado. Então, gostaria solicitar ao Governo, não estando quantificado no Orçamento, como é que será a sua implementação. Não sei se fiz entender.

Por outro lado, ontem, Sr. Primeiro-Ministro, na sua introdução, disse muito bem, e concordo consigo, que uma dobra investida terá efeito multiplicador. Concorço plenamente, mas também é verdade que uma dobra retirada no bolso de contribuinte irá contribuir para efeito multiplicador de forma negativa. Porque o imposto ecológico de importação terá efeito de facto em termos de poder de compra de consumidor final.

A outra questão, Sr. Ministro, tem a ver com a definição de prioridades. Ontem, alguns colegas deputados falaram sobre esta questão, é verdade que o Orçamento é anual, tem que ser anual, independentemente de ser aprovado em Janeiro ou em Março, e há um princípio no Orçamento, mas é verdade que o Governo tem qualquer coisa como 8 meses para poder executar esse Orçamento, porque nas piores das hipóteses o Governo terá esse documento disponível em Maio. E para isso, Sr. Primeiro-Ministro, como proposta, seria bom que o Governo fizesse algo que deve ir ao encontro da satisfação da população, aliás nós os políticos decisores estamos aqui para realizar acções que vão de acordo e que satisfaçam os interesses dos cidadãos. Por exemplo, Sr. Primeiro-Ministro, vamos admitir que o Governo tem no seu Programa a realização de uma estrada que poderá levar um ano e qualquer coisa. E eu acredito que para poder satisfazer, a curto ou médio prazo, as necessidades da população, podemos encontrar alternativas. Por exemplo, a estrada de Almeirim/Palha é uma estrada que tem mais ou menos 500 metros. Eu acredito que o Ministro podia perfeitamente realizar esta estrada em 4 ou 5 meses.

O outro exemplo, Sr. Ministro, Sr. Primeiro-Ministro, é a estrada de Água Porca, que o senhor muito bem conhece, que é Água Porca/Fundação Popular. É uma estrada que nunca foi reabilitada. Estou a dar um exemplo não estou a pedir.

A outra preocupação, Sr. Primeiro-Ministro, esta é mais direcionada à Sra. Ministra da Educação. Ainda no ano passado, nós convivemos com uma greve dos professores, que culminou com a assinatura de um

memorando de entendimento. E neste memorando de entendimento havia algumas obrigações, digamos, no quadro do caderno reivindicativo dos professores. Havia algumas reivindicações, nomeadamente promoção dos professores, enquadramento dos mesmos e melhoria salarial. Gostaria de solicitar à Sra. Ministra da Educação qual é o ponto de situação, porque nós não gostaríamos, tendo em conta o estado das aulas, de voltar a ter uma greve aqui no País.

A outra questão, Sr. Primeiro-Ministro, tem a ver com a melhoria salarial, com que concordo plenamente, mas gostaria de solicitar ao Sr. Primeiro-Ministro se essa melhoria salarial também engloba os reformados, principalmente aqueles que têm uma reforma muito baixa.

Obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sra. Presidente, caso eu resvalar para a especialidade, por favor, chame-me atenção, porque às vezes nos sentimos emocionados.

Risos e murmúrios do ADI.

Se eu resvalar, portanto, esteja à vontade para me chamar atenção.

Eu tinha algumas anotações e estava bastante motivado para participar no debate, mas o intervalo quebrou-me um bocado e não sei por onde começar.

Sr. Primeiro-Ministro, esta é a história, este é o momento, não vou felicitar o senhor agora, eu gostaria de guardar as minhas felicitações para o final do seu exercício, mas no momento o que me incorre é encorajar a si e a todo o seu elenco, tendo em conta o contexto.

De ontem, das intervenções todas, eu gostaria de felicitar a todas as Sras. e os Srs. Deputados. O que nós constatamos é estamos a fazer como que um estado da Nação, exactamente. E se compreendermos bem, das questões levantadas e das respostas que o Governo está a trazer, estamos perante várias prioridades. Não sei se é água, se é hospital, se é energia, se é estrada, formação ou alimentação. Portanto, tudo em São Tomé e Príncipe é prioridade. É verdade que estamos a completar 50 anos e que não pode continuar assim. E disse o Sr. Primeiro-Ministro, na sua intervenção, que devemos deixar uma cultura de assistencialista para uma cultura de sustentabilidade. Como termos um desenvolvimento sustentável, se nós não temos um desenvolvimento acelerado? Como termos um desenvolvimento acelerado, se os factores que promovem esse desenvolvimento acelerado estão aquém das nossas expectativas? Falo nomeadamente do mercado, o consumo e o poder de compra. Logo, contrasta com a questão social da nossa população e também daquilo que é o dever do Estado poder assegurar, educação de qualidade e também saúde com qualidade.

Perante isso, o Governo elenca um conjunto de medidas e políticas assente em cinco eixos, como nós podemos ver no artigo 3.º da Proposta das Grandes Opções do Plano, não vou citar aqui, mas na introdução do documento diz o Governo que no Programa de Governação elegeu a construção de um país mais justo, próspero e sustentável, em que a governação se baseia em princípios de transparência, proximidade com os cidadãos, eficiência administrativa, mais e melhor justiça. Subscrevo por completo esta nota introdutória e aliás é o resumo de toda esta visão e medidas de política. Eu quero encorajar o Governo, para que possamos continuar com a reforma da Justiça e dar início ainda nesta Legislatura, porque só com uma reforma da Justiça e também promover aquilo que são as garantias jurídicas nós poderemos promover e então criar bases para que o investimento privado externo possa vir e ter acomodação em São Tomé e Príncipe, porque já vimos que o Estado como provedor, nas condições actuais, não estamos em condições e o Estado, nesse caso a nossa Administração, dar emprego a toda gente. É importante que esta reforma continue e esperamos que o Governo tenha este engajamento e este alinhamento com Assembleia Nacional.

Sr. Primeiro-Ministro, o nosso colega Deputado Dr. Jorge Lopes Bom Jesus, não precisa mudar o semblante, não se preocupe, é que o Sr. Deputado, ontem, quando falava do Orçamento, falava da questão de sonho, e houve várias interpretações. Cada um interpretou do seu jeito, mas no fundo só o Sr. Deputado sabe o alcance que queria dar. O Governo disse que não se trata de sonho, mas sim de realismo, para responder ao desejo da população. Mas Sr. Primeiro-Ministro, por mais que fosse sonho, eu até desafiaria todos nós a sonharmos. Temos que sonhar, sim-senhor, porque se nós não tivermos sonho e ambição vamos fazer como sempre, fazemos as mesmas coisas e querendo resultado diferente. E neste sonho falamos sobre o tecto orçamental. O Governo traz um tecto orçamental que pela primeira vez, à vista de todos, é o número que temos. Acontece que, em termos numéricos, esse tecto orçamental, espero que me faço entender, está muito aquém das necessidades do País. De todo o projecto aqui elencado nos mapas, vimos no debate de ontem para hoje que há ainda algum conjunto de projectos que estão fora, nomeadamente o Aeroporto, no domínio de investimento de infra-estruturas, que é necessário infra-estruturar o País. Não há um país que queira se desenvolver sem infra-estruturação, sobretudo aquelas essenciais, porto e aeroporto. Se nós falarmos de aeroporto, do investimento do projecto anterior com o anterior governo, estaríamos a falar de um tecto de trezentos e pico. Eu tomo o número redondo, 350 milhões, que ultrapassa já o Orçamento Geral do Estado. E que este projecto não estava a prever a

melhoria da pista. Mas se vamos ao projecto com o nosso parceiro, um parceiro com o qual temos todo gosto em trabalhar, que é um parceiro sério e confiável, que é China Popular, no projecto com a melhoria da pista estamos a falar de cento e pouco milhões. Pista mais aerrogar, etc., estamos a falar de quatrocentos e tal milhões. Quer dizer que vamos fazer as contas, só o aeroporto precisaríamos de cerca de 400, em número redondo.

A estrada do Sul, o Ministro falou que vai resolver alguns problemas de troço. Capital a Guadalupe são 12 quilómetros, não é isso mesmo? Se não me enganar. Estamos a falar de proximidade e isto não é especialidade, então estamos a falar de um projecto que nos custou cerca de 30 milhões. Quer dizer que 18km de estrada do Sul custaria muito mais, sem falar de outras redes rodoviárias. Quer dizer que só para nós infra-estruturarmos o País no ponto de vista de pistas rurais e rodoviárias, precisaríamos talvez de cem a cento e cinquenta milhões de euros. Estão a seguir o meu raciocínio? Estamos em cerca de 600 milhões. 450, aeroporto, água potável. Porque estou a questionar o tecto orçamental, do qual nós podemos dizer que é uma questão realista, não realista ou de sonho ou de ambição. Se nós formos ver para aquilo que custa o projecto de água potável para abastecimento de Cantagalo, em termos numéricos e daquilo que temos por fazer, Trindade, Guadalupe e estas zonas críticas no abastecimento de água, quanto precisaríamos em milhões? E Caué, quanto precisaríamos?

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Príncipe não entrou?

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — E também a Região Autónoma do Príncipe. Não está totalmente completo.

Sim, Sr. Deputado Conceição Moreno. É um povo bonito. Portanto, nós poderíamos falar no número redondo de mais cem. Estamos a quantos? Setecentos. A nossa cidade está a cair, não é atractiva ao turismo. A nossa cidade capital, uma proposta, uma opção nova, cidade ou requalificação da cidade? Quanto é que nos custaria?

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI-PS/PUN): — *Manda cada um que tem sua infra-estrutura reparar coisa dele.*

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — É uma opção. Mas se estamos a falar de um país que nós todos sonhamos e queremos para vir cá turistas, então temos que fazer coisas boas e bonitas e aquelas que temos ainda por requalificar, vamos fazer. Então, em termos numéricos, mas eu vou para número redondo, cem. Estamos a quantos?

Vozes: — 800.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — 800. Eu não falo de hospital, que já está no Orçamento. Eu falo de defesa e segurança, quando nós temos o nosso mar 160 vezes mais que a terra. Temos que voltar para economia azul. Quanto é que precisaríamos para mantermos a nossa marinha em condições de apetrechamento, formação em termos de navios de patrulha, drones e equipamentos modernos? Olha que defesa não é barata, porque há pirataria marítima e há transbordo de combustível no alto mar. Podíamos ter dinheiro, caso houvesse uma fiscalização no alto mar. Poderíamos estar a tirar dinheiro cá, se houvesse uma fiscalização, mesmo os nossos parceiros da União Europeia que tem vários navios, como tem sido a nossa fiscalização de termos equipamentos e em prontidão para podermos fazer fiscalização e termos controlo. Quanto é que nos custaria? Podemos falar em número redondo? Não! Defesa e segurança é mais cara, mais 200, estamos a quantos?

Uma voz: — Um bilhão.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Saúde é preciso, sim, porque saúde não se circunscreve apenas à construção de um hospital central. A saúde é transversal, é mais que isso. Há saúde preventiva, há melhoria do saneamento do meio. Estamos a falar em saúde preventiva.

Se formos ver aquilo que o País realmente precisa, o Sr. Deputado Jorge Bom Jesus está a ajudar-me com o raciocínio, a questionando se já temos um avião, sim, é um meio de transporte para ligar as duas Ilhas, nosso, estamos a falar também da ligação entre as duas Ilhas, em termos de embarcações, é verdade que há alguns investimentos que podem ser privados, mas estou a falar aquilo que compete ao Estado. Não entraria, porque em termos de transporte podemos deixar para que o privado possa fazer.

Turismo, a recuperação das infra-estruturas que temos das roças, que é um emblema, um elemento fundamental para atracção turística. Quanto é que nos custaria reabilitar essas infra-estruturas todas? Olha que reabilitação, às vezes, é melhor construir.

Logo, Sras. e Srs. Deputados, o País precisa de todos nós, que possamos assentar, claro que leve-leve é uma questão de cultura, mas Kalú Mendes cantou que leve-leve não é chegar à hora que cada um quer, deixar tudo andar. O Governo tem desafios e este Orçamento, na minha opinião, em termos numéricos, fica aquém daquilo que é a realidade, mas em termos de disposição é o que é possível. Associando ao factor de emigração, precisamos criar as condições mínimas para que os que ficaram possam não ter a vontade de

emigrar. Este é o maior desafio do País e deste Governo. É verdade que aqueles que saíram pretendem regressar, é a vontade de qualquer dirigente, qualquer cidadão, porque muitos saíram em busca de melhores condições, mas mais do que isso são aqueles que ficaram. Para aqueles que ficaram, como criar condições, saúde com qualidade, educação com qualidade?

Não quero questionar directamente a Sra. Ministra da Educação, mas temos que convir que o nosso sistema de ensino precisa de um novo impulso. Não podemos ter estudantes que terminam o 12.º sem capacidade de elaborar uma boa redacção ou fazer cálculos básicos.

Daí que há um grande desafio, Sr. Primeiro-Ministro. Pelo ambiente da Sala, o senhor terá o Orçamento aprovado. Contudo, o senhor não tem a vida fácil, nenhum dos ministros. Desenganem-se, porque o povo está e vai cobrar, e vai cobrar caro. É necessário arregaçar as mangas, para que entre prioridade das prioridades possamos ter os pés assentes na terra porque quando falamos de desenvolvimento, não há desenvolvimento sem pensar no bem-estar, não há desenvolvimento sem uma saúde de qualidade, sem uma educação de qualidade, sem fixarmos a economia de mercado, obviamente.

Daí que sempre dissemos que o turismo é uma fonte de rendimento para o nosso desenvolvimento, mas tendo em conta a sua transversalidade precisamos, todos nós são-tomenses, mudar a nossa abordagem. Se calhar pode ser uma questão vaga, mas precisamos mudar a abordagem.

No Sector da Saúde, como é que uma enfermeira parteira atende a gestante? Porque há relatos de que quando vão as gestantes, não são muito bem tratadas, e a depressão pós-parto poderíamos evitar. É saúde preventiva, estou a falar de abordagem.

Como é que um agente da polícia aborda um cidadão, desde logo, um motoqueiro?

Como é que os Deputados abordam os funcionários da Assembleia e como os funcionários da Assembleia abordam os Deputados?

Como é que aqueles que estão atrás de um balcão, a frente de um computador, abordam todos aqueles que vão à busca de um serviço?

Precisamos mudar a nossa abordagem, e há coisas, Sr. Primeiro-Ministro, que podemos fazer sem recorrer ou sem ter necessidade de muitos recursos. Precisamos todos de mudar a nossa abordagem. E é para esse mudar de abordagem que lanço o desafio a todas as Sras. e Srs. Deputados. Há um Actor, Psiquiatra, Psicólogo e Cientista, Augusto Cury, tem vários escritos, e um dos manuais que ele publicou é «Nunca Desista dos seus Sonhos». Os nossos concidadãos que lutaram para a independência tiveram um sonho, para termos um país mais próspero. Volvidos 50 anos, o Governo traz-nos uma visão de termos um país mais próspero. Se calhar é alguma coincidência. Então, vamos sonhar com os pés no chão, vamos ao realismo, mas é preciso trabalharmos todos de mãos dadas, e aqui gostaria de agradecer muito honestamente a pré-disposição e toda a contribuição de todas as Sras. e Srs. Deputados neste debate.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Wuando Castro.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Técnicos da Comunicação Social, da Casa Parlamentar, boa tarde.

Começando a minha intervenção hoje, tentando também não resvalar para a especialidade, abordar aqui alguns temas na generalidade.

O Sr. Primeiro-Ministro tirou alguns argumentos da primeira parte da minha intervenção, porque ia voltar a tocar na questão das GOP e na necessidade de elas estarem alinhadas com o OGE, porque não é uma questão só de gosto ou de forma, é um imperativo legal. A Lei SAFE assim diz que o OGE tem que reflectir as políticas orçamentais das GOP, mas já deu a mão à palmatoria, já reconheceu que há desfasamento, inclusive disse estar disposto a proceder às alterações necessárias, em sede de especialidade.

Só para ajudar, porque tenho aqui alguns apontamentos de algumas acções que classifico de pertinentes, que estão nas GOP, mas não estão no OGE. Se calhar era bom o Governo rever isso, porque considero que são acções importantes.

Nomeadamente ao nível do Ministério da Justiça, temos no «Programa de Reforma e Modernização da Justiça criação, implementação do instituto de medicina legal e ciência forense». Não está no OGE ou, se estiver, está diluído numa daquelas rubricas com financiamento difuso, que não dá para ver o que é. E acho que o País está a precisar, sim, de um instituto de medicina legal e eficiência forense.

E também no âmbito do Ministério da Agricultura, no programa diversificação da economia e reforço dos sectores produtivos, temos também a criação do fundo de apoio a agricultura familiar. Também não está reflectido no OGE, e acho que é uma acção que o Governo deveria pegar, porque é importante, nem que fosse o caso de realocar algum fundo de outra rubrica para esta rubrica.

Entrando também na análise do OGE, volto a tocar na questão polémica, Sr. Primeiro-Ministro, da instalação do Tribunal Militar. Está prevista uma verba no Ministério da Defesa e Ordem Interna, cerca de 150 000 dobras, para o funcionamento deste Tribunal. Tribunal polémico, tem levantado algumas questões, inclusive do próprio Ministério Público, que é tido como defensor da legalidade e advogado do Estado.

Então, se o próprio Ministério Público Defende que este processo deve ser julgado em tribunal comum, admira-me como é que o Governo insiste na instalação deste Tribunal Militar, que alguns juristas defendem, inclusive, que é inconstitucional. Mas já agora, se insistem nessa instalação, pergunto onde é que fica a Procuradoria Militar. Para haver um Tribunal Militar tem que haver Procuradoria Militar.

No Orçamento do ano passado estava prevista uma verba, creio que na unidade gestora 231.13, 270 milhões de dobras, mas neste Orçamento não há nada que diga respeito a instalação da Procuradoria Militar. Não sei se é propositado, querem este ano tratar do Tribunal, para depois no próximo ano verem a questão da Procuradoria. Assim, ganhávamos mais um ano para este famigerado julgamento que nunca mais vê o seu final.

Falando em lapsos, apontar aqui duas questões que verifiquei que está a faltar no OGE. Acredito que é lapso. Primeiro, não está inscrito, pelo menos na tabela de resumo de despesa por unidade gestora de natureza económica, as verbas para o Tribunal de Contas. Há para o Supremo, para o Constitucional, mas não há nada para o Tribunal de Conta. Página n.º1 das tabelas de resumos de despesas de unidade de gestão de natureza económica.

Também não consta o Programa Família, em termos de projecto que deveria estar da Direcção de Protecção Social. O tão famoso Programa Família não está orçamentado, para os devidos efeitos. Não há lá nada na Direcção de Protecção Social.

Já que aqui foi tocado na questão do sinal da TVS para a Região Autónoma do Príncipe, e os nossos Deputados de Caué também várias vezes fazem referência que na zona Sul também não apanham o sinal da TVS, Sul e Norte.

Gostaria de saber, Sr. Primeiro-Ministro, se o Projecto Televisão Digital Terrestre (TDT) foi abandonado. Como está esse processo de transição do sinal analógico para o digital? Porque não há também nenhuma rubrica no Orçamento, em termos de programa de investimento público, que preveja a instalação da Televisão Digital Terrestre, que naturalmente é um projecto que viria resolver esta insuficiência de transmissão.

Por último, entrar na fase dos célebres contractos que foram assinados pelo Governo anterior e que inclusive o Sr. Ministro da Economia e Finanças, Gareth Guadalupe, já reconheceu publicamente que contêm cláusulas lesivas ao interesse do Estado. Temos o contrato que o Governo chama de Operação Swap de Divisa, mas que corresponde a uma dívida avultada para o Estado. No ano passado, estava previsto, em termos de juro, 1.5 milhões de euros. Este ano 1.260 ou 300 milhões de euros, só em juros e até hoje não conhecemos este acordo, este contrato. A Assembleia já pediu, pelo menos a Bancada do MLSTP/PSD, várias vezes, reiterou agora o pedido com este novo Governo, não conhecemos este acordo, não passou pela Assembleia e somos confrontados anualmente com uma verba avultada para pagar, em termos de juros, pelo Estado.

Depois o outro contrato que é entre a TESLA e a EMAE, contrato escondido, sigiloso, que até no orçamento da EMAE para conseguirmos vislumbrar alguns valores deste contrato é preciso ir com lupa. Supostamente, um contrato assinado entre a EMAE e a TESLA, que eu saiba é a única produtora de energia independente, não há nenhuma rubrica no orçamento da EMAE que especifique claramente quanto é que a EMAE paga à TESLA. Mas, como disse, indo com lupa conseguimos ver na tabela de produção de energia, na página 11, em termos de consumo de gasóleo por ano, esta central da TESLA consome 12.819.911 litros de gasóleo, multiplicando pelo preço actual de gasóleo, 35 dobras, temos a quantia de 448.699.000 milhões de dobras, equivalente a 18.3 milhões de euros. Portanto, a EMAE fornece de combustível à TESLA, a título gratuito, 18.3 milhões de euros por ano, vindo...

Uma voz do ADI: — EMAE tem um preço especial...

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — ...que eu saiba esse preço especial já acabou, Sr. Deputado. Está aí o Sr. Deputado Hélio Lavres, pergunte-lhe se o preço especial já foi cortado.

Foi ou não foi, Dr. Hélio? O Senhor pode dizer.

Risos.

Mesmo que seja preço especial, suponhamos que seja 25, estamos a falar de 15 milhões. não é pouca carga.

Uma voz do ADI: — O povo está a usufruir da energia.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Sim, o povo está a usufruir de energia, mas precisamos saber a que custo. Esta é a pergunta que se faz.

Uma voz do ADI: — Há energia.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Na página 29, na Tabela de Custo de Produção, encontramos uma rubrica que é compra de electricidade, e no ano 2024 foi de 155.569.000 milhões de dobras, equivalente a 6.350 milhões de euros, o que dá uma média de 520 000 euros por mês que a EMAE supostamente paga à TESLA, produzindo 10 ou produzindo cinco. Esta pergunta já foi feita aqui e o Sr. Ministro não respondeu. Disseram que há dois ou três geradores em funcionamento e a EMAE continua a pagar o mesmo. Portanto, Sr. Ministro das Finanças, Dr. Gareth Guadalupe, Sr. Ministro das Infra-estruturas, Dr. Nelson Cardoso, de uma vez por todas, de forma transparente e clara, desafio-vos a dizer

aqui quanto custa o contrato da TESLA, quais as cláusulas lesivas, quanto a EMAE paga à TESLA mensalmente, quanto é que gasta de combustível.

Em termos de contrato com a Afreximbank, quanto é que foi contratualizado e quanto é a taxa de juro deste contrato?

De uma vez por todas, sem rodeios, digam aqui na Casa Parlamentar para o povo saber,...

Aplauso do MLSTP/PSD.

... e se puderem, por favor, de uma vez por todas, remetam-nos também a cópia dos contratos.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Laudino Jesus.

O Sr. **Laudino Jesus** (ADI): — Sra. Presidente e a Mesa, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco governamental, Caras e Caros Deputados, todo o povo de São Tomé e Príncipe, boa tarde.

Sinto-me largamente ultrapassado por muitos que me antecederam, sobretudo pelo meu Vice-Presidente, Deputado Abnildo d'Oliveira, que quase abordou tudo quanto anotei para falar, mas como o lema deste Governo é não deixar ninguém para trás, cá estou, não posso ficar para trás.

Vou ser muito directo, tentar ser o mais resumido possível e procurar também não extrapolar o limite entre a generalidade e a especialidade.

Relativamente ao documento que tenho em mãos, que é a Proposta do OGE para o Ano Económico de 2025, Programa de Investimento Público, tentei ver em termos de ordem percentagens atribuídas a cada ministério, vi aqui que o Ministério de Infra-estrutura leva consigo 39% da fatia orçamental.

O Sr. Deputado que me antecedeu, o companheiro e Vice-Presidente Abnildo d'Oliveira, falou do tecto, se calhar estaria a roçar também nesse tipo de intervenção que era para dizer que o 39,7% para Infra-estruturar o País, também acharia que era pouco. Por quê? Porque vi que este XIX Governo Constitucional, liderado pelo Dr. Américo Ramos, tem a preocupação de infra-estruturar o País, e tendo um país suficientemente infra-estruturado estaremos a responder a todos os outros ministérios, porque um país com infra-estrutura à altura estaria a dar resposta ao sector de Turismo, de Agricultura, Saúde. Ontem ouvimos a intervenção do Sr. Ministro da Saúde, que disse que não é possível toda gente ter um centro de saúde a cinco metros da sua residência. Mas tendo a via de acesso em condições, mesmo que a distância entre a nossa residência e um centro de saúde seja de quilómetros, não sentiremos. Portanto, a infra-estruturação do País, em termos de rodovia, sobretudo estaria a resolver os problemas de outros ministérios, outras direcções, solucionar ou colmatar as suas dificuldades.

Ao falar de infra-estruturação e de rodovia, iria falar de uma estrada, mas quero aqui dizer que não é especialidade, não há como falar do que quero falar sem tocar nessa estrada, que é a estrada que já foi aqui sobejamente aflorada, que é a estrada da zona Sul. Por quê? Porque sabemos que em termos de potencialidade turística encontramos na Zona Sul esta característica. Para quem não sabe, fique sabendo que todos os turistas que vêm para São Tomé querem visitar a zona Sul, sobretudo o Marco do Equador. Esta linha imaginária que divide a terra em duas partes, toda gente quer lá chegar, quer pôr um pé no Hemisfério Norte, um pé no Hemisfério Sul. Para os nossos visitantes e turistas, é uma alegria fazer fotografias aqui e levar como lembrança. E como lá chegar? Temos a questão desse troço de estrada a partir de Ribeira Peixe a Porto Alegre, que deixa a desejar. Mas já ouvimos aqui e bem o Sr. Ministro dizer que se vai fazer algumas intervenções pontuais em alguns troços mais críticos.

Portanto, é salutar e se calhar a pergunta que gostaria de deixar também, se remeter à especialidade, peço à Sra. Ministra que responda na altura da especialidade, como está a situação do Complexo Ilhéu das Rolas? É verdade que isso está na alcada de um privado, mas é o Governo que delineia as políticas para o desenvolvimento do País. Mesmo a um privado, dar orientações sobre o que deve fazer, para que o País se desenvolva. Sabemos que o turismo tem um papel muito preponderante no desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, tendo em conta a sua transversalidade, a distribuição daquilo que é a receita do turismo, e temos uma infra-estrutura no Ilhéu das Rolas praticamente morta, uma infra-estrutura desaproveitada. E gostaria de saber se há alguma política, se o Governo já tem em carteira alguma política para redimensionar esta infra-estrutura.

A outra questão, ainda a nível do turismo, caras e caros Deputados, Povo de São Tomé e Príncipe, Srs. Ministros, sobretudo a Sra. Ministra do Ambiente, Juventude e Turismo Sustentável, temos vindo a notar que nos últimos tempos tem vindo para São Tomé navios cruzeiros com turistas e sabemos que os turistas que fazem essas viagens, fazendo paragens em determinados países, são pessoas de alguma idade. Quando o cruzeiro escala São Tomé e Príncipe, neste caso São Tomé, também já foi ao Príncipe, dificilmente conseguimos ter na terra firme o desembarque de todos os turistas que vêm nesses cruzeiros. Por quê? Precisamos de um porto turístico. Temos um porto comercial, é mesmo neste porto comercial onde se aproveita para o desembarque dos turistas, mas não é um porto turístico. Um porto turístico é aquele que o cruzeiro encosta, sem ter que fazer transbordo através daqueles barcos pneumáticos que muitos turistas, com algum receio, porque não têm mobilidade suficiente, deixam de visitar a terra, porque não tem condições de segurança para o fazer. Tendo um porto turístico, Sra. Ministra, esses barcos transportam por aí 1.5 000 a 2 000 turistas. Se todos descerem e cada turista comprar apenas uma água a 1 euro, façamos as contas, quanto é que eles deixariam para São Tomé e Príncipe? Neste caso, faz falta

um porto turístico nas Ilhas, porque a aposta é no turismo. Já sabemos que o turismo tem uma componente muito forte na captação de divisa e na distribuição daquilo que é a receita. Então, um porto turístico seria uma mais-valia para as Ilhas de São Tomé e Príncipe.

Fico por aqui, para não ser tentado a extrapolar a generalidade. Espero que no momento da especialidade estarei cá de novo, porque tenho muitas questões para a Sra. Ministra do Turismo, o Sr. Ministro de Infra-estruturas, do Trabalho, da Saúde, em suma, todos os ministros.

Applauso do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Sra. Presidente, gostaria de cumprimentar a todos os presentes e os que estão lá em casa.

Sra. Presidente, sinto-me largamente ultrapassado. Inscrevi-me e a Mesa anunciou que havia cinco inscritos, mas já foram por aí mais de 20, e eu fiquei à espera. No entanto, Sra. Presidente, eu gostaria de fazer uma intervenção prévia. Não quis fazê-la logo no início, porque o Deputado Raúl já havia pedido para não ser fastidioso. Mas vou fazê-la numa espécie de interpelação, mas quando falo de interpelação à Mesa, a ideia que paira é logo uma crítica, mas desta vez não, porque é para enaltecer. Enaltecer a atitude que a Sra. Presidente teve ontem, quando permitiu que o Sr. Deputado Arlindo Barbosa desse resposta a uma provocação. Porque temos assistido a algumas pessoas cubardes, que deixam que o tempo de um grupo parlamentar fique eliminado a zero, para depois levantarem questões indirectas, sem dizer o nome, para não ter direito a resposta. E ontem, a senhora posicionou-se claramente muito bem, porque há mensagens indirectas que ficam subentendida a quem ela está direcionada. Os meus parabéns!

Um apelo para nós evitarmos recalques do passado, porque com recalques do passado não vamos construir um país. A pessoa que está aqui deveria estar mais carregada disto, mas eu ultrapassei tudo. Se não, nem sequer estaria aqui...

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe de Governo**: — Mais carregado de quê?

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Eu estive no corredor da morte, o senhor não esteve! Qual é a diferença?

Risos do ADI.

É uma grande diferença, e nem se compara. E falando disso, já agora é bom que isso tudo fique esclarecido, porque há muitos recalques do passado, até com as mentiras.

Uma voz do ADI: — O senhor está a estragar tudo.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — É um apelo, não vai estragar nada. Isso chama-se recalque do passado. Eu estou a apelar para evitarmos, e o senhor está carregado disso.

O Sr. **Ossáquio Riôa** (ADI): — O senhor provoca muito.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Mas eu provoquei a quem? As pessoas estão tão carregadas que mal vêem alguém a falar, nem sequer sabem qual é o pensamento da pessoa, já vêm com recargas.

Uma voz do ADI: — É vossa característica.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Não, essa característica não é minha. Não, pode ser de outras pessoas. Não é minha, porque eu tenho estado aqui a insistir várias vezes para evitarmos intrigas e mentiras. Se nós começarmos a alimentar as intrigas e mentiras, não vamos crescer. Eu sei que o Sr. Primeiro-Ministro também tem os seus recalques, que é normal, até carregado de mentiras também. Já ouvi dizer que dizem que eu é que lhe mandei prender. Pergunte à Sra. Presente se alguma vez a senhora tem competência para prender alguém.

Protestos e murmúrios do ADI.

Mas eu sei e já disse isso, e é sempre o mesmo. E assim não há qualquer possibilidade, enquanto não fizermos mesmo uma selecção de pessoas que devem fazer parte desta Casa.

Eu ouvi algumas intervenções e quero dizer ao Sr. Deputado Abnaldo que tinha razão, na sua intervenção. Eu próprio, quando fui chamado para o governo, ao apresentar o primeiro orçamento, chamei todos técnicos de todas as instituições que faziam parte do ministério, para cada um apresentar os problemas que têm à frente para resolver. O orçamento das Obras públicas que levamos para as Finanças, está aqui o Sr. Primeiro-Ministro, era Director das Finanças, era de 400 milhões. É sonho. Foi sonho na

altura? Foi sonho na altura. Chegado lá, as Finanças decidiram que a verba que havia nem 20% daria para o Ministério das Infra-estruturas. Portanto, nós devemos sim sonhar e se estivéssemos a sonhar e, dentro desse sonho, priorizar aquilo que entendemos que é mais importante para o país e não teríamos o País que temos.

Nós temos, por exemplo, a questão de transportes entre as ilhas, e aí discordo consigo. Numas ilhas, o transporte que faz a ligação entre elas, quer aéreo quer marítimo, não é uma questão de opção, é uma questão de soberania. Logo, não pode relegar para o privado, como se fosse da responsabilidade do privado. É do Estado. E nós temos que assumir isso.

Na altura, estava também incluído uma aeronave no orçamento de uma das instituições. E conseguimos. Com o Brasil, conseguimos, sim, um acordo para ter uma aeronave e pagar em 30 anos, atenção, mas com essas ideias de que o avião é coisa de luxo, sem pensar na soberania do Estado, nós abandonamos. Eu estou a falar de uma aeronave nova, que devia ser comprada no Brasil. Não estou a falar da STP-Airways. Zero, zero km, Embraer, e os pilotos nacionais foram a São José dos Campos, em Brasil, fazer o estudo e formação.

Uma voz: — Isso foi quando?

O Sr. Delfim Neves (BASTA): — Em 2007.

Bom, cada um analisa o orçamento na generalidade como entender, mas quando se faz a intervenção é argumento de forma genérica, naturalmente, e é para ter argumento para apresentar propostas de alteração ou de sugestão na especialidade. Seria contraproducente alguém que não faz nenhuma intervenção na generalidade, de repente, aparecer com n propostas na especialidade. Não é razoável! E se nós estamos a intervir, e eu quero falar aqui do Movimento Basta, é por causa da abertura que se deu, que é um governo para trabalhar com todos e que está pronto a receber essas propostas. Do contrário, nós nem sequer interveríamos, como não interviemos no passado, porque não havia esse espaço.

Sra. Ministra do Ambiente, ontem, deu resposta, em algumas coisas me convenceu e noutras, não, porque faltou, na minha perspectiva, algum pulso, quando dizia que para nós resgatarmos a beleza da nossa cidade há uns problemas, porque quando se tenta tomar umas medidas os donos das casas aparecem. Não! Se os donos das casas aparecem, o Estado é Estado regulador, tem que impor.

A questão da nossa cidade tinha a ver também com a questão de ordenamento e urbanismo. Nós temos hoje quantas casas construída numa via só, umas altas e outras baixas, cada uma com a sua cor, a parecer arco-íris, e no meio delas uma que podemos considerar precária? Qual é a autoridade que está lá a pôr a mão nisso? Olhemos para uma rua ou uma praceta, quantas casas estão ali e de que cores são? Antigamente, era proibido. Em cada rua tinha uma cor padrão. Em cada rua ou cada avenida tinha a casa com altura definida, e não é cada um construir com a cor que quer ou construir com a altura que pretender.

Alinhamento. Há casas que estão umas para dentro e outra para fora, muro de vedação para dentro, muro de vedação para fora e tudo acontece e ninguém diz nada. Não é uma questão de ontem nem de hoje. Vamos pensar em amanhã e em como é que vai ficar.

A questão de lixo, falou do Campo de Milho. Eu já assisti, várias vezes, pessoas do Campo de Milho, por preguiça de descer do carro, atiram o lixo. Sabe por que é que isso acontece? Porque lá está um terreno abandonado há mais de 30 anos, em que o proprietário que já beneficia de duas paredes para fazer outras duas não faz. A embaixada de Angola até solicitou à Câmara Distrital de Água Grande para lhe conceder o espaço, para fazer um jardim, para evitar lixo, porque o lixo os afecta. Eles moram lá ao lado, e nada se fez. Pôr lá contentor, enquanto estiver lá aquele terreno abandonado, é igual que zero, como dizia o outro ali. Nós temos a questão do lixo de Penha. Esse local para mim é um crime à saúde pública. Podemos dizer que não temos outro espaço, mas por aquilo que temos lá hoje é mesmo um atentado à saúde pública.

Uma voz do ADI: — Hoje não.

O Sr. Delfim Neves (BASTA): — Estou a falar do que temos lá hoje, e com casas à volta construídas ontem, se quiser, ou anteontem, para ficar mais bonito, é um atentado à saúde pública. Temos que fazer alguma coisa!

Deixem-me dizer que a questão que nós aqui falamos é mais uma questão de política. A questão dos números que estão no anexo é para depois. Nós temos a questão, por exemplo, da diáspora. Estamos a falar das pessoas que estão a sair em massa para o estrangeiro. Qual é a política do Governo para reter as pessoas aqui? Porque a política de lá fora para as pessoas que estão lá fora é na perspectiva institucional. O Estado não vai meter no orçamento aqui valores para apoiar pessoas que estão lá fora. Como? Apoiar como? Com que valor? Para quê, se já damos junta médica, e cada um saiu para ir trabalhar? Mas é verdade que eles têm que ter apoio institucional. Queremos ver qual é a política deste Governo para isto.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro e Chefe de Governo: — Sra. Presidente, pedi a palavra, porque se depois forem muitas questões a gente acaba se perdendo. Assim, seria bom que nós começássemos a dar as respostas.

Bom, começo pelo Deputado Wuando Castro. Insisto que as GOP são anuais, mas o enfoque é médio e longo prazos. Daí que não há uma linha directa entre as acções e o Orçamento. Pode não acontecer, porque há algumas acções que vão para além do ano e do exercício. Então, é isso que eu disse. E não disse que vamos corrigir tudo e pôr lá os valores. Que isso fique claro!

Em relação às verbas que algumas não encontraram no Orçamento, depois a Ministra terá a oportunidade de explicar e o Ministro das Finanças também, mas é preciso saber ler os mapas orçamentais, porque eles são muitos, há alguns que têm umas verbas e outros não têm, e é preciso haver uma explicação detalhada por parte do Ministro em relação a esta matéria. Por exemplo, disse que não existe verba inscrita para o Tribunal de Contas, e eu que já há muito tempo não visito o Orçamento fui lá e encontrei, directamente.

O Sr. Wuando Castro (MLSTP/PSD): — No meu não tem. Deve ser uma versão nova.

O Sr. Primeiro-Ministro e Chefe de Governo: — Então, é por isso, mas acho que não há problemas. O Ministro depois virá explicar.

Para lhe dizer também que os contratos solicitados pela sua Bancada estão a caminho e já foram expedidos. Todos os contratos assinados existentes e que foram solicitados estão a caminho e nós teremos a oportunidade de estar disponível aqui na Assembleia para responder a todas as questões inerentes a esses contratos, sem qualquer tabu. E o Governo, que tenho a honra de liderar, vai primar pela transparência e pela prestação de contas, sempre que for necessário.

Aplausos gerais.

Por último, gostaria de dizer que as acções do Governo não se circunscrevem só nas verbas inscritas no Orçamento Geral do Estado. Há outros instrumentos, há outras formas de o fazer. As PPP, a BOT, outros, parcerias, muitas outras formas. Por exemplo, se conseguirmos, e vamos conseguir, porque estamos a trabalhar neste sentido, que os investimentos a serem feitos ao nível de Distrito de Lembá comecem já este ano. Há componente social de cada projecto e esses valores serem canalizados para acções neste Distrito, e suprir essa necessidade que as Câmaras têm em termos de valores. A mesma coisa para o Distrito de Caué. Portanto, são várias formas, vários instrumentos que o Governo tem para suprir aquelas necessidades que não se circunscrevem no Orçamento Geral do Estado, e são muitas. Tem sido prática de vários governos e este Governo q também vai seguir a mesma perspectiva, e assim fazer.

Gostaria de aproveitar para dizer que estamos conscientes de que neste Orçamento não é possível caber tudo. O Vice-Presidente teve a ombridade de vir cá nos explicar e mostrar por A mais B que não é possível. Se não, aqui nós estaríamos com um orçamento, se calhar, de 1 bilhão de dólares, valor que, pela nossa dimensão, pela nossa capacidade e pela riqueza que criamos dentro do País, não estamos em condições de ter um orçamento desse montante. Daí que o esforço é de encontrar, dentro dos recursos disponíveis, principalmente dos parceiros, e é preciso que tenhamos isso em conta, parceiros para fazer financiar as acções dentro do Programa do Governo. E eu gostaria aqui de dizer que uma das coisas que estamos a trabalhar profundamente é de aumentar a nossa capacidade de absorção. Isso é muito importante. O Banco Mundial coloca à nossa disposição valores, tivemos situações em que um projecto com valor disponível durante vários anos teve uma execução de 15%. Estamos a falar em 8, 9, 10 anos. E estamos a pôr em prática acções e colocar gente capaz de reduzir esse tempo de execução dos projectos, e que isso é muito importante. E para isso é preciso que as pessoas conheçam os procedimentos. Às vezes, a falta de capacidade de entender os procedimentos dos parceiros pode nos levar ano para iniciar um projecto. Mas com alguém que conhece os procedimentos dos parceiros e sabe ler os documentos dos parceiros, nós podemos, em vez de levar um ano, levar 3, 4 meses. Este é o nosso foco e é nisso que estamos a trabalhar, para além de valores inscritos, e vamos esforçar-nos no sentido de aumentarmos a nossa capacidade de absorção, em termos de financiamentos postos à disposição dos parceiros.

Obrigado, Srs. Deputados.

Aplauso do ADI.

Há algumas questões específicas que eu gostaria que a Ministra da Justiça respondesse e depois o Ministro das Finanças e da Saúde.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Primeiro-Ministro.

Tem a palavra a Sra. Ministra da Justiça.

A Sra. Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direito da Mulher: — Sra. Presidente, com a sua permissão, muito boa tarde.

Posso começar pela questão colocada no período da manhã, pela Dra. Filomena, quando falava da criação do gabinete de combate à corrupção. Este gabinete irá funcionar junto à polícia judiciária, e está no âmbito do Projecto da Reforma da Justiça, e está inscrito na verba da Reforma da Justiça. A construção do edifício de medicina legal também está inscrita na verba da Reforma da Justiça, no programa de investimentos ligados ao Ministério da Justiça. Não vai encontrar lá no orçamento inscrito criação do instituto de medicina legal, mas vai encontrar o programa de Reforma da Justiça, que é um programa bastante alargado e que foi durante muitos anos debatido acesamente aqui nesta Casa Parlamentar, com discursos bastante direcionados, que se tomou boa nota e está-se a implementar estas medidas. Posso dizer em que capítulo está? Está em 25, no programa de investimento público, e podem encontrar no verso de Programa de Reforma da Justiça, 49.50, que é financiado pelo PNUD. É um projecto bastante avançado, inclusive com selecção de médicos para especialização, cursos online, cursos *in job*, cursos presenciais, para nós podermos ter pessoas com capacidade para o exercício dessa actividade profissional, que tem a ver com a medicina forense, que é o que nos faz falta aqui em São Tomé, ligada a matérias de prova para investigação criminal.

A outra coisa completamente diferente da qual falou a Dra. Filomena é a criação do instituto de direitos humanos. Esta questão não vem, por acaso, inscrita no Orçamento Geral do Estado, mas é um patrocínio que também está incluído dentro da Reforma da Justiça. O parceiro só encontrou a verba de financiamento da instituição há coisa de 2 semanas, e o Orçamento já tinha sido feito e entregue. Entretanto, a previsão do Governo era inscrever esta matéria, porque há todo o interesse do parceiro na criação dessa instituição, posso assim dizer. E também a modalidade ou não da colocação das pessoas que irão ficar à frente desta instituição tem a ver com o desenho que se vai fazer posteriormente sobre o funcionamento da própria instituição em si.

Neste preciso momento, estamos na elaboração de um quadro legal para a instituição dos direitos humanos em São Tomé, uma instituição independente, porque o que existe é um gabinete voltado para estas questões e esse gabinete está a funcionar no Ministério da Justiça. Logo, o que se quer é uma instituição independente do Estado, que passa os relatórios e acompanha as situações que brigam com os direitos humanos em São Tomé e Príncipe. Portanto, neste preciso momento a questão está a ser montada e posteriormente os Srs. Deputados poderão também estar connosco nesta tarefa, porque se esteve aqui durante muitos anos a discutir se se instituía os direitos humanos ou provedor de justiça. Viu-se que o provedor de justiça é um órgão administrativo, direitos humanos também, mas não tem qualquer tipo de benefício para nós, porquê? Porque temos a Procuradoria Geral da República, temos outras instâncias ligadas ao judiciário e valia a pena subcarregar mais uma instância que as pessoas iam-se queixar ao nível administrativo e depois quando se ia, ia uma recomendação para os Tribunais actuarem em determinada matéria. Não tinha, mas o Governo entendeu não avançar com a proposta que havia sido feita, então há uma instituição dos direitos humanos que eu considero e o Governo também considera ser a melhor opção, neste preciso momento. Com a ajuda do parceiro vamos trabalhar neste sentido.

Bom, relativamente à questão que levantou o Sr. Deputado Wuando Castro, ligada ao Tribunal Militar, eu acho que é de interesse de todos perceber como é que esta coisa funciona. Porque todos nós falamos, todos nós somos juízes em causa própria, e há muito pouco assento, sentar para perceber como é que a coisa funciona de facto. Nós tivemos um julgamento, em houve uma remessa de processos e decisão judicial, que é de cumprimento obrigatório, seja ele quem for que remeteu o processo para o Tribunal Militar.

Se nós formos ver o artigo 126.º, número 2 da Constituição, diz-nos o seguinte: «Podem existir tribunais militares e arbitrais.» Temos um Tribunal Militar, temos. Existe? Existe. Tem lei? Tem. Existe um decreto de lei número 11/292, de 28 de Novembro de 1925. Não é contrário à Lei da República que está em vigor. Contrária a Constituição? Não. Contrária alguma lei da República? Não. A Lei está em vigor e ela está em plena aplicabilidade. Pode haver algumas normas que estejam em desuso, ou seja, que não permite a sua aplicação em tempos modernos, mas que ela existe, existe.

Entretanto, o juiz entendeu na sua dota decisão, remeter os autos para o Tribunal Militar.

O Ministério Público, não concordando com a decisão, recorreu para o Supremo Tribunal de Justiça. O Supremo Tribunal de Justiça decidiu manter a decisão da 1.ª Instância e remeteu-se o processo para o Tribunal Militar. Logo, cada um em sua acção particular tem a competência para descumprir aquilo que decidiu um Supremo Tribunal de Justiça?

Logo, como não temos essa competência, só temos é que eluir aquilo que ficou decidido em sede de recurso para o Tribunal Militar.

Meu senhor, uma coisa é uma coisa, desculpe Sr. Deputado, outra coisa é outra coisa.

Nós agora estamos em sede da remessa do processo para o Tribunal Militar, e outra coisa completamente diferente é aquilo que o Sr. Deputado quer ouvir, para quando, não é? Sendo assim, se o Sr. Deputado for ver, porque o Sr. Deputado Wuando, colocou a questão de não inscrição da Procuradoria Militar. Mas nós temos escrito em 23.1.14 – Tribunal Militar. Está inscrito no Orçamento.

Procuradoria Militar, não faz sentido, porquê? Pergunta-se. Nós temos representações em todos os tribunais no País. Não pode haver tribunais sem procuradores. Não pode haver. Nós temos representação no Tribunal de Contas, mas o Orçamento não diz «Procuradoria no Tribunal de Contas».

Nós temos representação no Supremo Tribunal, mas o Orçamento não diz «Procuradoria no Supremo Tribunal».

Nós temos representação no Tribunal Constitucional, o orçamento não diz «representação da Procuradoria Tribunal Constitucional», e assim por diante.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Por que é que veio no Orçamento passado?

A Sra. **Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher**: — Entendeu-se este ano não ser necessário, porque a Procuradoria é um corpo uno e, dentro da sua função, cada procurador desde dos gerais adjuntos até os adjuntos, sabe onde é que é a sua função.

Aplausos.

Os procuradores-gerais-adjuntos funcionam junto aos Supremos Tribunais, os Procuradores da República funcionam junto do colectivo da 1.ª Instância, e os Adjuntos, que são os procuradores-adjuntos, que é a 1.ª, 2.ª e 3.ª Classe, funcionam no Tribunal da 1.ª Instância, onde não exerce a função o Procurador da República. Portanto, para dizer o quê? Para dizer da desnecessidade de instituição de uma verba para a Procuradoria Militar. Nós temos as Procuradorias de Caué, Lembá e a Regional. Onde existe Lembá e Região Autónoma do Príncipe, está como uma Região Judicial. O que se quer fazer é estender a Região de Água Grande, para ir até Lembá, para precisamente fazer o quê? Para que a justiça esteja mais próxima do cidadão. Porque neste preciso momento o Ministério Público tem um papel extremamente fundamental na vida dos cidadãos são-tomenses, tanto no combate à criminalidade sexual como nas questões que têm a ver com criminalidade, violência doméstica e também na questão que tem a ver com os direitos dos menores, a responsabilidade parental, fazer com que os pais, os responsáveis legais pelas crianças cumpram a sua função ao nível de cuidados e proteção das crianças.

Aplausos.

Portanto, faz todo sentido que haja uma procuradoria em Caué, precisamente porque é uma região bastante distante da capital, isso fazia com que as mães ou aquele que tiver a criança à sua guarda e cuidados tivesse que se deslocar muito cedo para cidade, para vir à capital nos dias de atendimento, para conseguir resolver esse problema.

Viu-se que, colocando uma procuradoria em Caué, lá em São João dos Angolares, com um procurador, montando um gabinete, facilitaria a vida da população desse distrito, para mais facilmente ter acesso a resolver estas questões, tanto na apresentação das denúncias como muitas vezes também na inquirição dos processos, ou seja, na investigação processual. Ao invés de as pessoas se deslocarem de Porto Alegre, são 200 dobras para vir e 200 dobras para ir, 400 dobras, por causa das condições da estrada, há essa penalidade, em vez de elas virem até a cidade, para poderem ser apenas ouvidas, e em vez de o oficial de diligência fazer essas deslocações enormes. Porquê? O oficial de diligencia, para ir até Porto Alegre, tem que ir de motorizada. Combustível, meios que não existem, então, criou-se uma procuradoria em Caué, para que as pessoas desse Distrito, de Ribeira Afonso até Porto Alegre, e não só, pudessem fazer a sua diligência ali junto àquela procuradoria. O Procurador já foi nomeado, neste preciso momento já existe mínimas condições de trabalho, é preciso criar mais, mas toda essa situação está dentro do programa de Reforma da Justiça, que se está levar a cabo já há algum tempo.

Portanto, estas são as questões que existem, o Governo de que faço parte entende que a questão do Tribunal Militar ao nível judicial não se coloca, porque o processo foi remetido, vamos aguardar que o Tribunal se organize, porque já está inscrita uma verba para a sua organização e, consequentemente, o todo resto os senhores poderão, em sede própria, questionar.

Muito obrigada.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Ministra da Justiça.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Saúde.

O Sr. **Ministro da Saúde e Desporto**: — Muito boa tarde, Sra. Presidente, Membros da Mesa, Sr. Primeiro-Ministro, Colegas Ministros, Sras. e Srs. Deputados, Povo de São Tomé e Príncipe.

Eu vim responder a algumas questões, começando pelas perguntas do primeiro período do dia, em relação a ambulâncias. Existe na verba no número 57.70, aquisição de ambulâncias. À partida, o valor que está disponível é para adquirir três ambulâncias. Claro que na hora da distribuição veremos aqueles distritos que estiverem a precisar mais. E também nas actividades para o Distrito de Caué, tem aí disponível material para transportes e peças. Quer dizer, aquela questão de reparação também está equacionada.

No período da manhã, ainda a questão da saúde preventiva. O que eu quero dizer é que, durante muito tempo, temos tido uma viragem muito concentrada nas doenças transmissíveis. E graças aos programas que tivemos, temos tido até então a vacinação alargada, Programa da Tuberculose, HIV, Programa do Paludismo, temos tido muitos bons resultados, e o que se pretende é conseguir manter esses ganhos e se possível melhorar. Mas, a nível da saúde primária, precisamos fazer uma nova abordagem.

Está é a mensagem que junto com os técnicos, os quadros da Saúde, estamos a fazer essa conversão e também com o apoio do OMS, existe um plano traçado para mudança da abordagem a saúde primária.

O que se pretende é virar para prevenção das doenças crónicas não transmissíveis, que é em termo de epidemiológico, aquilo que mais afeta a nossa população.

Portanto, vamos ter que implementar várias acções no sentido de prevenção dessas doenças, que nem vale a pena dizer muito, todos aqui temos a noção do que acontece, a começar desde da higiene, higiene pessoal, higiene ambiental e alimentação.

Esses três focos contribuem muito para a nossa saúde, e sobre tudo as doenças não transmissíveis, claro outros factores também contribuem.

Portanto, é um trabalho que precisa ser feito o mais rápido possível, porque senão continuamos a ter sempre muitos doentes a chegarem no hospital. Esta é uma abordagem que vai ter que ser feita.

Isso é duma forma mais resumida possível.

A questão do bloco operatório do Príncipe, eu acho que não há necessidade de abordar muito mais.

O Sr. Deputado Raul Cardoso, abordou a questão dos desportos.

Não sou de facto alguém ligado a desporto, mas como qualquer cidadão acompanho a situação do desporto no nosso país, é uma situação de facto crónica, mas termos que ter de facto uma estratégia. Temos que representar o país com dignidade.

Representar o país com dignidade, significa fazer boas escolhas, e ser competitivo. Investir em lugares que podem trazer alguma dignidade na nossa representação.

Portanto, temos que fazer escolhas de facto onde podemos investir mais. Mas, mais do que isso, tendo em conta que está associada a saúde, nossa intenção é para massificação da prática do desporto, juntado o útil ao agradável, melhorar a saúde, e ter mais possibilidade e daí encontrar talentos.

Porque um país pequeno com pouca população, a margem de encontrar talentos é reduzida, mas se só massificamos teremos mais possibilidade, claro que isto implicam investimento se calhar até maior. Pode parecer que não, mas a massificação desporto implica de norte a sul, Príncipe a São Tomé, investimentos a todos os níveis até todas as localidades, e, portanto, isso precisa ser planificado.

Obviamente, neste orçamento que como todos já sabem, é um orçamento que estava mais ou menos previamente elaborado, e nós quando entramos tivemos que fazer alterações, não está bem equacionado isto, mas se calhar para o futuro teremos prazer de planificar melhor.

A doutora Filomena, muito obrigado cara colega, a sua preocupação em relação a dotação orçamental para especialistas é legítima, como disse também o Primeiro-Ministro, a outras ferramentas com que se pode obter recursos ou meios para formação especializada, é uma grande preocupação, e não é só de médicos especialistas, em várias outras áreas, enfermeiros especializados em cuidados intensivos, neonatologia, etc., etc.

Portanto, é uma questão que nós nas conversas que temos tido com os parceiros, sempre temo estado a abordar essa questão, não está esquecida, e, portanto, vamos atras disso para quanto mais número conseguimos enviar para formação será melhor.

O projecto do programa de Saneamento do Meio e Higiene (WASH) não é propriamente o projecto que vá construir, mas é um projecto muito mais ligado a saneamento do meio e higienização, nisto tem estado a ser feito várias melhorias, incineradoras, canalização, lavandarias, em vários postos de saúde. Melhorar essas condições de higienização nos postos de saúde, isto está a decorrer, obviamente nem todos foram finalizados, mas está sendo desenvolvido.

Portanto, grosso modo, são essas repostas que eu tinha para dar neste momento.

Obrigado.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Ministro da Saúde.

Tem a palavra o Sr. Ministro de Estado da Economia e Finanças.

O Sr. **Ministro de Estado da Economia e Finanças** (Gareth Guadalupe): — Boa tarde, Sra. Presidente da Assembleia, Caros Deputados, Primeiro-Ministro e os Colegas, Técnicos da Assembleia Nacional, cumprimentar os são-tomenses, residentes e na diáspora, boa tarde a todos.

Eu ia começar pela intervenção, alguém falou aqui do sinal da TVS e Áudio Visual, e teria perguntado sobre o projecto de Televisão Digital Terrestre (TDT), eu creio que foi o Wuando que falou da questão da TDT. Não morreu, por acaso, é algo que ultimamente eu pessoalmente reuni-me com a Thompson, que é uma empresa francesa, e nós estamos a trabalhar na questão de financiamento. Porque o projecto de transição digital terrestre é algo que, conforme a vossa experiência, custa muito ao erário público. Então estamos a trabalhar neste sentido.

O Deputado Delfim Neves teria perguntado o que este Governo está a fazer para evitar que haja essa saída massiva dos nossos cidadãos em emigração. Por várias intervenções que nós já fizemos, e também na minha pessoa, inclusive a última foi num estudo apresentado pelo Banco Mundial no Hotel Praia, e que nós aproveitamos esse estudo para negociar com o Banco Mundial aquilo que nós chamamos de autoemprego. Porque a melhor forma de resolver os problemas que os nossos emigrantes encontram é resolver o problema de raiz. E resolver o problema de raiz é criar condições para que eles permaneçam no

País. Por isso é que o Primeiro-Ministro, no seu discurso, falou que nós temos que sair do assistencialismo para a autossustentabilidade. E basicamente o que nós queremos com isso é criar o autoemprego para os jovens, e nós queremos negociar com o Banco Mundial, inclusivo já fizemos uma carta ao Banco Mundial nesse sentido, de forma que nós não continuemos a alimentar esse programa, que é muito mais assistencialista do que sustentável. Ou seja, temos que evoluir para o autoemprego, para a criação de empregos. Queremos também que o Banco Mundial nos dê dinheiro, para que a gente possa promover o autoemprego, de forma a diminuir...

Muitas vezes, é mais difícil entrar para o mercado formal de trabalho, mas o objetivo primário aqui do Governo é que todos tenham um meio de rendimento, um meio de subsistência. Então, é neste sentido que nós estamos a trabalhar.

E tudo aquilo que o Governo faz, conforme também disse aqui o Sr. Primeiro-Ministro, para melhorar o ambiente de negócios. As infra-estruturas que nós criamos para atrair os investidores, a transição energética, para que nós tenhamos energia de forma muito mais limpa, mas também muito mais sustentável em termos financeiros. Tudo isso são condições que se está a criar e tem que se ver isso num pacote para que nós possamos criar as melhores condições aqui para os nossos jovens, evitar que haja essa saída massiva para o exterior.

Eu vou fazer várias intervenções que tenha a ver com várias questões que foram sendo colocadas desde manhã, e que não tive a oportunidade de intervir antes.

O Deputado Conceição Moreno falou da questão da transparência relativamente às receitas próprias. Sim. A Região Autónoma do Príncipe, o Governo Regional, tem a obrigação, por lei, para além do montante que se faz transferência, de dizer quanto é que estão a arrecadar internamente. Isto é uma responsabilidade que nós gostaríamos de chamar, aqui deste púlpito, atenção ao Governo Regional, que por lei, se houver duas transferências trimestrais seguida e, se não houver, nós temos o direito de cortar a próxima transferência. Portanto, a questão da transparência deve ser igual para todos, sem exceção, e mesmo aqui na Casa Parlamentar da Assembleia Nacional.

A questão do Porto do Príncipe, acho que foi o Deputado Hélio Lavres que levantou, eu queria dizer que nós estamos a trabalhar num projecto de cabotagem, e queremos fazer intervenção a dois títulos: primeiro, é ver como é que nós podemos fazer uma intervenção rápida no Porto do Príncipe, mas para isso queria a aproveitar chamar aqui atenção deste púlpito a ENAPORT, que tem que nos enviar os dados necessários para que nós possamos fazer uma intervenção mais rapidamente no Porto do Príncipe, com o projecto BAD, e esse projecto de cabotagem é um projecto que inicialmente já está em *pipeline*, um porto de cabotagem em Porta Alegre, a modernização do Porto de Neves e também na Região Autónoma do Príncipe. Mas resolver o problema deste porto é resolver o problema de forma temporária, porque este porto não oferece condições. Os senhores que veem da Região Autónoma do Príncipe sabem melhor do que eu, e uma das coisas que se quer fazer nesse porto é estender mais do que 100 metros, para ver se ainda se consegue aproveitar, há um termo que se usa para isso, o calado. Portanto, esta é uma intervenção que já está em linha, precisamos daquelas informações que a ENAPORT tem que enviar.

E por falar em ENAPORT, nós também já tomamos, e já foi dito aqui pelo Primeiro-Ministro, que nós vamos isentar, porque não faz sentido as taxas serem cobradas na ENAPORT aqui, e voltar a ser cobradas na ENAPORT, na Região Autónoma do Príncipe. E conforme disse aqui, creio que foi o Deputado Delfim Neves, não é uma questão de opção, é uma questão de unidade nacional.

Ontem já tinha falado da questão de isenção dos produtos da cesta básica, é verdade que o Deputado Hélio Lavres disse que não basta os produtos da cesta básica. É preciso, por exemplo, incluirmos o semento, mas nós temos que ir paulatinamente. Conforme eu já disse, é preciso que a Região Autónoma do Príncipe se organize, para dar as melhores informações, porque sempre que o Estado subsidia alguma coisa, é preciso que esse subsídio de facto reflita no bolso do cidadão, e não fique perdido algures.

Ainda na intervenção do Deputado Hélio Lavres, falava das questões de transferências de capital para a Região Autónoma do Príncipe. E eu ontem já tinha tentado explicar que há duas formas de transferência. Uma é a transferência de capital que se faz para a Região Autónoma do Príncipe e a outra é, digamos, a transferência de capital que se faz com execução directa sob o controlo do Governo Central. Poderão pôr o problema da descentralização, mas hoje qualquer câmara ou mesmo o Governo Regional não tem ainda capacidade institucional para grandes obras. Por isso é que elas, muitas vezes, são conduzidas ao nível do Governo Central, e eu creio que o mais importante são os resultados para a população e não para quem faz.

Bem, aqui o Deputado Raúl Cardoso fez uma intervenção logo no início. De facto, sim, a oposição está aqui para ajudar a colocar questões, e nós estamos aqui para responder, e temos que de facto abrandar os ânimos. Mas perguntava por que é que um aluno superior do ensino privado paga o IVA na propina e o do público, não. Bem, isto é uma questão que nós de facto precisamos analisar. É uma decisão que nós não podemos tomar aqui já, teremos que a tomar ao nível do Conselho de Ministros. Mas posso já dizer que é uma questão que depois iremos ver com muita acuidade, porque o importante é ter formação, seja no ensino público seja no ensino privado. Então, à partida, não pode haver um tratamento desigual.

A questão do imposto ecológico que foi levantada aqui pelo Deputado José Maria, que conforme disse gostaria de voltar a insistir que isso, sim, vai criar impacto no bolso do consumidor final. E aqui também de forma muito diplomata, conforme foi aqui sugerido pelo Vice-Presidente Abnildo, para quando nós tivermos que responder às questões, e eu vou aqui tentar dizer algumas coisas. Nós estamos a falar de céntimos e

em alguns lugares falamos de dobras. Mas quando a gente vê o cabaz de consumo das famílias, por definição é aquilo que faz parte do hábito do consumo e não aquilo que, esporádica ou temporariamente, temos a necessidade de importar. Por exemplo, nós temos aqui tabacos e afins, já são 20 por quilo. Porquê? Porque é um produto nocivo à saúde, por exemplo, os mais altos, eu não vou falar dos outros que são claramente nocivos. Temos a peruca e outros produtos de materiais sintéticos, 10 dobras por quilo...

Uma voz: — Devia ser mais.

O Sr. Ministro de Estado da Economia e Finanças: — Devia ser mais, até para incentivar o pan-africanismo, a africanidade e por aí fora.

Risos geral.

Até que as perucas cheguem a 1 quilo, são muitas perucas, sem contar que isto tem um impacto ambiental muito grande. Mas deixem-me dizer que nós estamos a falar de 10 dobras por quilo.

A Sra. Filomena Monteiro (MLSTP/PSD): — Aumentem a peruca!

O Sr. Ministro de Estado da Economia e Finanças: — Temos aqui, por exemplo, pilhas, baterias e pilhas elétricas, 25 dobras por quilo. Material nocivo à saúde e também ao ambiente. Nós temos máquinas e aparelhos de ar condicionado, é o que é maior, mas não é por kg, é por unidade. Por cada aparelho de ar condicionado paga-se 80 dobras. Mas quem tem condições para comprar um aparelho de ar condicionado, não tem problemas em pagar 80 dobras.

Uma Voz: — Não, não.

O Sr. Ministro de Estado das Finanças e Economia: — O senhor está a dizer-me não, não, eu agora vou levantar outra questão. O senhor veio aqui e falou da questão do memorando dos professores. Pois está a dizer-me não, porque não se pode pagar 80 dobras para adquirir um aparelho de ar condicionado. Por isso é que eu disse ontem *Dêçu fé non montxi*. Um pede para o Governo ir daqui, outro pede para o Governo ir de lá. Isto para dizer o quê? Sabemos que este ano é o ano de ajuste salarial e o memorando de entendimento dos professores é um acumular de vários governos. Esse memorando que agora se quer imputar responsabilidade a este Governo, se está a trazer a este Governo, não é uma responsabilidade só deste Governo. Aquilo que os professores estão a pedir, se se perguntar aos professores, é uma reclamação de hoje? Não. É uma reclamação de há muito tempo. Por isso, quando a gente aplica, por exemplo, 80 dobras, 10 dobras, céntimos de dobras, o senhor sabe quanto é que tem, e quando a gente vê inflação, tem que ver a inflação não só pela variação, mas o peso que ele tem no cabaz de consumo.

Por exemplo, quando nós falamos de peças de viaturas, sabe quanto é que ele tem no peso do cabaz de consumo? 0,3 em termos de ponderação, ou seja, mesmo que varie 100%, se o senhor multiplica por 0,3, é quase nada. Quando a gente fala de cabaz de consumo, as peças entram dentro do cabaz de consumo.

O Sr. José Maria Barros (MLSTP/PSD): — Peça não é cabaz.

O Sr. Ministro de Estado das Finanças e Economia: — Peças de automóveis entram dentro do cabaz de consumo. Se o senhor vir a lista do IPC e todas as coisas que fazem parte do cabaz de consumo, as peças entram no cabaz de consumo. Está lá e anda à volta de 0,3 em termos do ponderador. E por isso, quando se fala que terá um impacto no consumidor final, será um impacto muito irrisório. O Deputado José Maria não vai comprar peças de carros todos os dias. Só vai comprar quando precisar. Mas precisa de comprar todos os dias a matabala e o peixe. Estes sim é que têm um grande impacto ao nível do cabaz de consumo e, por isso, é que o Governo tem políticas direcionadas para resolver esta questão.

Aplauso do ADI.

Mas eu queria seguir sempre aqui o conselho do Deputado Raúl Cardoso, para nós não extremarmos posições, porque o Deputado José Maria fez a intervenção, nós ouvimos e ouvimos com muita acuidade. De facto o Deputado Raúl Cardoso tem razão. A oposição faz questões e o Governo deve esclarecer. Conforme disse aqui o Primeiro-Ministro, estamos aqui sempre que for necessário, para esclarecermos as questões.

Aplausos do ADI e do MLSTP/PSD.

Voz de ADI: — *Ka fad'inen.*

O Sr. Ministro de Estado das Finanças e Economia: — O Deputado José Maria também levantou a questão e disse, volto a insistir, por que é que outras despesas com o pessoal são superiores aos

vencimentos e salários? Eu queria dizer que outras despesas com o pessoal sempre foram superiores ao vencimento e salários. Porquê? Porque é lá onde entram as horas extras da Administração Pública em geral, mas sobretudo onde pesa mais são os piquetes dos médicos e as horas extras dos professores. Por isso, sempre foi assim e se quisermos recuar no tempo, desde tempo de *biskôkô*, como se diz. Foi assim em 2019, foi assim em 2020, foi assim em 2021, 2022, 2023, 2024, e assim sucessivamente.

Relativamente à leitura dos números, o Deputado José Maria tem toda a razão, e eu aqui tinha trazido atenção dos meus colegas ali ao nível do Orçamento, que a leitura é mil milhões e não voltarmos a repetir os milhões. É a correcção que temos que fazer, essa chamada de atenção é muito bem-vinda e vamos trabalhar neste sentido.

Eu creio que em traços gerais era isso que eu gostaria de trazer aqui à consideração.

E só chamar atenção, porque eu acabei de ser Ministro dos Negócios Estrangeiros e vejo aqui nessas coisas que se põe em cima da mesa o Brasão com estrela azul. Isto não existe. A nossa Bandeira não tem estrela azul, em lado nenhum. É preciso corrigir isso! Vamos fazer 50 anos de independência.

Outra questão que é muito importante, a nossa Bandeira Nacional nunca dá a direita a nenhuma bandeira, sempre estiverem presentes só duas bandeiras.

Aplausos do ADI, do MLST/PSD e do MCI-PS/PUN.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Ministro.

Não sei se há mais.

Tem a palavra a Sra. Deputada Itelmiza Pires.

A Sra. **Itelmiza Pires** (ADI): — Muito obrigada, Sra. Presidente.

Boa tarde, Sra. Presidente e a Mesa que compõe.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Ministros, muito boa tarde.

Povo de São Tomé e Príncipe, Técnicos da Comunicação Social e da Casa Parlamentar, muito boa tarde.

A minha preocupação é que, no Programa do Governo estava «digitalização nos sectores públicos». Um dos constrangimentos que nós temos com relação à digitalização no sector público está no hospital. Eu refiro-me ao levantamento do processo para consulta. Os doentes, quando se deslocam às respectivas consultas, perdem muito tempo, horas e horas, para se encontrar o processo, e por vezes o mesmo não é achado. Então, eu gostaria de saber, da parte do Governo, porque não vi no Orçamento, o que é que o Governo pretende fazer com relação ao mesmo. Vimos que é possível, porque o nosso Registo e Notariado deu grande avanço com relação ao mesmo e vimos que isso é possível. Nada é impossível, quando a gente tem vontade. E também o Deputado que me antecedeu, vou citar o nome, o Deputado Vice-Presidente da Assembleia, Abnildo, frisou que temos que ter novos impulsos ao nível do País e também novos desafios. Eu quero aqui citar um dos impulsos que temos que ter ao nível da Educação, que é o «resgatamento» dos valores antigos.

Aplauso do ADI.

Lembro-me muito bem, quando eu estava no ensino primário, a escola nos oferecia uns livrinhos, para incentivar os alunos à prática da leitura. E quando as crianças pegavam aquele livro, era uma alegria enorme e constante, e não queriam fazer outra coisa, era só ler e ler as histórias que continham no livro. Eu creio que no nosso arquivo ainda existem os tais livros. Podemos recuperá-los, fazer pequena multiplicação e dar aos nossos alunos, de modo a resgatarmos os bons hábitos de leitura que tínhamos na outra hora.

Muito obrigada.

A Sra. **Presidente**: — Importa referir que para este segundo período, segunda fase dos nossos trabalhos de hoje, nós tínhamos inscritos 14 Deputados e Deputadas, e já fizeram intervenção seis, dois já se sentiram ultrapassados e retiraram a inscrição. É para dizer que agora temos seis Deputados inscritos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Elálcio da Marta.

O Sr. **Elálcio da Marta** (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sra. Presidente.

Boa tarde Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, Técnicos da Assembleia Nacional.

Também estendo a minha saudação ao povo que se encontra em casa, neste momento, não esquecendo de uma saudação especial aos nossos irmãos residentes na diáspora.

Sras. e Srs. Deputados, a melhor forma de fazer política não é discutir pessoas, mas sim mostrar trabalho. Prova disso são obras que vinham suspensas desde 2017 e conseguimos terminar entre o ano 2018 a 2022. Faço menção à Escola de Mestre António, Maria Augusta, Escola Secundária de Neves, Domingos Daio, acabamos, Escola de Monte Café, António Francisco, acabamos, Escola Secundária de Desejada, acabamos, Escola Básica de Ribeira Funda, acabamos, Jardim de infância de Santarém, acabamos.

Sr. Primeiro-Ministro, a obra é do povo e não dos partidos políticos. Se o Governo trabalhar bem, o País fica bem. Se o Governo trabalhar mal, o País fica mal.

Sras. e Srs. Deputados, neste Púlpito, o povo não quer escutar quem vem aqui gastar tempo. O povo quer escutar sobre o trabalho para bem de São Tomé e Príncipe.

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, deve sim haver continuidade de Estado. Uma das políticas do Ministério da Educação é levar a escola mais próximo da população. Assim sendo, Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro, peço com mais urgência possível a conclusão de três creches: Creche de Monte Belo, do Distrito de Cantagalo, Creche de Angra Toldo Cavalete, – e alerto já ao Governo para corrigir o que está inscrito, está Distrito de Caué, mas Angra Toldo Cavalete está no Distrito de Cantagalo – como também a Creche de Quimpo. De resto, para mim, é politiquice. O povo quer ver da parte do Governo acção.

Para terminar, Sr. Primeiro-Ministro, a Sra. Ministra da Justiça, ontem, o discurso era outro, comparando com aquilo que eu escutei hoje. A Sra. Ministra, na conferência das mulheres juristas, que decorreu recentemente, no seu discurso, teve uma postura diferente no que diz respeito à justiça. Hoje, com aquilo que disse, a Sra. Ministra matou a esperança dos familiares das vítimas em ver a justiça feita. A senhora revelou a impunidade total dos prevaricadores com o senário da Lei 1925. Não saiu de mim, saiu de si.

Muito obrigado.

Aplauso do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Sr. Deputado Levy Nazaré, está inscrito, mas não tem tempo. Não sei se alguém quererá atribuir algum tempo.

O Grupo Parlamentar do ADI dá ao Sr. Deputado 5 minutos e Governo, 5 minutos, sem prejuízo de vir agora a Sra. Ministra da Educação.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — 10 minutos, dá para safar.

A Sra. **Ministra da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior**: — Muito obrigada, Sra. Presidente.

Eu tenho algumas questões que foram postas pela Deputada Filomena. É para dizer à Dra. Filomena de que o Jardim de Água Sampaio está em funcionamento, sim. Começou em Outubro, com 18 crianças e hoje ficaram 11 crianças. E esse jardim foi recuperado pela Missão Católica dos Brasileiros.

Dizer à Deputada Beatriz que Angra Toldo Cavalete está neste orçamento, no código 64.62.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI-PS/PUN): — Sra. Ministra, obrigada.

Como citou o meu nome, é só para esclarecer, porque também vi no orçamento a construção de um jardim para Angra Toldo Praia, e agora está a informar que também está inscrito Angra Toldo Cavalete. Só que Angra Toldo Cavalete não é construção, é conclusão, porque a obra já iniciou. Agora ficamos a saber que o subempreiteiro da obra era o Deputado Elálcio...

Risos e murmurários.

... e depois o Deputado Alberto Luís perguntou se há necessidade de dois jardins em localidades tão próximas uma da outra, um para Angra Toldo Praia e outro para Angra Toldo Cavalete e é esta questão que gostaria de entender.

Obrigada.

Aplauso do ADI.

A Sra. **Ministra da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior**: — Muito obrigada, Sra. Deputada.

É mesmo Angra Toldo Cavalete. Foi uma falha. Escreveram, e a pessoa falhou. Mas sobre aquilo a que o Deputado Elálcio fez referência, sobre as obras dos jardins de Quimpo, de Monte Belo e de Angra Toldo Cavalete. É mesmo isso, ele é que acompanha a empreitada das obras e quero dizer ao Sr. Deputado que as três obras estão inscritas no orçamento.

Aplausos do MLSTP/PSD e do ADI.

Risos gerais e murmurários do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Elálcio da Marta.

O Sr. **Elálcio da Marta** (MLSTP/MLSTP): — Obrigado, Sra. Presidente.

Eu fico feliz e desafio-a. Não é em vão que o Deputado Elálcio vai ser eleito Deputado para mais uma legislatura de 4 anos. Sra. Ministra de Educação, o Governo de 2018/2022 foi o Governo do Deputado e ex-Primeiro-Ministro Jorge Bom Jesus. E eu, por ser Deputado que sustentava a Bancada Parlamentar do MLSTP/PSD, tinha a obrigação de acompanhar, de princípio ao fim, todas as obras.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI-PS/PUN): — Com bandidagem.

O Sr. **Elálcio da Marta** (MLSTP/PSD): — O povo elegeu o deputado para servir o povo e não para ser servido. Para dizer ao povo de Cantagalo que é o trabalho que dignifica o homem, e cada um deve comer do seu suor e não comer o bem do povo.

Sra. Presidente da Assembleia Nacional, eu sou representante do povo e tenho a obrigação de fiscalizar a acção governativa, por isso temos que ter um debate com elevação. Os tempos são outros, quem foi, foi, quem ficou, ficou, e o País tem que mudar.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Mas eu não sei se o assunto ficou esclarecido ou não. O Sr. Deputado é subempreiteiro ou é alguém que é deputado e vai fiscalizar, enquanto Deputado?

O Sr. **Elálcio da Marta** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, com o dinheiro de povo não se brinca. Não sou. E caso estiver a mentir, que me tire a imunidade e vou à justiça responder.

Muito obrigado.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Elálcio, mantem-se firme.

A Sra. **Presidente**: — Então, fica esclarecido que o Sr. Deputado Elálcio não é subempreiteiro da obra. Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré. Tem 10 minutos, que são 5 do Governo e 5 do ADI.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Boa tarde Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Ministros.

Antes de começar a minha intervenção, agradeço quer a Bancada do ADI, que me concedeu 5 minutos, quer ao Governo, que me concedeu também 5 minutos, o que perfaz 10 minutos, que é mais do que o tempo que o BASTA tem, que são 9 minutos. Mas acho que não vou usar os 10, porque para aquilo que eu pretendo dizer aqui não vou usar todo esse tempo. E também, tendo em conta que o ADI me deu 5 minutos e o Governo me deu 5 minutos, demonstra que as intervenções dos Deputados do BASTA são intervenções construtivas a favor do povo de São Tomé e Príncipe e da boa governação. Se não, não o teriam feito, de certeza absoluta. E também peço aos dirigentes do Movimento BASTA, caso amanhã venhamos a ter mais tempo, logo, mais deputados, se outros não tiverem tempo, quando nos pedirem, para nós também cedermos aos outros, a favor da democracia.

Sr. Primeiro-Ministro, apenas uma opinião, um conselho de alguém que tem experiência nesse trajecto da zona Sul da ilha. Normalmente, não gosto de falar de algo que tenho, actividades fora da actividade parlamentar, por isso raramente ou nunca falei de turismo aqui, porque estou envolvido nesta actividade, é por uma questão de coerência, mas falo da estrada, que não beneficia só a questão de turismo, mesmo a população da zona Sul, os hiaces, as *palaiés* e toda gente que passa daquela estrada. Eu fico satisfeito em saber, o Sr. Ministro falou aqui de mais ou menos 10 quilómetros nas partes mais críticas. Uma opinião, não sou técnico, não sou engenheiro, mas aconselhava que aquela estrada, aquela parte, fosse feita não com betão betuminoso, mas com calçadas. Por ser uma zona que chove muito e tem descida e quando as valas não estão limpas também as águas correm no meio da estrada e isso faz com que haja buracos, até parece que estamos em guerra lá na zona Sul. Não sei quais são os custos, não sei quais são as possibilidades, mas se puder fazer aquela estrada de calçada, não toda a estrada Sul, mas aquela parte chamada de Subida de Muandi. É aquela parte que é mais crítica. Calçada seria melhor. Eu já falei com uns engenheiros da DOPU, salvo erro, mas engenheiros civis, e eles disseram-me que é uma estrada nacional e estrada nacional não pode ser por calçada. Mas eu disse que não. Quando cheguei a Lisboa, vivia na zona de Santo António de Cavaleiros, usava os barraqueiros, aquelas camionetas azuis, e havia uma zona que os barraqueiros passavam que era de calçada, carris. Era mesmo de calçada. Entrada e saída de Lisboa era mesmo pedra calçada. Hoje já não é, mas em 1991 ainda era calçada. Cabo Verde, quem já foi a Cabo Verde várias vezes conhece, muitas estradas, mesmo na Praia, são de calçada, e em muitos bairros. A Cidade Velha é calçada, e outras partes de Cabo Verde. E, por isso, seria bom, para aquela estrada, calçada de pedras, um pedal, não dez, para aquela descida de Muandi.

E também, se for possível, no orçamento para a Câmara, Sr. Primeiro-Ministro, ajudar a Câmara de Caué com alguma verba, para se fazer limpeza das valas. Aquele acidente que houve, infelizmente fatídico, para uma turista, uma senhora portuguesa, também foi porque a berma da estrada não estava limpa, estava com capins e escondia o buraco onde a roda entrou. Agora já está limpo, porque morreu pessoas. Logo, limpar as valas para ajudar partes da estrada. São necessárias essas intervenções.

Ainda sobre isso também, salvo erro, alguém aqui disse que grande parte dos turistas passa pelas suas actividades. Colega deputado, se estiver errado que me corrija, à volta de 60, 70% dos turistas que vêm para São Tomé são portugueses. Não faz sentido, tendo em conta que a maioria dos turistas que entram em São Tomé são portugueses, e temos o Ano Bom como está, porque querem visitar a parte onde os portugueses chegaram à Ilha em 1470. De certeza que todos os portugueses gostariam de ver onde os seus conterrâneos há séculos chegaram à Ilha, mas aquela estrada está partida. Não vi se está orçamentado ou não. São só uns metros para se chegar. Isso não pode ser feito com o fundo do turismo,

porque não chega para isso. Tem que ser mesmo com o OGE, com a verba do Ministério das Infra-estruturas, para fazer uns metros para se chegar ao marco, para os turistas poderem tirar fotografias do sítio onde os portugueses chegaram em 1470.

O desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, para mim, passa por agricultura, pesca e turismo, mas quando falo da agricultura é agricultura e pecuária, pelo menos a base para a nossa economia se desenvolver. Deve-se dar muita atenção ao Ministério que o Sr. Ministro hoje tutela, que é um ministério muito importante, e da Sra. Ministra também, que é o turismo. Tudo é necessário, tudo é urgente, mas o foco não tem de ser em 1 ano. Nos próximos anos, de todos os programas, é focar nessas áreas. Seríamos sustentáveis e não estariam a depender do exterior, como dependemos.

Para si, Sr. Primeiro-Ministro, um conselho: muito cuidado com as esmolas, quando elas são muitas. Muita atenção com isso, e que Deus lhe abençoe! O senhor demonstrou aqui, não só, nós nos conhecemos, e o senhor tem experiência, conhece a área, tem *know how* suficiente para, com ajuda de todos nós Deputados e todo o povo de São Tomé e Príncipe, poder dar um passo para ver se conseguimos sair do marasmo em que nos encontramos.

Para o povo de São Tomé e Príncipe, também uma palavra, acreditar que mesmo nas dificuldades, mesmo com tanto sofrimento, São Tomé e Príncipe, se todos fizermos a nossa parte, tem futuro. Temos que acreditar e agir, temos que agir, em conformidade. E da parte do povo, temos que trabalhar mais, temos que nos organizar melhor, temos que nos dedicar mais nas nossas actividades e tratar do bem comum como se fosse o nosso próprio bem.

É isso que gostaria de dizer aqui hoje, na esperança de que, acredito nisso, depois da votação, o Sr. Primeiro-Ministro talvez terá as condições, como nunca teve nenhum governo, para fazer o bem para este país.

Applausos.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, Técnicos da comunicação social, os que nos acompanham, a toda a população são-tomense no país e na diáspora, boa tarde.

Sinto-me bastante ultrapassada pelo Sr. Deputado Vice-Presidente da Assembleia Nacional, Abnildo d'Oliveira, e também pelo Sr. Deputado Delfim Neves. Embora estando ultrapassada, gostaria de colocar esta questão bastante simples e se não for possível responderem agora que remetam para a especialidade.

Estive em conversação com alguns jovens e eles têm conhecimento do debate do OGE, e me disseram: já ouvimos tanto os vossos debates, mas nós jovens gostaríamos de ouvir qual é a política do Governo com relação ao emprego para os jovens. O Sr. Ministro do Estado da Economia e Finanças já nos disse aqui algumas coisas com relação ao Banco Mundial, para a promoção de auto-emprego, mas temos aqui na Sala o Sr. Ministro do Trabalho, que é jovem. Se fosse possível, gostaríamos de ouvir qual é a política do seu Ministério com relação a esta problemática, esta preocupação enorme, tendo em conta que os jovens estão aborrecidos, descontentes, desesperados.

Para terminar, Sra. Ministra da Educação e Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna, ainda no ano passado, com relação a essa preocupação da protecção e segurança nas escolas, aquele confronto entre os colegas, quando saem das aulas, aquela luta toda, aquela confusão enorme, então havia uma ronda que passava sempre nas escolas. Pareceu que não, mas essa iniciativa foi bastante interessante e ajudou bastante n caso dessa confusão toda dos alunos. Digo porque já vi, já assisti, aquilo diminuiu bastante. Os alunos têm uma coisa que depois termina aquela luta enorme que ninguém consegue, aquela ronda toda já ajudava bastante para que os alunos portassem melhor.

Daí que não sei se é possível responderem. Tendo em conta que o Sr. Ministro da Ordem Interna não nos brindou com nenhuma informação, se for possível, diga-nos qualquer coisa antes da especialidade.

A Sra. **Presidente**: — O Sr. Deputado Gabdulo Quaresma tinha pedido a palavra, ainda no primeiro período, mas por lapso, a Mesa não fez a inscrição.

Não sei se estaria preparado para fazer uma intervenção agora.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gabdulo.

O Sr. **Gabdulo Quaresma** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. Ministros, Caros Colegas Deputados, Técnicos, todos que estão nesta Sala, todos que nos ouvem, são-tomenses e os que nos acompanham, boa tarde.

Estava a olhar de forma vertical para o Orçamento e, em jeito de ajuda, naturalmente, como se disse bem aqui, estamos todos preocupados com o desenvolvimento do País, e naturalmente o desenvolvimento do País passa por infra-estruturar o País. Assim sendo, é perceptível no Orçamento que só no Distrito de Água Grande temos inscritos cerca de sete projectos, no Distrito de Mé-Zóchi apenas dois, Lembá, um, Cantagalo, um e na Região Autónoma do Príncipe nenhum. Entendo que as estradas devem promover a ligação entre as comunidades, entre as cidades, as regiões, devem promover o desenvolvimento de uma região e de outra, devem facilitar, e aí se tocou na questão do emprego, o emprego principalmente para um

público jovem, face às obras que delas são intervencionadas. Então, gostaria de saber qual é o critério que foi usado para se definir o número de obras das estradas na cidade capital. Se transformarmos esses sete projectos em quilómetros, porque sabemos que as estradas dificilmente são intervencionadas em apenas 1 Km, digamos 2 Km, 2,5 Km, portanto, sete projectos são traduzidos em 14 Km. É como daqui até Guadalupe, pouco mais. É muita extensão para a cidade e pouca extensão para os outros distritos. Gostaria de saber do Governo qual é o critério que foi usado para a definição desses sete projectos apenas no Distrito de Água Grande e muito pouco em outros distritos.

Sabemos que o Distrito de Água Grande tem o Hospital Central, tem os melhores projectos de Água, energia que quase não falha, tem quase tudo de bom e os outros distritos todos de São Tomé não têm absolutamente nada.

Ouvi aqui também, no período da manhã, o Ministro das Infra-estruturas, o meu amigo Nelson Cardoso, dizer que as estradas do Sul eram obras de campanha. Sr. Ministro, antevimos o futuro. Se tivéssemos intervencionado como o Primeiro-Ministro do XVIII Governo disse, que já tinha em carteira disponibilidade financeira para intervencionar naquela estrada, e falou isso várias vezes, se tivesse feito realmente uma intervenção, provavelmente não teria acontecido o que aconteceu. Mas só para dizer ao meu amigo e Ministro Nelson Cardoso que só em 2017 o XVI Governo, liderado pelo anterior Primeiro-Ministro, que era tripe-tente na altura, lançou 14 projectos de iniciativa e intervenção no sector rodoviário. Se compararmos com o ano anterior, 2016, só foram lançados sete projectos. Quero dizer que no ano de 2017, que era o último ano de governação, dobrou a quantidade de projectos, mas nem por isso entendemos, porque somos da área, que esses projectos são obras de campanha. As obras que são lançadas, infra-estruturas rodoviárias, sabemos que são feitas com base nos elementos que obtemos da base de dado rodoviária. Ou seja, é por necessidade de intervenção, é por degradação da estrada, por impacto económico. Provavelmente que a reabilitação da estrada pode ter. Sendo da área, acho que provavelmente em jeito de esclarecimento, não respondendo directamente ao Ministro, dizer que a intervenção em infra-estruturas rodoviárias não tem nada a ver com a questão de campanha. O XVI Governo não fez campanha com obra nenhuma, e sem falar do facto que estas obras estavam objectivadas há algum tempo, mas por ser necessário obedecermos aos critérios estatuídos na lei, como por exemplo o visto do Tribunal de Contas, essas obras só arrancaram no ano de eleição.

Em jeito de esclarecimento, era isso que eu gostaria de deixar.

Applauso do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente da Assembleia, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Caros Deputados, Povo de São Tomé e Príncipe, residentes e os da diáspora, boa tarde. Também eu gostaria de saudar a população de Mé-Zóchi.

Este debate que temos estado a assistir nestes dias, acho que é um bom exercício da democracia, e a democracia entende-se por alguns elementos que acho que nesta Casa Parlamentar, como a sede da democracia, tem-se procurado fazer.

O Líder da minha Bancada, o Sr. Deputado Raúl Cardoso, tinha aconselhado que houvesse um equilíbrio nas nossas intervenções. Agradeço a sua observação e aceito. A Sra. Presidente também nos tinha aconselhado quanto a isso, com que concordo. Algumas pessoas dizem que o nosso debate tem sido descaracterizado, o que acho que não.

Desde ontem estava pensando se havia de intervir ou não, mas acho que de acordo com a exposição feita pelo Sr. Primeiro-Ministro, utilizando uma terminologia cujo significado tem grande relevância, que é a inclusão, de trabalho conjunto, acho que isso me animou, e a própria minha Bancada tem estado a fazer esse esforço, tendo em conta esse apelo, essa participação e essa compreensão. Assim sendo, diversos colegas nossos já tiveram algumas intervenções, inclusive o Sr. Vice-Presidente, Abnildo d'Oliveira, o Sr. Deputado Levy Nazaré, acho que deve ser assim.

Venho cá concretamente para aproveitar o tempo que me é concedido e queria levantar três questões. Uma primeira, não sei se é direcionada ao Sr. Ministro da Agricultura, no caso concreto dos citrinos, há um sector que é o CIAT, Centro de Investigação lá de Pótó. Não sei se tem tido meios suficientes, porque é um sector técnico científico que poderia ajudar muito a agricultura a nível da nossa população. Vemos o caso concreto dos limões, um citrino que muitas vezes tem sofrido imenso com a peste, às vezes somos obrigados a solicitar limões que vêm da nossa Ilha irmã do Príncipe.

Por um lado, dizer que agricultura é um sector de extrema importância. O nosso colega Teodorico dizia que é um parente pobre, mas acho que o sector agrícola é um parente rico, trabalhando, trabalhando, trabalhando.

A segunda questão tem a ver com o Sector da Educação, que a nossa Ministra, permita-me o nominho que vou dizer, Belinha, tem-nos brindado, no entanto, acho que nos prestou algumas informações muito importantes, mas gostaria de perguntar, que política a nível da educação para a cidadania? O que é que isso quer dizer? Reparamos que, de algum tempo a esta parte, tem havido alguns comentários críticos sobre a atitude comportamental ao nível da educação, por parte de alguns elementos, alguns tratos sociais. Ultimamente, eu tinha dito que em Portugal houve um apanhado das populações, em que os sãotomenses

ficaram no último lugar, o que não era normal. Os sãotomenses ao nível de Portugal e outras comunidades tinham um papel muito importante. Isso faz-me lembrar um apelo que uma colega deputada tinha feito sobre a questão dos valores. E ela até deu exemplo de algumas leituras que se fazia e tudo mais. Isso tem sido o meu apelo incessante, porque qualquer um de nós conhece o percurso.

Outra questão é ao nível da estrada, ali no centro da cidade, naquela rua ao pé da Pensão Carvalho, há um troço que deita água. Temos tanta necessidade de água, o pavimento custa tanto dinheiro, não sei se é responsabilidade da EMAE ou de quem, talvez o Sr. Ministro das Infra-estruturas, que cobre essa área, nos poderia informar qual seria o aspecto, porque já está lá há mais de 1 ano, e o custo do alcatrão é muito elevado.

A Sra. Ministra do Ambiente, Juventude e Turismo Sustentável deu-nos algumas informações de extrema importância e quero dizer que da nossa parte pode contar com a nossa colaboração, e era bom que houvesse algum apoio ao nível da nossa Cascata, que é a zona centro do País, a sua recuperação, ou desse apoio à Câmara de Mé-Zóchi, ou à Direcção do Turismo, de modo que movimentasse os meios para melhorar aquele sector turístico.

Normalmente há continuidade de Estado, de governos. Essa reivindicação que é feita não tem razão de ser, porque há sempre continuidade de Estado. Parece-me que a Escola de S. Marçal, que agora está prestes a terminar, veio também de outro governo. Também terei muito gosto em elogiar os trabalhos que estão a ser feitos, como percurso deste Governo para outras legislaturas.

Sr. Primeiro-Ministro, também acho que quando Fernando Pessoa abordava a questão de sonhar, tinha uma latitude de grande importância. E nós todos devemos sonhar, pela melhoria, pelo avanço, pelo desenvolvimento do nosso país, pelo progresso. E apelo também a toda a população para colaborar nesta questão, porque há um espírito de despesismo, de destruição. Por mais esforços que sejam feitos pelo Governo e pelas autoridades, a nossa população também deverá colaborar e participar neste trabalho conjunto.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Osvaldo Abreu.

O Sr. **Osvaldo Abreu** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente e a Mesa, Exmo. Sr. Primeiro-Ministro e todo o seu Elenco, Caras e Caros Deputados, Técnicos da Comunicação Social, da Assembleia, no seu todo, as populações que nos ouvem, em São Tomé e Príncipe e na diáspora, muito boa tarde.

Sra. Presidente, à semelhança do Sr. Deputado Delfim Neves, também devo mencionar e recordar que neste final do ano completa 3 anos que a minha janela foi perfurada por uma bala perdida e que, estando as minhas filhas no quarto, poderiam ter sido vítimas inocentes. Portanto, não somos de guardar rancor, mas há muita coisa que devemos reflectir em nós aqui, que tem acontecido e passar a página com reflexão e responsabilidade.

Gostaria de manifestar a minha alegria pela ousadia do Orçamento apresentado pelo Governo liderado pelo Sr. Dr. Américo Ramos, Primeiro-Ministro, especificamente pela visão demonstrada, muito contrário àquele orçamento que discutimos no átrio da Assembleia, que fiz questão de perguntar ao Governo de então qual era a visão, e que fui respondido que o Governo tem visão. A visão era visão.

Este Orçamento espelha claramente uma ambição, um sonho, projecção, e a questão relativa ao montante não é inocente. Sendo alguém que vem de área financeira e não só, desenvolvimento, com muitos anos de experiência, deve saber e ter esta informação que também tenho, nas minhas pesquisas e que está inserido no meu livro recentemente publicado, posso partilhar, é este, mostra a evolução do OGE desde 1996 até 2016. A minha investigação foi até 2018, então há uma visível progressão, por diferentes razões. Vemos claramente como é que em 1996 tínhamos um orçamento de pouco mais de 40 milhões e que esses números foram aumentando; em 2002 tínhamos 60, em 2005 já tínhamos 80, em 2009 tínhamos 100, em 2011, onde tivemos maior orçamento, chegamos a 170 milhões, descemos em 2012 para 140, e a partir daí foi estabilizando em 160, 170 milhões, e agora fazemos este salto, com algum sentido, de acordo com as explicações que tivemos nos meandros dos documentos. Portanto, para manifestar esta minha alegria por este salto ousado e precisamos de fazê-lo mais vezes em mais esfera do nosso desenvolvimento.

Indo à questão específica, não estrando na especificidade, no Eixo I – Fortalecimento da Governança e Proximidade com o Povo, há uma medida que está associada ao Ministério da Justiça, que diz «activar o gabinete de cibercrime».

Há muito que vimos discutindo isto, tendo em conta aquilo que já sabemos que se pratica em termos de crime, através da informática, das redes sociais e não só, e tem havido muitas promessas de vários governos, inclusive aquele de que eu fiz parte, mas sem resultados.

Daí que eu gostava que a Sra. Ministra e o Governo nos espelhassem um bocadinho mais daquilo que tem em carteira para isso, e que de facto agora, neste momento, isto fizesse parte da realidade, para que nós pudéssemos ter alguma proteção em termos de criminalidade associada à informática, e não só, associando-me também ao pedido a que coloquemos mais ferramentas na luta contra o crime dos menores e abuso sexual, esse flagelo que nos tem atacado.

Sobre a energia, o nosso Ministro dos Recursos Naturais, ontem, falou e disse que estava em estudo qualquer coisa como avaliação do potencial hídrico do País. Dizê-lo que este estudo existe, detalhado com avaliação económica, financeira e impacto ambiental, e que os concursos até foram lançados. Nós temos a avaliação dos rios principais nossos, que foi agora laçada. No Príncipe, que é o Papagaio, aqui nós temos o

Rio Douro, Chufe-Chufe, Lembá, Abade e Io-Grande. Todas essas correntes hídricas eram susceptíveis de produzirem energia. Há estudo feito completo, inclusive com impacto ambiental avaliado. Nós podemos disponibilizá-lo, caso ainda não tenha este estudo. E dizer que é das mais importantes que nós temos em termos de capacidade de produção energética. Entretanto, também sabemos que é mais difícil mobilizar meios financeiros para a sua execução, por várias razões que aqui podemos discutir, talvez na especialidade ou noutra ocasião.

Gostava de levantar, por fim, um aspecto que aqui nós nunca falamos, mas que eu venho discutindo com alguns cidadãos já há algum tempo, que tem a ver com a afectação da verba da Conta Nacional do Petróleo, os 20% afectos ao Orçamento Geral do Estado e que não se disponibiliza nenhum tostão desse dinheiro diretamente para o governo regional e as autarquias. E este processo vem na Lei. A Lei 8/2004 faz referência e faz menção à afectação da verba do petróleo para a governança local. É necessário darmos. Com este aumento, esta ambição orçamental que nós estamos agora a projectar, seria necessário dar alguma maior folga, maior liberdade às autarquias e às finanças regionais, começando por parcelar o dinheiro que vem da Conta Nacional do Petróleo, que é de todos nós.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Osvaldo Abreu.

Eu tenho inscrito o Sr. Deputado Wuando Castro e depois Sr. Deputado Jorge Bom Jesus. Tendo em conta que o Deputado Wuando Castro já falou, não sei se o Sr. Deputado Jorge Bom Jesus queria falar primeiro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Bom Jesus.

O Sr. **Jorge Bom Jesus** (MLSTP/PSD): — Portanto, temos a pressão do tempo.

Eu queria renovar os meus cumprimentos a todos, à presidência da Assembleia, ao Governo e à Augusta Assembleia.

Portanto, eu venho aqui sobretudo para advogar sobre a cultura. Mas aqui, primeiro, no sentido genérico, já foi ultrapassado um bocado, nesta perspectiva de cultura de continuidade de Estado, muita gente bateu sobre esta tecla, e eu acho que é necessário, sobretudo neste momento em que nós vamos comemorar a boda de ouro da nossa independência, 50 anos, fazendo votos para que recomeçemos sobre novas bases, para que quando comemorarmos a boda de diamante, nos próximos 25 anos, que o País esteja de facto já sobre os raios certos.

Eu queria aqui aflorar rapidamente esta questão que tem sido recorrente também, que são obras de campanha. É que nós estamos na Assembleia Nacional e, se normalizarmos essas terminologias, fica muito complicado, precisamente em nome da continuidade de Estado.

A Lei Eleitoral baliza precisamente o período de lançamento de novas obras e de inaugurações. E dificilmente as obras terminam dentro duma legislatura. Fica sempre qualquer coisa por fazer, que os governos seguintes terão forçosamente que fazer.

É só mesmo um alerta, não é para polémica, mas acho que de facto sobretudo as grandes obras dificilmente terminam dentro da legislatura e dificilmente o mesmo governo começa e acaba, a não ser que seja mesmo pequenas obras. Mas era só um sinal.

Portanto, como eu dizia, venho aqui também como advogado da cultura. A cultura, em momentos difíceis, é sempre o parente pobre. A cultura está ligada à educação, digamos, é uma associação natural. Cultura é educação. Educação e cultura são duas faces da mesma moeda, mas nós sabemos que educação é um colosso ao lado da cultura, e normalmente a cultura se recente.

Nós vimos no Orçamento que há evoluções, portanto, os indicadores, os valores aumentam, mas possivelmente na especialidade, num ou outro ponto, é possível melhorar ainda mais. Porque eu não acredito que com 90 ou 80 000 dobras se consiga fazer formação, na biblioteca ou noutro lado qualquer.

Portanto, por isso eu acho que se pode dar aqui algum sinal. Eu sei que há financiamentos extras, como disse o Sr. Primeiro-Ministro. Portanto, através de pro-cultura, lançou-se agora o projecto do museu nacional. Possivelmente outros parceiros poderão intervir, mas eu acho que temos que fazer um pouco mais e estamos disponíveis para colaborar nesse sentido, porque de facto a cultura é a alma de qualquer povo.

Muito obrigado.

Applauso do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Jorge Bom Jesus.

O Sr. Deputado Osvaldo Abreu, se calhar, perdeu o fio à meada, e gostaria de concluir com algo que tenha esquecido. O Sr. Deputado tem 2 minutos para o fazer.

Tem a palavra o Sr. Deputado.

O Sr. **Osvaldo Abreu** (MLSTP/PSD): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, nós estamos a assistir agora, nas redes sociais, uma situação um bocadinho complicada, de desvio de 4 milhões, de forma um pouco inexplicada, e estando nós aqui com muitas perguntas no ar, há pessoas detidas e, não obstante

estar certamente no segredo de justiça, eu só gostaria de ver se há alguma informação que podia ser partilhada connosco pelo Sr. Ministro da Segurança Social, eventualmente Sr. Primeiro-Ministro ou Sra. Ministra da Justiça.

Muito Obrigado.

Aplauso do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

É verdade que não é assunto do Orçamento, o Ministro responde se assim entender.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, posso?

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Wuando Castro.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Eu venho rapidamente aqui esclarecer algumas questões, porque o Sr. Primeiro-Ministro, na sua intervenção, passou a ideia de que os Deputados às vezes não leem bem o mapa, não sabem ler os mapas e às vezes incorrem em erros.

Para dizer que quando eu falei na questão de ausência da verba dotada para o Tribunal de Contas, é porque no mapa não vem Tribunal de Contas, que supostamente é a unidade gestora 02.000. O que aparece aqui passou despercebido, é repartição administrativa e financeira TC, não é Tribunal de Contas. Portanto, eu fiz essa chamada de atenção, e espero que corrijam, porque vem depois Tribunal Constitucional, Supremo Tribunal da Justiça, Gabinete do Primeiro-Ministro. Quanto à relação do Tribunal de Contas, aparece repartição administrativa e financeira T.C. Portanto, era esse preciosismo que eu queria fazer.

Também em relação à gestão de programa família, que vem, sim senhora, no programa de investimento público do Ministério do Trabalho, mas não aparece nos projectos inscritos na Direcção de Proteção Social, nos mapas que dizem respeito ao resumo de despesa, unidade gestora, chamar atenção para melhorar. Não é porque a gente lê mal o mapa. Às vezes o mapa também é feito com algumas distrações, e leva-nos a incorrer em erro.

O mesmo se passa com relação ao programa que eu abordei aqui do Ministério da Justiça, que a Sra. Ministra explicou que está inserido, construção do centro de medicina legal. A Ministra disse que estava inserido no grande Programa de Reforma da Justiça. Eu me lembro que a Lei SAF dita, no seu artigo 13.º, que são princípios da elaboração do Orçamento Geral do Estado. E diz que, na sua preparação, execução, o Orçamento Geral do Estado observa, dentre outros, os seguintes princípios e regras: alínea b) especificação segundo a qual cada receita e cada despesa devem ser individualizadas. Portanto, eu acredito que projectos desse calibre não podem estar diluídos num grande programa. Devem estar especificados, até para nós sabermos, em termos de dotação, qual é a verba que está dotada para estes projectos. Portanto, a criação de um instituto de medicina legal e a construção do edifício para vítimas de violência doméstica não podem estar diluídos no programa de Reforma da Justiça, segundo o princípio da especificação que dita a Lei SAF. Portanto, era esse esclarecimento.

Em relação à questão do Tribunal Militar, eu não tinha conhecimento de que o Supremo já tinha indeferido o recurso do Ministério Público. Tomou a decisão, bem ou mal. Naturalmente, a Ministra está certa, o Tribunal decidiu, temos que cumprir, concordando ou não concordando. Agora, vamos aguardar então as cenas do próximo capítulo em relação a essa novela.

Por fim, eu notei que, diplomaticamente, o Sr. Ministro das Infra-estruturas e o Ministro das Finanças não responderam às questões que têm a ver com o contrato do Afroinzime e da Tezla, mas o Sr. Primeiro-Ministro afiançou aqui que os contratos já foram remetidos. Então, vamos esperar e, diplomaticamente, depois abordaremos essa questão com maior pormenor.

Obrigado.

Aplauso do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Wuando Castro.

A Mesa acabou de receber os referidos contratos que, em boa hora, vai fazer chegar aos Grupos Parlamentares.

Aplausos

Tem a palavra a Sra. Deputada Izilda Domingos.

A Sra. **Izilda Domingos** (ADI): — Muito obrigada, Sra. Presidente e a Mesa.

Boa tarde, Srs. Deputados e Deputadas, Srs. Ministros e Ministras, São Tomé e Príncipe, aqueles que estão na diáspora e todas as *palaiés* de Bôbô-Fôrro.

Eu vim primeiramente falar sobre o Sr. Tenente Marcelo. Hoje, o Sr. Tenente Marcelo está com problema mental, está doente, fora do trabalho. Eu estou a falar claro. Quem quiser investigar, que tente, vai para o quartel saber a verdade.

E também eu vim falar do filho de um camponês que foi morto brutalmente, na direcção de Mé-Zóchi, um jovem trabalhador, agricultor, que até agora não há justiça. Foi morto pelo grupo de UPDE, até agora não tem justiça. Foi no mandato do MLSTP/PSD.

Murmúrios.

Eu tenho contacto com alguns agricultores da direcção de Monte Café, perguntai a eles por que é que a batata rena sempre está cara, e agora a cenoura está cara, colocam o seu preço só no mercado, e eles disseram-me que eles nunca tiveram apoio da Agricultura. Sr. Ministro da Agricultura, eu gostaria que tomasse nota de que os trabalhadores de Monte Café, alguns agricultores, alguns também da zona de Água Grande, estão à procura e pedem apoio da Agricultura, para que o produto possa baixar no mercado.

Nós sabemos que a nossa batata doce é uma comida vitaminada, tem muito ferro, e está a vender caro, porque nós precisamos de mais mão de obra.

Eu também venho, como Deputada que sou, pedir que haja segurança nas escolas. Eu tenho o meu filho que foi tirar uma luta e foi ferido com machim na cabeça. Se eu fosse como os Deputados do MLSTP/PSD, eu podia dizer que são eles que mandaram.

Murmúrios.

Uma voz do MLSTP/PSD: — Vai sentar, Izilda.

Quem deu Izilda dinheiro para fazer negócio em Bôbô-Fôrro.

A Sra. Presidente: — Sobre o Orçamento agora, Sra. Deputada?

A Sra. Izilda Domingos (ADI): — Sim, sim.

A Sra. Presidente: — Está bem.

A Sra. Izilda Domingos (ADI): — Eu estou a falar do Orçamento. O Orçamento tem que também ajudar com a educação nas escolas. Porque nós sabemos que as crianças dos últimos tempos, está escrito na bíblia, têm estado a ameaçar os próprios professores. Então, nós precisamos de segurança nas escolas. Cada escola ter pelo menos duas seguranças...

Uma voz: — Duas mulheres?

A Sra. Izilda Domingos (ADI): — ...sim, agora tem mais segurança mulher do que homem, e a mulher tem mais paciência.

Eu não vi no Orçamento Geral do Estado sobre meninos de rua. Nos últimos tempos, nós temos muitos meninos de rua, e eles têm estado a roubar, assaltar pessoas na rua. Isso também deve ser colocado no Orçamento do Estado. Porque um ambiente cheio de meninos de rua, eu acho que também não é bom.

Vim falar também do que eu vi no Orçamento do Estado sobre acolhimento das pessoas doentes mentais. Nós sabemos que o País tem estado a receber turistas, às vezes no mercado de Bôbô-Fôrro, nós é que tiramos pessoas com problemas mentais, a impedir o turista de fazer o seu trabalho no mercado. Eu agradeço a este Governo e dou força e coragem, porque o caminho é longo. No meio do caminho há muitos espinhos e há barreiras.

Eu sei que há muitos ministros que vieram com força, com alegria, com coragem de fazer muitas coisas, mas São Tomé e Príncipe é uma ilha, nós são-tomenses temos estado a bloquear muita coisa. Muita coisa não é feita por causa de nós próprios.

E também eu quero falar sobre reabilitação da cidade. Eu acho que em vez de reabilitar a praça, reabilitar a cidade, formar uma cidade seria melhor. Porque nós temos Porto Alegre com o projecto de Fradique, que queria fazer um aeroporto novo. É criar novos empregos, criar empregos para o jovem, para outras pessoas. Nós sabemos que Porto Alegre tem boa área para formar cidade, fazer algumas casas nova, que se possa arrenda ou vender a um preço normal, para aqueles jovens que saíram para formar e que querem volta para São Tomé e Príncipe.

Muito obrigada, e peço ao Governo que a primeira estrada que pega é a estrada de Porto Alegre, direcção de subida de Muandim.

Há 14 anos, eu ia ser morta lá, quando o autocarro TATA tentou descer. Desisti de negócio de lá até hoje. E eu às vezes admiro as pessoas todos os dias no autocarro, Hiace, fazem trajeto nesse lugar. É um lugar turístico. Faça favor, Sr. Primeiro-Ministro, primeiramente segure esse lugar.

Para terminar, parabéns Dr. Patrice Trovoada! Viva o Dr. Patrice Trovoada, que é um lidar forte e bom, que liderou os seus militantes, que eles vieram para aqui e não podiam gaguejar, mas teve boas coisas para dar na Assembleia!

Viva o Dr. Patrice Trovoada!
Viva São Tomé e Príncipe!

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Barros.

O Sr. **José Maria Barros** (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Primeiro-Ministro, às vezes, quando as repostas às perguntas que os Deputados fazem não satisfazem, obriga os Deputados a repisarem.

Eu na altura, quando usei da palavra, fiz perguntas precisas. Infelizmente eu tive respostas 2 em 1. Fiz uma pergunta, relativamente ao imposto ecológico sobre importação, o Sr. Ministro, por acaso, respondeu, mas associou essa sua resposta à pergunta que eu fiz à Ministra da Educação, que tem a ver com o memorando de entendimento que o Governo cessante assinou com a intersindical dos professores.

Eu acho que os Deputados têm obrigação, são representantes do povo, nós trazemos as preocupações das pessoas, da população e o Governo tem a obrigação de prestar esclarecimento.

O que eu queria saber é, qual é o estágio, qual é ponto da situação deste memorando? Porque nós estamos a ser escutados também pelos professores. A forma como o Sr. Ministro respondeu, é empurrar esse problema ao governo cessante, e eu acho que é muito mau.

Obrigado, Sra. Presidente.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, para fecharmos as intervenções.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Muito obrigado, Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados.

No âmbito da apresentação das GOP, no eixo n.º 3, o Governo inscreve, dos 5 eixos que o apresenta, que é na sequência do Programa do Governo, promoção da justiça social e inclusão. Eu penso que o nosso Parlamento é mostra de inclusão social, por isso, Sras. e Srs. Deputados, não podemos falar de inclusão social sem falar de protecção social.

Daí que, Sr. Primeiro-Ministro, é verdade, eu não queria direcionar-me ao Sr. Ministro de Trabalho, mas não tenho como o fazer. É que muitos dos nossos cidadãos, depois de trabalharem, quando chegam ao tempo de reforma, não querem ir para casa, não só porque o ambiente de trabalho faz com que as pessoas saiam de casa e se sintam úteis, mas pelo rendimento que as pessoas têm na sua mensalidade. O que se ganha em termos de pensão é muito reduzido, sobretudo as pessoas que descontam menos. Por isso, é um longo caminho a percorrer, mais um elemento que entra no cabaz das nossas preocupações. Para além dessas pessoas que entram em reforma, temos que começar a falar nas pessoas que por alguma infelicidade têm alguma deficiência ou alguma limitação física, ou não, que precisam de protecção social. São todos são-tomenses. Como disse o Sr. Primeiro-Ministro, não devemos deixar ninguém para trás, e não devemos deixar ninguém para trás. Só que, para nós distribuirmos ou redistribuirmos o pouco que temos, é necessário que haja alguma sustentabilidade e, nessa sustentabilidade, a minha questão é, como é que têm sido as contribuições das empresas e dos institutos, se há cumprimento ou não. Se não há, o que é que o Governo pretende fazer, para garantir essa sustentabilidade, de forma que o pouco que se possa arrecadar seja partilhado para pessoas idosas e população vulnerável?

Essa é a questão que eu gostaria de trazer no momento da minha primeira intervenção, mas que teria me escapado.

Muito obrigado.

Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado e Vice-Presidente, Abnildo d' Oliveira.

Tem a palavra o Líder Parlamentar do ADI, para fecharmos esta parte.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sra. Presidente, Sras. e os Srs. Deputados que compõem a Mesa, Srs. Ministros, Sras. Ministras, Colegas Deputados e todos que nos acompanham: Se eu tomo a palavra, é para dizer ao Governo que lancei cá um desafio e não notei reacção dos Ministros, nem da Ministra da Educação, nem do Sr. Ministro da Saúde e nem dos outros Ministros. E não sei exactamente o que nós estamos a fazer, porque o que eu quero dizer é que eu havia dito que estamos perante um fenómeno que é o chamado fenómeno migratório, as pessoas estão a sair do País e nós não estamos a fazer absolutamente nada. E quando estamos perante um fenómeno, temos que fazer alguma coisa para travar. Eu não digo para impedir, volto a dizer, o objectivo não é impedir ninguém de sair, mas é criar incentivos para pelo menos diminuir essa saída das pessoas que nós temos estado a assistir. Eu aqui coloquei a questão, dei um exemplo a nível da Educação. Nós estamos a assistir alunos do 4.º ano da Universidade a abandonarem o País. Estamos a assistir professores. Eu fiz referência à Saúde, estamos a assistir médicos a abandonarem o País, a emigrarem, sem falar dos outros sectores. Estamos a falar de seguranças, polícias que o País gasta dinheiro a formar, no entanto, também abandonam o País. É um fenómeno, e não estamos a fazer nada. E eu disse que é preciso definir políticas de incentivo para apoiar, fazer com que nós

possamos diminuir a fuga de pessoas para fora do País. Temos que fazer alguma coisa para diminuir a fuga de pessoas e também fazer algo para as pessoas que já estão fora do País, os são-tomenses que já estão fora a passar por dificuldades, problemas. Não é só fazer para impedir ou para dissuadir pessoas de saírem, mas também fazer algo para ajudar os são-tomenses que já estão fora.

Eu volto a dizer, não estou a pedir que se encontre soluções imediatas, mas que se comece a pensar sobre o que fazer para travar esse fenómeno.

Muito obrigado.

Sra. Presidente: — Muito obrigada, Líder.

Fechamos assim as intervenções dos Srs. Deputados e Sras. Deputadas, mas não sei se o Governo quererá fazer uso da palavra.

Tem a palavra a Sra. Ministra da Justiça.

Sra. Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher: — Sra. Presidente, apenas para responder à questão colocada ou apreciação feita pelo Sr. Deputado Osvaldo Abreu, quando falava da cibercriminalidade. Isto de facto está a nas GOP, e há todo interesse que se implemente e se efective de facto um gabinete ligado à cibercriminalidade. Ou seja, a cibercriminalidade é um crime que acontece por meio de internet, que tem a ver basicamente com a burla e/ou difamação e outras coisas mais, mas o mais frequente é a burla ou difamação. Se está a organizar. O País enfrenta diversas dificuldades nesta matéria, é preciso encontrar apoio de parceiros internacionais, para implementar de facto algumas das medidas tomadas, porque no mundo da cibercriminalidade não se pode actuar sozinho. Isso envolve relações transfronteiriças com outros países, com outras tecnologias instaladas. Portanto, para nós entrarmos para esse mundo, é preciso que nós tenhamos também equipamentos de ponta, para podermos investigar esses tipos de criminalidades. O que nos falta são meios financeiros para os adquirir, porque não são equipamentos baratos. Estamos a falar de qualquer coisa como 1 milhão de euros para cada um dos equipamentos. Logo, vendo as dificuldades que o País tem, há outras áreas prioritárias. Há como que uma relação de amor e ódio. Eu quero, mas eu não posso, porque tenho outras prioridades. Entretanto, com ajuda dos parceiros, temos estado, aos poucos, a montar o gabinete. Um dos problemas graves é a fixação de técnicos informáticos. Como disse aqui e bem o Sr. Deputado e Líder José António, com a imigração não é fácil. Nós, por acaso, temos tido bons técnicos informáticos que saem do ISP agora Universidade de São Tomé e Príncipe. Bons, muito bons. São bastante requisitados e com a emigração não conseguimos facilmente retê-los. As pessoas viajam, porque são livres e querem ir à procura de melhores condições, independentemente de haver programas bastante atractivos, como o exemplo que deu o Sr. Deputado. Eu de facto tive uma situação dessa com o aluno que estava no 4.º ano de Direito e faltava uma cadeira para concluir o curso. Ele não concluiu e foi-se embora. Emigrou-se, não conclui o curso, no 4.º ano de Direito. Depois de muita conversa com ele, para ver se ele desistia da ideia, ele não desistiu, ficou com o 4.º ano por concluir, e está agora em Portugal também a trabalhar, como nós dizíamos, esse trabalho daqui mesmo, e trabalho daqui mesmo são trabalhos que se desenvolve lá, que não traz grande salário. Entretanto, a emigração é livre. O que se deve fazer de facto é criar condições e oferecer muitas oportunidades à juventude. Mas também nós não podemos permitir que a juventude deixe de sonhar, ir e ver o que está lá no outro lado, depois fazer opções e regressar, se assim entender. Só não pode haver é ausência de programa.

Portanto, um dos problemas é a ausência de técnicos nos serviços, não estou a falar só no âmbito da investigação criminal nesta matéria, é preciso de facto ter técnicos informáticos e bons, mas também estou a falar no âmbito da Administração Pública. Existe muita carência, apesar da formação que se faz e investimentos nestas áreas, porque os nossos laboratórios informáticos, tanto na universidade pública como nas universidades privadas são bastante bons e tem saído de lá gente com muita qualidade para operar nesta matéria.

Quando estive aqui da outra vez, esqueci-me, por engano, não referi a uma outra lei sobre o Tribunal Militar. Eu falei da Lei do Processo e tem a Lei Orgânica, que é a Lei n.º 1, de 1984, Lei que institui a Lei do Tribunal Militar. Portanto, não me venha dizer que a lei não existe, que o tribunal não existe e que os juízes não existem. A lei existe, o tribunal existe e os juízes existem. Tudo existe. Portanto, vamos trabalhar. Acredito eu que há toda intenção que se trabalhe e que se produza resultados.

Eu não mudei de discurso. O meu discurso é o mesmo e as ideias são mesmas, justiça e paz para toda gente. Somos todos são-tomenses, temos todos que olhar para São Tomé e Príncipe e trabalhar em prol do desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. E ser são-tomense acima de tudo, porque quando se é são-tomense acima de tudo temos que acreditar que haverá sempre dias melhores, amanhã é sempre melhor do que hoje, hoje é melhor que ontem, e amanhã será melhor que hoje. E é nesse discurso que temos que acreditar. Temos que acreditar no País, acreditar em nós. Agora é agora, não é amanhã, porque amanhã será a vez da juventude, da outra juventude, porque a nossa juventude já vai a meio do caminho. Então, acredito que temos que fazer o melhor pelo país e acreditar sempre que amanhã será melhor que hoje.

Obrigado

Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sra. Ministra.

Então, encerramos o debate.

Murmúrios.

Sim, Sr. Primeiro-Ministro, quem vem?

Murmúrios.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo: — Eu venho na sequência das questões levantadas.

Gostaria só de dizer que, com a minha intervenção, as outras questões que se calhar não forem totalmente clarificadas ficarão para a discussão na especialidade. E é isso que os Ministros estariam disponíveis para fazer durante os próximos dias, em função da calendarização que a Assembleia, esta Casa Parlamentar fizer.

Gostaria de responder a algumas questões aqui levantadas, uma delas levantada pelo Deputado Osvaldo Abreu, em relação àquilo que está a acontecer neste momento. Dizer que a postura deste Governo é respeitar escrupulosamente a separação de poderes. As informações que tem são as mesmas que nós temos, aquela que é pública. Não temos mais.

Em relação ao memorando, eu acho que esta questão foi propalada aqui e merece uma resposta. Para vos dizer que este Governo é um governo dialogante. Para além da Ministra da Educação e o Ministro das Finanças, eu pessoalmente já recebi o intersindical, a conversa foi muito boa, para ver como nós podemos implementar o memorando assinado pelo anterior governo. A última reunião que tivemos não foi a última, eu me disponibilizei pessoalmente para participar nas outras discussões, tendo em conta que na minha anterior vida eu conheço um bocado dessa área de discussão com o sindicato. Então, eu me disponibilizei em estar disponível para discutir.

O Deputado Osvaldo Abreu também levantou uma questão que é um bocado política, porque esta questão é sempre levantada em todos os debates orçamentais. Entenderá que a resposta vem sempre a mesma. A verba de petróleo que está depositada na conta de petróleo na *federal reserve*. Anualmente só se poderá tirar de lá 20%. Esse 20% representa 1 ou 2 milhões, no máximo. Em função do montante que lá existe, pode ir até 3 milhões. E essa verba é financiada no Orçamento. Quer dizer que tudo que deriva do Orçamento, que vocês têm inscrito como tesouro, essa verba também está lá. Afectar uma percentagem para o Príncipe, poderia ser, mas isso também se traduziria numa diminuição de outros recursos que a gente pode pôr à disposição do Príncipe. Se houver necessidade de nós especificarmos isso, falo um bocado sob o controlo do Deputado Osvaldo Abreu, que conhece muito bem a Lei de Petróleo. Quando tivermos investimentos, afectação de verbas, uma política de investimentos com recursos de petróleo, aqui sim faz sentido nós afectarmos, com discriminação, a verba de petróleo dirigida à Região Autónoma do Príncipe, em função daquilo que está na Lei.

Obrigado.

Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Primeiro-Ministro. Passamos agora à fase final, submeter... Intervenção? Quem?

Uma voz: — Declaração de voto.

Pausa.

Sra. Presidente: — Está bem. A Mesa tinha uma apreciação, mas nós podemos colocar a situação para reflexão. A intervenção de cada Grupo Parlamentar vem antes da votação.

Uma voz: — Artigo 209.º.

Sra. Presidente: — Nós estamos a ver o artigo 209.º, Debate na generalidade. «1. O debate da generalidade das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado tem a duração mínima de dois dias e máxima de cinco dias, observando-se o exposto no artigo 158.º». Remete à forma de intervenção, por aí fora.

«2. O debate inicia-se e encerra-se com uma intervenção do Governo.

3. Antes do encerramento do debate cada grupo parlamentar tem o direito de produzir uma declaração sobre as Propostas de lei.». É por isso que eu estou a perguntar se essa declaração é depois ou antes de votar.

Murmúrios.

Ok, está bom. Não é declaração de voto. Está esclarecida a situação, não é declaração de voto, é declaração à volta das propostas. Então, neste período, estaríamos a convidar o Grupo Parlamentar do MCI/PS-PUM, para fazer a sua declaração sobre as duas Propostas.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUM): — Sra. Presidente, em nome da Bancada Parlamentar do MCI/PS-PUM, Coligação do MCI/PS-PUM, estando aqui estes dois dias nesse exercício que foi muito bom para a nossa bancada, nós aprendemos muito, também pudemos dar a nossa contribuição e esperemos que na especialidade desses dois documentos vamos também cingir os nossos esforços, colaborar com a nossa participação, porque nós sabemos que esses dois instrumentos fazem falta ao País. E sem esses dois documentos o Governo estaria de braços atados.

Com responsabilidades naquilo que são os anseios do povo de São Tomé e Príncipe, especialmente aqueles que vivem distante da Cidade Capital, gostaria aqui de garantir alguns programas que afectos, para poder minimizar a situação de população dos distritos.

Agradecer o Governo por estes brilhantes instrumentos apresentados, e também a forma que os membros do Governo se disponibilizaram em responder às questões que aqui foram mencionadas. Dizer que se continuarmos assim quem sairá a ganhar é São Tomé e Príncipe.

A nossa direcção de voto é favorável ao Governo, pois o que nós queremos é que São Tomé e Príncipe saia da situação em que se encontra. Nós sabemos que não é fácil, nunca foi fácil, mas com vontade de todos, seja lá onde cada um estiver, porque a responsabilidade deste país está nas mãos de todos os filhos de São Tomé e Príncipe.

Aqui eu não quero dizer que está nas mãos só do Governo, mas sim de todo o povo de São Tomé e Príncipe, porque cada um com as suas responsabilidades, cada um que saiu da sua casa para pedir emprego sabe que na realidade tem que trabalhar e que só trabalhando, porque trabalho faz parte do nosso Brasão, que é Unidade Disciplina e Trabalho. E gostaria de referir a trabalho, trabalho, trabalho, pois só com muito trabalho é que o nosso país poderá sair da situação em que se encontra. Então, eu quero aqui responsabilizar cada um sãotomense, que contribuam para a melhoria de São Tomé e Príncipe, que não façam de conta, que ao irem ao serviço estejam com a mente no trabalho, prestem o serviço como deve ser. Passamos muito tempo, mas muito tempo mesmo ligado ao Facebook e ao TikTok. Hoje, as pessoas fazem trabalho de uma forma muito rápida, de forma a terem mais tempo com o telefone na mão, do que aquilo que é o instrumento de trabalho nas suas mãos.

Por isso, o apelo que faço como mulher sãotomense e como mãe é que todas as mulheres, seja ela lá de que camada for, vamos todas trabalhar para o bem estar da nossa própria Casa, e trabalhemos também para a nossa sociedade. Porque nós sabemos que só com trabalho conseguimos resolver os problemas que nos afectam.

Muito obrigada pela vossa atenção.

Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sra. Deputada Beatriz Azevedo, Líder Parlamentar do MCI/PS-PUM. Tem a palavra o Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, para fazer a sua declaração.

Sr. Raúl Cardoso (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, nós estivemos aqui durante esses 2 dias, na análise do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano, duas Propostas de Lei submetidas pelo Governo, que mereceram a nossa devida análise. Durante esses 2 dias. Procurou-se agir de forma responsável, de forma patriótica, pensando em primeiro lugar em São Tomé e Príncipe.

O Governo recentemente esteve cá por causa do seu Programa, e o nosso discurso foi justamente pensarmos no País que temos e nos gravíssimos problemas que este país atravessa. E foi a mesma coisa que fizemos agora. O Governo está quase a ter aquilo que é um dos instrumentos fundamentais para que o Governo possa aplicar, pôr em marcha toda a sua política.

O nosso grande apelo ao Governo é para continuar com essa postura, uma postura de poder ouvir os Deputados, ouvir as nossas propostas e, no quadro da especialidade, o MLTP/PSD vai agir de forma responsável, também vai participar no debate na especialidade, vai propor coisas concretas, porque nós, quando olhamos para esses 2 documentos, Sr. Primeiro-Ministro, a nível da especialidade, há algumas dúvidas que temos e que iremos colocar, e encontrar com o Governo a melhor maneira de reafectar alguns recursos que vemos neste Orçamento, que pensamos que se pode encontrar formas de realocar para outros sectores muito concretos. Por isso é que procuramos nas nossas intervenções não entrar na especialidade, porque há questões muito concretas que vamos colocar.

Esperemos também que haja abertura do Governo, como houve durante o debate na generalidade, para podermos avançar com essas propostas. Se nos justificarem que elas não têm sentido por a mais b, também seremos capazes de entender.

Sr. Primeiro-Ministro, este ambiente que se desenrolou aqui nos dois dias é que queremos, porque houve momentos menos bom, houve, porque há, lamentavelmente, alguns de nós que até hoje não se aperceberam de qual é o nosso papel enquanto deputados, como devemos actuar, qual é o papel da oposição, qual é o papel do poder. E o grande papel da oposição é justamente fiscalizar o Governo, acompanhar a governação. E é isso que iremos fazer, enquanto Partido da oposição. Estamos aqui para colaborar, mas iremos exercer o nosso papel enquanto maior Partido da oposição. Esperemos que o Governo nos entenda e seja capaz também dessa abertura, para o diálogo.

Sra. Presidente, permita-me que aproveite esta oportunidade, em nome da minha Bancada, para agradecer ao Primeiro-Ministro. As pessoas podem perguntar, por que é que ele vai agradecer? Estamos à espera dos contractos há meses e finalmente soube que esses documentos foram entregues à Mesa da

Assembleia Nacional. Porque é assim que tem que ser, temos que estar num país, por isso o Governo fala muito da transparéncia, e quero aplaudir isso, transparéncia, maior transparéncia na gestão da coisa pública. Os recursos são escassos e não podemos continuar a gerir os nossos parclos recursos sem a maior transparéncia possível. E é isso que gostei aqui, ouvir do Governo e ver que, tanto no Programa, como no Orçamento e nas GOP há maior transparéncia. Este país já não pode conviver com aquilo que é uns estarem a enganar os outros. Não podemos conviver com isso. E a luta contra a corrupção, Sr. Primeiro-Ministro, deve ser outra das grandes batalhas. E espero que no quadro deste Orçamento também haja medidas muito concretas para combater esse flagelo que destrói a vida das pessoas.

Por isso, o MLSTP/PSD vai ser este partido que vai agir com maior responsabilidade, Sr. Primeiro-Ministro, e da nossa parte, naquilo que pudermos ser úteis, cá estaremos.

Muito obrigado.

No momento da votação, agiremos enquanto Partido responsável.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. José António Miguel (ADI): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro, Colegas Deputados, tendo chegado ao fim do debate das GOP e do OGE para o ano económico em curso, eu gostaria de manifestar a minha satisfação, pela forma franca e descomplexada, como estes dois documentos foram aqui discutidos.

Nós, os Deputados do Grupo Parlamentar do ADI, tivemos a ocasião de dar a nossa contribuição para a melhoria desses instrumentos. Pensamos que não poderia ser de outra forma, tendo em conta a responsabilidade política que tem o Partido e o Grupo Parlamentar do ADI. E é em nome dessa responsabilidade que o Grupo Parlamentar declara que votará favoravelmente nas GOP e no OGE.

O Sr. Wuando Castro (MLSTP/PSD): — Todos?

Vozes do ADI: — Todos!

O Sr. José António Miguel (ADI): — Os dois instrumentos.

No entanto, gostaríamos, tal como fizemos aquando da adopção do Programa do Governo, dizer que vamos continuar a desempenhar as nossas funções, que é de fiscalizar a acção governativa, no sentido de acompanharmos de facto a implementação dos programas inscritos neste Orçamento.

Muito obrigado pela atenção.

Aplauso do ADI.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo: — Sra. Presidente da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, Sras. e Srs. Deputados, Povo de São Tomé e Príncipe, muito boa tarde, já a caminho da noite.

Para mim, é uma grande satisfação ter estado aqui durante esses dois dias, para debater esses dois instrumentos tão importantes, que são o OGE e as GOP.

Gostaria de dizer que o exercício desses dois dias representa um verdadeiro acto de democracia, e São Tomé e Príncipe está de parabéns.

Agradeço as contribuições ou sugestões, em termos de medidas de política, e o meu Governo se coloca à disposição para o debate na especialidade, sem qualquer tabu.

Gostaria de agradecer a esta Casa Parlamentar, pelo acolhimento durante esses dois dias; a todas e todos os Deputados pela paciência e responsabilidade.

Por São Tomé e Príncipe, juntos, sem deixar ninguém para trás.

Aplausos.

A Sra. Presidente: — Assim, terminamos a discussão destes dois instrumentos tão importantes para a vida do País, trabalho aturado desses dois dias, aturado, mas benéfico e proveitoso também.

Estamos todos preparados para votar?

Vozes: — Sim

A Sra. Presidente: — Informar que estamos 54 Deputados, porque há um deputado que está fora em missão de serviço e, em missão, não pode ser substituído.

Então, estaria a submeter à votação primeiro a Proposta das GOP para o Ano Económico de 2025.

Submetida à votação, foi aprovado com 52 votos a favor e 2 abstenções.

Aplausos do ADI, do MLSTP/PSD e do MCI/PS-PUN.

Já temos um instrumento aprovado, Proposta de Lei n.º 32/XII/5.ª/2025. Esta Proposta de Lei foi aprovada com 52 votos a favor dos Grupos Parlamentares do ADI, MLSTP/PSD e MCI/PS-PUN e duas abstenções do Movimento BASTA.

Sim, Sr. Deputado, era neste sentido?

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Era neste sentido.

A Sra. **Presidente**: — Vamos submeter agora à votação na generalidade a Proposta do OGE, que é a Proposta de Lei n.º 33/XII/5.ª/2025, que aprova o OGE para o Ano Económico de 2025.

Submetida à votação, foi aprovada com 52 votos a favor e 2 abstenções.

Applausos do ADI, do MLSTP/PSD e do MCI/PS-PUN.

Os 52 votos são dos Grupos Parlamentares do ADI, do MLSTP/PSD e do MCI/PS-PUN, e duas abstenções do Movimento BASTA.

Informar aos Srs. Deputados e Sras. Deputadas e ao Governo que a Mesa recebeu um requerimento subscrito por cinco Deputados, que passamos a citar:

«Requerimento.

Nós, Deputados abaixo-assinados, vimos ao abrigo do artigo 163.º do Regimento da Assembleia Nacional requerer a discussão e votação na especialidade, pelo Plenário desta Assembleia, das Propostas de Lei n.º 32 e n.º 33 da XII/5.ª/2025, respectivamente GOP e OGE para o Ano Económico de 2025.

São Tomé, aos 25 de Março de 2025.

Os signatários, José António Miguel, Abnildo d'Oliveira, Sólito da Cunha Lisboa Neto, Laudino Afonso de Jesus e Celisa Aguiar.»

Assim sendo e porque na reunião da Comissão Permanente que agendou a discussão na generalidade para os dias 24 e 25 também se cogitou a possibilidade de haver um requerimento desse, já se estava a prever os dias 26, 27 e 28 para a discussão na especialidade. Sendo assim, a Mesa preparou uma calendarização que vai passar a distribuir. Se todos concordarem, vamos a partir de amanhã começar a discussão na especialidade.

O Requerimento é regimental, acho que não precisa ser votado.

Apresentado, o Requerimento tem que ser aprovado pela Assembleia e vamos submetê-lo à votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Pedi para distribuir a calendarização, enquanto vão ver se concordam com a mesma.

No dia 28, último dia previsto, a Mesa, na pessoa da Presidente, tem o convite para a abertura do Ano Judicial, e certamente o Sr. Primeiro-Ministro e a Sra. Ministra da Justiça também teriam, não sei se os Líderes têm. Então, como ficaria a plenária de Sexta-feira? Passar para a Segunda-feira, segundo período, ou a Assembleia pode ser representada por um dos vice-presidentes? Mas vai ser votação e o Governo depois daí chegará, certamente.

Murmúrios.

Então, não há problema na Sexta-feira. Vou depois conversar com os Vice-Presidentes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Tive conhecimento do convite do Supremo Tribunal e, quer a intervenção de Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro quer também do Presidente da República, é uma cerimónia que às vezes há algum atraso, mas a minha proposta é que possamos discutir, os Deputados aprovar e quando chegar o Sr. Primeiro-Ministro, passarmos à fase de votação.

Podemos ter uma sessão em dois momentos, porque a presença do Sr. Primeiro-Ministro não é obrigatória no momento da votação. Os trabalhos podem decorrer e a Assembleia Nacional indicar um dos Vice-Presidentes para representar, se for o caso, ou a própria Presidente da Assembleia. Sendo abertura do Ano Judicial, a Presidente pode muito bem fazer-se representar e um dos Vice-Presidentes conduzir os trabalhos.

A Sra. **Presidente**: — A proposta do Vice-Presidente é bem acolhida pela Mesa, mas não sei se é acarinhada pelas Sras. e Srs. Deputados.

Então, está acolhida e aprovada a proposta do Sr. Vice-Presidente, vamos ultrapassar esta questão.

Passando para a calendarização, temos uma proposta para três dias de trabalho. No primeiro dia, Área Institucional; segundo dia, Área Social e terceiro dia, Área Económica.

Estamos a propor para o primeiro dia que, é Área Institucional: Presidência da República, Assembleia Nacional, Gabinete do Primeiro-Ministro, Ministério da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direito da Mulher, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades e Ministério da Defesa e Ordem Interna.

Para o segundo dia, Área Social: Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior, Ministério da Saúde e Desporto e Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Para o terceiro dia, Área Económica: Ministério das Infra-estruturas e Recursos Naturais, Ministério da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, Ministério do Ambiente, Juventude e Turismo Sustentável e Ministério de Estado da Economia e Finanças. Esta é a nossa proposta.

Vejo o Sr. Vice-Presidente a acenar, tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sobre a proposta da Mesa, Sra. Presidente, penso que poderíamos fazer um reajuste quanto ao mapa, porque para o terceiro dia: Ministério das Infra-estruturas e Recursos Naturais, Ministério da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, Ministério de Estado da Economia e Finanças, são Ministérios pesados e, para além de discutirmos os mapas, teremos também o próprio texto da Lei que é necessário discutir, artigo por artigo. Logo, no primeiro dia, penso que poderíamos ver os Ministérios da Saúde e Desporto ou Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior, acoplar já no primeiro dia. Porque o orçamento da Assembleia e da Presidência, temos pouca coisa; Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, temos pouca coisa; Ministério da Defesa e Ordem Interna, também pouca coisa. Penso que poderíamos ajudar o Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior,...

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Área Social e Área Institucional.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Exactamente, obrigado Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

Área Institucional e Social no primeiro dia e no segundo dia poderíamos começar com o Ministério das Infra-estruturas e Recursos Naturais, Ministério da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, e ver como é que podemos avançar. Se avançarmos todos, então fechamos. Depois no terceiro dia seria só para as leis. Porque mesmo as questões das leis vão levar-nos algum tempo.

A Sra. **Presidente**: — Segundo a proposta do Sr. Vice-Presidente, associarmos as Área Institucional e Social para o primeiro dia, e para o segundo dia Área Económica, que pode terminar ou não, mas vamos ter trabalho pesado também no terceiro dia, que é analisar as Propostas de Lei. Portanto, seria um pouco mais pesado, sim.

Podemos começar no segundo dia e terminar no terceiro, mas começemos a Área Económica no segundo dia.

Então, vou pedir aos Serviços que façam esses acertos e depois submeteremos a proposta final com a sugestão do Sr. Vice-Presidente. Estão todos de acordo? Pode ser assim?

Vozes: — Sim.

A Sra. **Presidente**: — Muito bem. E no segundo dia, será na Quinta-feira, haverá o funeral do ex-Deputado Francisco Nazaré, às 16 horas. Espero que até lá estejamos livres para nos fazermos presentes, pelo menos nesse momento de despedida prestarmos a nossa homenagem. É verdade que a Assembleia Nacional não tem uma dotação orçamental para questões sociais. Portanto, o que tem é um pequeno valor para reforma, que também não ajuda muito, porque poderíamos dizer que essas individualidades deveriam ser acarinhadas por nós em vida e não depois de falecer.

Do grupo dos Deputados da Assembleia Constituinte, em 1975, tinham restado dois. Infelizmente um acabou de partir e há outro vivo. Não podendo a Assembleia fazer qualquer coisa em termos sociais para apoiar, vamos ver se o Governo, na parte social, poderá acarinar um pouco mais as pessoas que deram tudo de si para que hoje estivéssemos cá, na perspectiva de acertar ou ajustar a pensão, ou coisa assim.

Temos ainda, para além desses da Assembleia Constituinte, os,...

Uma Voz: — Os sobreviventes.

A Sra. **Presidente**: — Esses de 53 já têm algum carinho do Ministério da Educação, temos acompanhado, e há os Combatentes,...

O Sr. **Jorge Bom Jesus** (MLSTP/PSD): — Os Combatentes da Liberdade e da Pátria.

A Sra. **Presidente**: — ... estes não sei como é que estão, porque tive algumas solicitações, há uma lista que não é confusa, mas entrou numa confusão, porque inicialmente, se calhar, era em menor número, depois se estendeu, há uma lei que lhes dá alguns direitos, mas o problema está na lista apresentada.

Que o Governo visse essa situação também, se faz favor, porque realmente as pessoas devem ser acarinhadas em vida e não depois do seu falecimento.

Então, estaríamos a terminar os trabalhos para hoje.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Sobre o assunto, pedir ao Governo para que este único sobrevivente dos Deputados Constituintes, em 1975, que é o Sr. Silvestre Umbelina, que está no Príncipe, que fosse convidado para as cerimónias dos 50 anos da nossa independência. É esta a proposta, e aproveitar homenageá-lo com distinção.

A Sra. **Presidente**: — Depois passo já a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro.

Para informar também que amanhã, antes do início dos nossos trabalhos, vamos abrir um espaço para aprovarmos o voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Francisco Nazaré. Amanhã, nos primeiros momentos dos nossos trabalhos.

Não tendo distribuídos os horários na respectiva tabela, quando formos fazer os acertos, vamos colocar, mas é verdade que os Deputados devem saber a que horas começaremos amanhã. As 9 horas, para todos os efeitos. Se houver algum problema, teremos que informar ao Governo.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — É para agradecer o alerta feito pelo Sr. Deputado Levy Nazaré e para confirmar que realmente convidamos o senhor a fazer parte da Comissão de Honra dos festejos dos 50 anos de independência.

A Sra. **Presidente**: — Em relação ao horário de início, vamos começar às 9 horas e assim que for evoluindo os trabalhos vão entrando os respectivos ministérios, mas convidaríamos todos a estarem presente, porque não se tem o *timing* de discussão de cada ministério.

Portanto, amanhã teremos Área Institucional e Social, Presidência, Assembleia e por aí fora. Vamos começar às 9 horas, assim que for esgotando as discussões vamos passando imediatamente para os respectivos ministérios.

Convidamos os Srs. Ministros e Sras. Ministras a estarem atentos. Durante a discussão vai-se ultrapassando os ministérios e os ministros visados já sabem que devem estar amanhã. É só estarem um bocado atentos para saberem a que horas chegar à Assembleia Nacional, para seguirmos com a discussão. Então, o começo amanhã será às 9 horas! Quando for o momento do debate, vamos ver o ministério relacionado com a sua discussão e terá espaço para se fazer as intervenções julgadas necessárias.

Só me resta desejar bom descanso a todos e a todas, Sr. Primeiro-Ministro e respectivos Membros do Governo, a todos quantos nos acompanharam, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, todos os Técnicos que nos assessoraram, tivemos um pequeno problema inicialmente com a transmissão, mas depois com um esforço técnico conseguimos ser ouvidos e vistos lá em casa. Muito obrigada por isso. Obrigada os Assessores Parlamentares e todos que de uma forma directa ou indirecta permitiram que estivéssemos cá hoje e aprovar na generalidade estes dois instrumentos.

Declaro encerrada a sessão.

Eram 18 horas e 50 minutos.